

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PEDRO HENRIQUE MOURTHÉ DE ARAÚJO COSTA

ENTRE OS DOCUMENTOS E AS RETOMADAS:
movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)

São Carlos
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ENTRE OS DOCUMENTOS E AS RETOMADAS:
movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)

Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Professora Doutora Anna Catarina Morawska Vianna, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

São Carlos

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837e Costa, Pedro Henrique Mourthé de Araújo
Entre os documentos e as retomadas : movimentos
da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG) /
Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa. -- São
Carlos : UFSCar, 2015.
162 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2015.

1. Quilombolas. 2. Movimentos. 3. Luta. 4.
Documentos. 5. Direitos. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Pedro Henrique Mowithé de Araújo Costa

15/09/2015

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira
Universidade Federal de Goiás / UFG

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 09:00h no dia 15/09/2015.

Banca Examinadora:
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª. Reunião no dia ___/___/____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

*Aos moradores de Brejo dos Crioulos, que
seguem na luta pelo seu território.*

A minha mãe Ivone.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todos os moradores de Brejo dos Crioulos. Em minha *caminhada* tive a sorte de conhecer pessoas grandiosas e batalhadoras. Sou muito grato a Nequinha e Maria, por me receberem em sua casa e pelos bons momentos que passamos juntos. A Rogério, agradeço pelo apoio e por me acompanhar em várias *andanças* no território quilombola. A Véio, Ticão, Seu Adelino, João Pêra, João de Papa, Dona Justina, Divino, Carla, Elenita, Dona Catarina, Paula, Nercesa, Seu Elizeu, Seu Manuelzinho, Edinho, Vetinho, Nercílio, Nilson, Senhor, Miro, Moacir, Dona Isaldina, Véio Dil, Mazinho, Mamédio, Noel, Lucília, Piúcha, Chiquinho, Solange, Zé do Mário e tantos outros com quem convivi e conversei, agradeço pelo aprendizado e pela experiência marcante em Brejo dos Crioulos. Com vocês aprendi muito sobre a *luta*.

Agradeço a professora Catarina Morawska Vianna pela dedicação, entusiasmo e pela paciência na orientação deste trabalho. Sou especialmente grato pela nossa interlocução. Aprendi muito com você, sobretudo em relação as possibilidades de experimentações etnográficas.

Ao professor João Batista de Almeida Costa, pela amizade, disponibilidade e apoio na realização desta pesquisa. Agradeço pelos valiosos comentários, correções e sugestões na banca de qualificação. Pelos vários encontros e conversas ao longo da minha *caminhada*. Através do nosso convívio venho aprendendo cada vez mais a admirar o Sertão Norte Mineiro.

Ao professor Piero de Camargo Leirner, pela sua participação na banca de qualificação e na defesa. Agradeço por sua leitura atenta e pelas sugestões e apontamentos, importantíssimos para a construção do texto.

Agradeço a professora Suzane de Alencar Vieira por aceitar o convite para participar da banca e pelos preciosos comentários e sugestões durante a defesa.

Agradeço a professora Ana Claudia Duarte Rocha Marques por ter aceitado participar da banca como suplente.

Agradeço aos professores do PPGAS/UFSCAR pelos cursos, seminários e outros momentos importantes em minha formação. Sou grato a Jorge Villela, Marina Cardoso, Geraldo Andrello e Felipe Vander Velden, a quem também agradeço por ter aceitado participar da banca como suplente.

Agradeço ao PPGAS/UFSCAR pelo auxílio financeiro recebido para custear as despesas do trabalho de campo, e a CAPES, pela bolsa que viabilizou esta pesquisa.

Agradeço aos *parceiros da luta* quilombola, com quem me encontrei, conversei e aprendi muito. Aos técnicos do CAA-NM: Aline, Álvaro, Carlos Dayrell e também aos advogados André Alves e Marcos Antônio. Sou grato aos agentes da CPT: Paulo Faccion, Alvimar, Alemão e também ao advogado Élcio Pacheco. Agradeço a Cida Vieira do Colégio Marista São José e a Baiano do MST.

Agradeço aos amigos do Norte de Minas, presentes em diversos momentos da minha *caminhada*. Sou muito grato a Tiago e Olívia por me receberem em sua casa durante minhas idas a Montes Claros e pela amizade de longa data. Ao amigo Deyvisson, pela amizade desde os tempos da república Sagarana e pela ajuda em vários momentos desta pesquisa. Sou grato a Hebert Canela pelos bons momentos de prosa e por suas contribuições a este trabalho. A Mauro, Luquinha, Xadai, Bárbara, Sérgio, Thaís Luz, Fran, Buga e tantos outros, agradeço pelas nossas conversas, bebedeiras e pelos momentos que vivemos juntos. Encontrar vocês ao longo da travessia tornou a *caminhada* mais agradável.

Agradeço aos amigos de PL city. Um salve aos V.S.A's.

Agradeço aos amigos que conheci em São Carlos e na vida acadêmica. A turma do PPGAS 2013: Felipe, Juliana, Rainer, Vinícius, Tarsila, Luciana, Ulisses, Eduardo, Carol e Ayni. Sou grato a Alessandra, Juliane Acquaro, Bruna Potechi, Ion, Zinho e Fernando, pela convivência, diálogos e pelos encontros do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E). Ao amigo Helberth pela parceria, e a Yara, pela nossa interlocução, pelas leituras e sugestões metodológicas.

A Iza, companheira de todas as horas. Obrigado pela paciência, pelo carinho, pelas leituras e por estar do meu lado sempre. Você é minha inspiração. Seguimos juntos em nossa *caminhada*.

Por fim, agradeço a minha família, que mesmo distante fisicamente me apoiou em todos os momentos da minha *caminhada* e me deu todo incentivo para a realização dos meus estudos. À minha mãe Ivone, meu avô Pedro, minha avó Ilda e meu irmão Breno. Se cheguei até aqui foi graças a vocês!

João, como é que você, que fala com essa absurda simplicidade, usa todo aquele “rebuscamento” para criar um conto?

Você conhece os meus cadernos, não conhece? Quando eu saio montado num cavalo, por minha Minas Gerais, vou tomando nota de coisas. O caderno fica impregnado de sangue de boi, suor de cavalo, folha machucada. Cada pássaro que voa, cada espécie, tem vôo diferente. Quero descobrir o que caracteriza o vôo de cada pássaro, em cada momento. Não há nada igual neste mundo. Não quero palavra, mas coisa, movimento, vôo.

(João Guimarães Rosa, entrevista à Pedro Bloch)

RESUMO

Desde a abertura dos procedimentos para a regularização fundiária do território quilombola de Brejo dos Crioulos até os dias atuais já se passaram dezessete anos de *luta*. Vítimas de um violento processo de expropriação territorial desde meados de 1930, a partir do ano de 1998 os quilombolas começam a realizar suas mobilizações na *luta pela retomada do seu território*, dando início aos *enfrentamentos* dentro e fora do quilombo com vistas ao processo de titulação. Frente à morosidade do Estado na desapropriação das fazendas, os quilombolas têm recorrido a duas *estratégias* nos seus *enfrentamentos*: as *retomadas* e a mobilização de uma *rede de parceiros* e documentos – processos jurídicos, relatórios, laudo antropológico, decretos, correspondências, notas, projetos, inquéritos, boletins de ocorrência – em diferentes instituições e nas várias instâncias judiciais, caracterizando um universo burocrático que é acionado a todo instante. O cenário de disputas é tecido pelo entrelaçamento de diversas forças políticas. Reconhecida como “remanescente de quilombo” em 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade localiza-se no Sertão Norte Mineiro, na divisa de três municípios - São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Esta dissertação trata dos vários *movimentos* que compõem a *luta pelo território* em Brejo dos Crioulos. Procuro descrever etnograficamente os encontros entre os quilombolas, a antropologia e o Estado em meio ao processo de titulação.

Palavras-chave: Quilombolas, Movimentos, Luta, Documentos, Direitos

ABSTRACT

It has been seventeen years of struggle since the opening of the legal procedures for the recognition of Brejo dos Crioulos - a community located in the Outback North Miner, on the border of three cities - São João da Ponte, Verdelândia and Varzelândia -, as a “quilombo remnant territory”. Victims of a violent territorial expropriation process since the mid-1930s, the quilombolas started retaking their territory in 1998, with confrontations inside and outside the quilombo with the aim of pushing forward the process of land titling. Due to the slowness of the State in dispossessing the farmers who have occupied the region illegally, the quilombolas have used two strategies in their confrontations: the retomadas [land retaking] and the mobilization of a partners network and of documents - legal proceedings, reports, anthropological report, decrees, correspondence, notes, projects, inquiries and police inquiries - in different institutions and in various courts, featuring a bureaucratic universe that is actuated at various moment. This landscape of conflict is composed by an interweaving of various political forces. This dissertation deals with the various movements that make up the struggle for the territory in Brejo dos Crioulos, which was only recognized as a “quilombo remnant” by the Palmares Cultural Foundation (FCP) in 2004, by describing ethnographic encounters between the quilombolas, anthropology and State in the course of the titling process.

Keywords: Quilombolas, Movements, Struggle, Documents, Rights

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Caminhada</i> em Brasília	15
Figura 2 - Assinatura do decreto	16
Figura 3 - Entrada do <i>Acampamento</i>	28
Figura 4 - <i>Intercâmbio</i> em Brejo dos Crioulos	29
Figura 5 - Igreja de Santo Rei (Araruba)	33
Figura 6 - Localização e limites de Brejo dos Crioulos	34
Figura 7 - Mapa de Brejo dos Crioulos	35
Figura 8 - Mapa com algumas das localidades de Brejo dos Crioulos	36
Figura 9 - Encontros	43
Figura 10 - “Configuração de casas” (Araruba)	45
Figura 11 - Molhando as hortas	46
Figura 12 - Documentos guardados por Véio	59/60
Figura 13 - Pasta de documentos da Associação Quilombola	61
Figura 14 - Processo Administrativo de Regularização Fundiária (INCRA)	62
Figura 15 - Correspondência enviada por João Batista a Ticão	81
Figura 16 - Dissertação	82
Figura 17 - Dia do Trabalhador Rural	87
Figura 18 - Algumas correspondências enviadas pela CPT no período	88
Figura 19 - Documentos mobilizados pela Associação Quilombola	89
Figura 20 - Ameaças	97
Figura 21 - <i>Tramas</i>	99
Figura 22 - <i>Retomada</i>	100
Figura 23 - Ticão em suas <i>andanças</i> junto ao <i>movimento quilombola</i>	102
Figura 24 - Reunião internacional	106
Figura 25 - <i>Reuniões</i>	110
Figura 26 - <i>Liminar</i> fazenda São Miguel	113
Figura 27 - Anexos	118/119
Figura 28 - <i>Assentamento Quilombola</i>	125
Figura 29 - Dona Catarina dita o ritmo do batuque	130
Figura 30 - <i>Batucando</i>	131
Figura 31 - João de Papa e Paula seguem na cantoria	131

Figura 32 - Ferramentas	133
Figura 33 - Construções	134
Figura 34 - Construções 2	135
Figura 35 - Famílias no acampamento	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ASA	Articulação do Semiárido de Minas Gerais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte Minas
CÁRITAS	Cáritas Internacional
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPI-SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FCP	Fundação Cultural Palmares
FDSNM	Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas
FIAN-BRASIL	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
GRUCON	Grupo de União e Consciência Negra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
ITER	Instituto de Terras de Minas Gerais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N'GOLO	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal

PL	Projeto de Lei
PMEMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PF	Polícia Federal
PRMG	Procuradoria da República em Minas Gerais
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SINDUTE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNB	Universidade de Brasília
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

Introdução

O direito quilombola	15
Conexões: Jacaré, o movimento quilombola e Brejo dos Crioulos.....	20
O percurso	25
O Encontro de Agrobiodiversidade.....	26
Estrutura da dissertação	30

Capítulo 1 - O trabalho de campo e seus movimentos..... 33

1.1. Território quilombola: <i>andanças</i> , trabalho e prosa.....	33
1.2. Seguindo os quilombolas e os documentos	55
1.3. “ <i>Sem papel não dá para fazer nada</i> ”	58

Capítulo 2 – Encontros entrelaçados: antropologia, história, documentos e direitos 65

2.1. O território negro da Jahyba	65
2.2. O tempo da <i>divisão</i> : a chegada dos documentos	70
2.3. A chegada dos fazendeiros	73
2.4. Tecendo a <i>rede</i> e fazendo a <i>luta</i>	78
2.5. A ocupação do <i>velho Prasto</i>	94

Capítulo 3 - As retomadas e os documentos: a luta pela território e a circulação de papéis 100

3.1. Fortalecendo o movimento: das <i>articulações</i> ao <i>trabalho de base</i>	100
3.2. O duplo movimento: os documentos e as <i>retomadas</i>	111
3.3. Da cerca pra cá: a vida nos <i>barracos de lona preta</i>	125
3.4. Movimento das famílias, movimento dos papéis	140

4. Reflexões Finais 146

5. Referências Bibliográficas 151

6. Documentos citados 161

Aviso ao leitor

Ao longo da dissertação, utilizo a fonte em itálico para diferenciar os termos, expressões e enunciações nativos. As aspas duplas são usadas no discurso direto e também para caracterizar algumas palavras ou teorizações dos autores citados neste trabalho. O material transcrito é resultante de anotações feitas durante nossas conversas e da realização de entrevistas, autorizadas pelas pessoas. Ao me referir aos meus interlocutores, utilizo os nomes próprios e os apelidos, conforme fazem as pessoas cotidianamente. Utilizei o negrito no caso das minhas ênfases em palavras ou frases. As fotos que compõem este trabalho são tanto de minha autoria quanto disponibilizadas para a publicação pelos respectivos autores, sendo devidamente identificadas. Os documentos utilizados e os trechos transcritos foram mantidos em sua linguagem e forma original.

O direito quilombola



Figura 1 - *Caminhada* em Brasília
Autor: Arquivo Associação Quilombola

Em 29 de Setembro de 2011, a seguinte notícia circulava em diversos sites e redes sociais:

Três quilombolas de Brejo dos Crioulos estão, neste momento, acorrentados em frente do Palácio do Planalto. Junto a eles, permanecem acampados cem quilombolas, que exigem da presidente Dilma Roussef, a assinatura do decreto de desapropriação do seu território. Há mais de 12 anos, os quilombolas esperam a titulação de suas terras e têm enfrentado uma série de agressões durante esse tempo¹.

Tratava-se de descrição da manifestação realizada por quilombolas de Brejo dos Crioulos em Brasília. No ato, três moradores se acorrentaram em frente ao Palácio do Planalto. “*Queremos a assinatura do decreto, mas também queremos a garantia de que será preparado um orçamento para fazer a desintrusão do nosso território*”, reivindicou José

¹ Disponível em <http://racismoambiental.net.br/2011/09/quilombolas-de-brejo-dos-crioulos-se-acorrentam-no-palacio-do-planalto/>

Carlos de Oliveira Neto, Véio, o presidente da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos e uma das lideranças presentes na manifestação.

Um dia após o ato, os quilombolas foram recebidos pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Na ocasião, Dilma assinou o Decreto de 29 de Setembro de 2011, que reconhece o território como “remanescente de quilombo”, e que permite, para fins de interesse social, desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelo território do quilombo.



Figura 2 - Assinatura do decreto - Moradores de Brejo dos Crioulos na foto: da esquerda para direita, Véio, Serginho (atrás), Carla e Seu Elizeu, abraçado com a presidenta Dilma².

A ida dos quilombolas até Brasília é apenas uma das muitas *caminhadas* realizadas durante a *luta* pela titulação do seu território. Frente à morosidade do Estado na desapropriação das fazendas, os quilombolas têm recorrido a duas *estratégias* nos seus *enfrentamentos*: as *retomadas* e a mobilização de uma *rede de parceiros* e documentos – processos jurídicos, relatórios, laudo antropológico, decretos, correspondências, notas,

² Autor: Roberto Stuckert Filho/PR. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/presidenta-assina-decreto-que-beneficiara-500-familias-do-quilombo-brejo-dos-crioulos/>

projetos, inquéritos, boletins de ocorrência – em diferentes instituições e nas várias instâncias judiciais, caracterizando um universo burocrático que é acionado a todo instante.

Desde a abertura dos procedimentos para a titulação do território quilombola até os dias atuais já se passaram dezessete anos de *luta*, iniciada em meados de 1998. Em Brejo dos Crioulos, o processo de regularização fundiária se dá num cenário de disputas tecido pelo entrelaçamento de diversas forças políticas, dentro e fora do território. Reconhecido como “remanescente de quilombo” em 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), Brejo dos Crioulos caminha para ser a segunda comunidade negra rural do estado de Minas Gerais a ser titulada.

Conforme informações da Federação de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais N’Golo, existem aproximadamente 450 comunidades no estado³. Destas, apenas uma comunidade quilombola foi titulada, Porto Corís, localizada no município de Leme do Prado, no Vale do Jequitinhonha⁴. Em recente levantamento realizado pela ONG Comissão Pró Índio de São Paulo, no território brasileiro foram tituladas 140 comunidades e outras 1.462 terras quilombolas estão em processo de titulação. Ainda segundo as estimativas desta organização, 88 % destes processos, em curso no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não ultrapassam a fase inicial de identificação do território titulado. O cenário não poderia ser mais desanimador diante das várias investidas dos atores contrários à *luta* dos quilombolas, como os parlamentares da bancada ruralista, que ajuizaram em 2004 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, por meio do antigo Partido da Frente Liberal (PFL, atualmente DEM/Democratas), contra o Decreto 4887/2003, o principal marco legal que regulamenta o direito quilombola. Os ruralistas ainda tentam garantir a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 n.º 215-A/2000⁵.

Frente às movimentações contrárias, vários aliados dos quilombolas também posicionaram-se em defesa destes povos. Em meio a mobilizações, dois documentos foram produzidos e acabaram circulando em várias redes. A carta escrita pela Coordenação Nacional

³ Disponível em <http://quilombolasmg.org.br/index.php/federacao>

⁴ Ver Gomes (2009).

⁵ A aprovação da PEC n.º 215 implica na mudança da competência das demarcações dos territórios quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação do Poder Executivo para o Poder Legislativo. Marcelo Guetta (2015), advogado do Instituto Socioambiental (ISA), alerta para a “agenda de retrocessos” orquestrada pelos parlamentares da Frente Parlamentar de Agropecuária, o que inclui o Projeto de Lei (PL) n.º 7.735/2014 (que trata da exploração do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais) e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/mobilizacao-da-sociedade-e-o-antidoto-contragraves-e-iminentes-retrocessos>

de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), assinada por 113 entidades e instituições, afirmava que:

Mais de 5.000 (cinco mil) quilombos no Brasil resultantes de uma história de séculos de escravidão e resistência a ela são atores legítimos (as) e interessados (as) diretos na efetivação, consolidação e avanços do ponto dessa construção de direitos, a começar pela regularização e segurança de seus territórios historicamente ocupados, pois trata-se de um espaço necessário para reprodução física, cultural, espiritual e econômica desses grupos, passando por outras dimensões do direito à saúde, à educação, ao acesso, à moradia adequada, entre outros direitos igualmente relevantes (trecho da carta, CONAQ, 17 de março de 2015).

No mesmo dia, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio do Comitê Quilombos, também manifestou seu apoio aos quilombolas por meio de uma nota. Segue um trecho deste documento:

A ADI Nº 3.239/2004 abala conquistas consolidadas na Constituição Federal de 1988, sobretudo quanto à garantia do direito à propriedade de territórios (art. 68, ADCT) e à proteção dos “modos de fazer, criar e viver” das comunidades quilombolas no país, (artigos 215 e 216 da CF/88). A mesma Ação coloca em risco também o alcance de conquistas correlatas de outros dispositivos legais, tais como a Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, a Convenção 169 da OIT, e o próprio artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição. Assim, a Associação Brasileira de Antropologia, através do seu Comitê Quilombos, vem, a público, externar sua preocupação com a votação do Supremo, defendendo sua manutenção e plena efetivação⁶.

Os episódios e ações descritos chamam atenção para a complexidade da questão quilombola. Após a primeira titulação de uma “comunidade remanescente de quilombo” no território brasileiro em 1995⁷, vários movimentos ocorreram, desde mudanças em relação aos marcos legais, procedimentos administrativos e jurídicos relacionados ao direito quilombola, até a consolidação de um campo de debates dentro da antropologia.

⁶ As mobilizações foram impulsionadas pelo julgamento da ADI 3239, que estava marcado para o dia 19 de Março de 2015. No entanto, o julgamento foi adiado e a votação foi retomada no dia 25 de Março. Na ocasião, a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, votou pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003. Devido ao “pedido de vistas” do processo feito pelo Ministro Dias Toffoli, o julgamento foi novamente adiado e não há previsão de quando ele deverá ser retomado.

⁷ Comunidade de Boa Vista, localizada no município Oriximina, no estado do Pará e titulada pelo INCRA em 1995.

A intensiva participação de antropólogos na elaboração dos laudos antropológicos e no trabalho de assessoria a instituições, ONGs, comunidades e ao próprio *movimento quilombola*, marcou os debates, tensões e disputas relativas à efetivação dos direitos territoriais. A multiplicidade de questões e assuntos decorrentes desta temática impulsionou a realização de um grande número de trabalhos acadêmicos, contemplando temas muito diversos⁸. Minha etnografia propõe contribuir ao debate ao tratar dos vários *movimentos* que compõem a *luta pelo território* em Brejo dos Crioulos.

Fruto de uma ampla mobilização do *movimento negro* e outros atores, durante os debates do processo constituinte foi fixado o reconhecimento dos direitos territoriais aos “remanescentes de quilombo” por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O texto constitucional disserta que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 2006).

Na literatura consultada, várias análises apontam para as disputas interpretativas atribuídas ao artigo 68-ADCT. Estas ocorreram num intenso período de discussões realizadas com a mobilização de diversos movimentos sociais, incluindo o *movimento negro* e o *movimento quilombola*, entidades, instituições, antropólogos - por meio da ABA - juristas, e vários outros atores⁹. Como demonstrou Arruti (2006, p.52), a participação dos antropólogos, que “atuaram como mediadores entre diferentes campos prático-discursivos”, possibilitou a “ressemantização” ou “ressignificação” da definição histórica do termo quilombo, fundamentando as lutas das várias comunidades negras rurais que traziam novas questões, novas territorialidades e procedimentos políticos de reconhecimento étnico.

Atualmente o procedimento de regularização fundiária dos territórios quilombolas é regido pelo Decreto Federal 4.887/2007, que é fundamentado na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro dos territórios

⁸ Em sua tese de doutorado, Plínio dos Santos (2010) traçou um panorama das principais obras produzidas nas ciências sociais sobre esta discussão, desde as primeiras pesquisas sociológicas e antropológicas que focavam os estudos do negro em contextos urbanos, até as mudanças na direção da condução dos estudos a partir da década de 1960, com a criação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, e posteriormente, a intensiva participação política dos antropólogos na luta pela efetivação dos direitos territoriais dos quilombolas e as mudanças nas legislações de regularização fundiária. Outro trabalho que situou os debates, eventos e fez uma revisão bibliográfica sobre esta temática é o livro de Mello (2012).

⁹ Em relação aos trabalhos que propõem discussões aprofundadas sobre estas questões, posso citar: Almeida (1987, 2002, 2005, 2008); Arruti (1997, 2006, 2008); Chagas (2001); Duprat (2007); O’Dwyer (1995, 2002, 2010); Leite (2000, 2004, 2007); Treccani (2006); Brustolin (2009) e Figueiredo (2011).

quilombolas. A operacionalização destes procedimentos fica a cargo de órgãos estatais. A Fundação Cultural Palmares (FCP) é a responsável pela concessão da certidão de autorealhecimento, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, tem a incumbência de garantir o andamento do processo administrativo de titulação. A atuação desta instituição é regida pela Instrução Normativa (IN) 57/2009.

O processo de regularização fundiária do território quilombola é composto por sete fases que vão desde a “abertura de processo no INCRA para o reconhecimento de territórios quilombolas”, até a “emissão de título coletivo em nome da associação para a comunidade”. Em cada etapa são mobilizados documentos e acionadas várias instituições, atores e mobilizados saberes, como por exemplo, o antropólogo que elabora o estudo da área para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), as instâncias judiciais como o Ministério Público Federal (MPF), as portarias, notificações de vários órgãos governamentais e os processos jurídicos. No momento, o processo de Brejo dos Crioulos está na etapa da “desintrusão do território”, onde estão sendo desapropriados inicialmente os fazendeiros e posteriormente os demais ocupantes não quilombolas¹⁰.

Pontuar mesmo que brevemente algumas questões referentes a este campo de debates é importante pois como descreverei ao longo da dissertação, os embates em torno do direito quilombola tiveram seus efeitos no processo de Brejo dos Crioulos e na *luta* dos seus moradores.

Conexões: Jacaré, o movimento quilombola e Brejo dos Crioulos

A proposta de realizar a pesquisa sobre o caso de Brejo dos Crioulos remete-se ao tempo da graduação, quando eu ainda era estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Em uma época onde minhas maiores preocupações estavam relacionadas à militância e aos problemas oriundos do movimento estudantil, mesmo que algumas demandas dos estudantes e suas mobilizações

¹⁰ Segundo informações da Carta Topográfica elaborada pelo INCRA a área total do território quilombola de Brejo dos Crioulos corresponde a 17.302,6057 ha. (dezessete mil, trezentos e dois hectares, sessenta ares e cinquenta e sete centiares). Conforme dados desta instituição (Relatório de Gestão 2013, p. 27), “Deste total, já foram vistoriados e avaliados 12.636,6137 hectares, 72,46% da área total, em um total de 14 imóveis rurais. Já foram ajuizadas 12 ações de desapropriação, abrangendo 9.270,9081 hectares, equivalentes a 53,58% da área do território”.

muitas vezes convergissem com outras lutas e espaços políticos além dos muros da universidade, eu não cogitava viver uma experiência em uma comunidade negra rural. Diferente de muitos dos meus colegas de curso que em sua maioria vieram de cidades norte mineiras e cresceram naquela região, a oportunidade de participar de um projeto de pesquisa levou um estudante natural da região das *Minas* a experimentar a alteridade do *Sertão dos Gerais*¹¹.

Em janeiro de 2011 desembarquei sozinho para morar por um mês na comunidade de Jacaré, localizada na zona rural do município de São João da Ponte a uma distância de aproximadamente 20km de Brejo dos Crioulos. Ao lembrar desta experiência, mais importante do que discutir os aspectos teóricos e metodológicas daquela empreitada (MOURTHÉ, 2011), quero descrever rapidamente alguns efeitos do conflito de Brejo dos Crioulos em Jacaré e também na própria realização da minha etnografia.

Antes de ir a campo, fui informado que o local onde ficaria hospedado era reconhecido pela sua violência, já que os melhores *jagunços* de Simão Campos, um conhecido fazendeiro e político de São João da Ponte, eram de Jacaré e de Agreste, lugares muito próximos. Estando lá, ouvi várias vezes os moradores dizerem que eram *pacíficos* frente a outras comunidades vizinhas, classificadas por eles como lugares *violentos*. O lugar *tranquilo e sossegado* de Jacaré era sempre mencionado em contraste com os locais de morada dos seus vizinhos, considerados *violentos, brigões, beberrões e criminosos*. Devido ao fato de não haver conflitos fundiários no local já que as terras foram registradas, eles orgulhavam-se de viverem em uma *comunidade unida e pacífica*. No entanto, quando nossas conversas estavam relacionadas a disputas fundiárias da região ou, quando o assunto seguia para esses temas, Brejo dos Crioulos era sempre lembrado e mencionado. Meus amigos de Jacaré mostravam ter conhecimento sobre os *quilombolas*, fazendo questão de opinarem, contarem suas histórias e *causos*. A fim de ilustrar essa questão, seguem dois depoimentos:

*Lá [Brejo dos Crioulos] os fazendeiros chegaram depois do povo. É tanto que eles querem tomar as terras do povo. Aquela **revolução** que teve lá foi por causa de **terra tomada**, os protestos que eles estavam fazendo. Era por*

¹¹ Particpei durante a iniciação científica do projeto de pesquisa e extensão “Negros do Norte de Minas: Relações Inter-Comunitárias e Processos Sociais em Comunidades Quilombolas”, financiado pela FAPEMIG durante os anos de 2010 e 2011, sob orientação do professor João Batista de Almeida Costa e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão, do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes.

causa de terra tomada. Os fazendeiros maiores tomando terra do povo, terra grilada (depoimento pessoal, Messias, Jacaré, MOURTHÉ, 2011, p.47, grifos meus).

Os quilombolas que eles falam são um povo muito sofrido, eles merecem lutar pelo direito deles. O problema dos Sem Terra é que entrou muito no meio deles. Uma vez mesmo eu vi na televisão que eles invadiram as terras de uma fazenda que tinha vários pés de laranja, os pés todos bonitos, certinhos. E ao invés deles cuidarem e produzirem lá, eles quebraram os pés todos. Eles têm o direito deles por lei e tudo, mas eles têm que produzir. Tem muito vagabundo no meio deles. Outra coisa, se por exemplo eles invadirem uma fazenda que tem muito gado, eles deveriam dar o gado para o fazendeiro. Eles não querem é terra? Eles ficam é fazendo churrasco com os bois, mata um boi todo dia, um quilo de carne é R\$ 13,50, isso não pode não (depoimento pessoal, Tica, Jacaré, MOURTHÉ, 2011, p.47, grifos meus).

Os relatos evidenciam a circulação de notícias sobre Brejo dos Crioulos e trazem à tona a mobilização do conhecimento dos moradores das comunidades vizinhas que, assim como em Jacaré, vão, em diferentes perspectivas, mobilizando suas teorizações e contando *causos* sobre o conflito fundiário e sobre seus vizinhos *quilombolas*¹². A oportunidade de *assuntar* estes temas, e o meu interesse pela temática da *luta* por direitos territoriais ataçaram cada vez mais minha vontade de conhecer Brejo dos Crioulos. Infelizmente, mesmo tão perto, durante o trabalho de campo não realizei nenhuma visita ao local. Todavia, isto não impediu que eu tivesse alguns “encontros” com Brejo.

Ainda no âmbito da iniciação científica, circulei por outras comunidades e acompanhei alguns eventos organizados pelo *movimento quilombola*. Participei do “II Encontro de Comunidades Quilombolas do Norte de Minas” na comunidade quilombola de Borá, município de Brasília de Minas, e acompanhei uma das *reuniões* da Federação N’Golo em Belo Horizonte. Espaços políticos importantes de articulação destes povos, ali presenciei diversos debates e embates sobre a temática quilombola e conheci algumas lideranças e agentes envolvidos neste assunto no âmbito de Minas Gerais.

De modo semelhante ao trabalho de Vieira (2015, p.22), posso dizer que tanto em Jacaré quanto nos outros espaços que frequentei, as palavras “quilombola e quilombo estavam

¹² Diferentemente de outras comunidades vizinhas, durante a realização da minha pesquisa os moradores de Jacaré não se reconheciam como quilombolas e nem estavam passando pelos trâmites do processo de titulação.

na ordem do dia, eram experimentadas, testadas em suas possibilidades sintáticas e semânticas (...) Tratava-se de um artefato linguístico explorado e criado através de seus múltiplos usos”¹³.

Um dos efeitos da minha circulação nestes espaços foi a ampliação da pesquisa, que não limitou-se a Jacaré. Conversei com várias lideranças quilombolas e pude entrevistar algumas delas. Pude experimentar a mobilização do conhecimento e da criatividade de vários moradores das comunidades negras rurais que reivindicam seus direitos territoriais¹⁴.

Quando entrevistei Sandra Andrade, presidenta da Federação N’Golo e perguntei sobre questões relacionadas a criminalização e a violência sofrida por lideranças quilombolas em Minas Gerais, grande parte dos relatos da minha interlocutora remeteram-se a Brejo dos Crioulos. A seguir transcrevo um trecho da entrevista:

O caso mais recente foi o do João aqui de Brejo. Ele foi tão marginalizado que os fazendeiros contrataram os jagunços e eles foram a noite e metralharam a casa dele todinha, mesmo com ele e a família dele lá dentro. A casa era distante e vizinho nenhum saiu para ajudar. E ele não podia sair. Se ele tivesse saído ele estava morto. Ele ligou pra polícia e a polícia chegou lá no outro dia, de tarde, e ele é que era o marginal ainda, sendo que a casa estava toda cheia de buracos de bala. Eu mesmo fui com João na Delegacia, denunciar os jagunços em Varzelândia. Levei uma folha com o nome das armas e do pessoal. Chegando lá sentamos e o sargento escreveu tudo que eu falei em uma folha separada, ele falou “Olha eu vou chamar outra pessoa que eu tenho que entregar uma intimação mas o fulano vai vir e vai fazer o B.O para vocês”. Aí ele colocou o papel com o nome, com tudo que eu falei dentro da pasta e saiu...e aí para onde ele foi? Lá atrás do fazendeiro avisar que eu fui lá. Eu fiquei com medo, achei que estava correndo risco dentro da delegacia, mas Minas Gerais já estava sabendo que eu estava lá, e Brasília também. Eu mandei e-mail para todo mundo avisando que eu estava aqui denunciando. Nós ficamos sentados lá 4 horas (depoimento pessoal, Sandra, Montes Claros, MOURTHÉ, 2011, p.74).

¹³ Vieira (2015) faz uma discussão aprofundada sobre a experimentação destes termos no seu contexto etnográfico. Ver, especificamente o capítulo 6 da sua tese. Oliveira (2007) e Costa (2012), também problematizaram a leitura destes termos pelos moradores de Agreste.

¹⁴ A noção de experiência adotada neste trabalho é baseada em Roy Wagner (2010 e 2010b). É na relação com o outro, como experiência de pensamento e aprendizado de “nós com eles” e vice-versa, que deve ser tomada a idéia de “invenção” proposta pelo autor. Esta perspectiva deve ser tratada como ponto de partida, pensada no sentido criativo, ato de criação – através do trabalho de campo do antropólogo. “Ao **experimentar** uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade” (WAGNER, 2010, p.30, grifos no original). O trabalho etnográfico deve ser encarado como uma forma de ordenar e dar sentido, através da experiência relacional, capaz de contemplar o exercício de ambas as **criatividades**: do nativo e do antropólogo. Nesta perspectiva, Wagner (2010) propõe reconhecer nas categorias nativas o estatuto de categorias analíticas. O importante não é apenas a preocupação com uma tipologia social, mas sim o reconhecimento dos estilos de criatividade dos outros, que correspondem a diferentes modos de entendimento.

Ouvir este relato mexeu muito comigo. O convívio com estes interlocutores me ajudou a perceber a ambiguidade do Estado, que reconhece os quilombolas como “sujeitos de direito” ao mesmo tempo que opera através da morosidade das instituições responsáveis pelo processo de titulação e não é capaz de garantir a segurança das lideranças envolvidas em situações de conflito. E no caso de Brejo dos Crioulos, mesmo com o decreto de desapropriação assinado pela presidenta Dilma Roussef em 2011, o processo não avança até a titulação do território. As lideranças que resolvem lutar pela efetivação dos seus direitos territoriais muitas vezes acabam sendo criminalizadas.

Passados três anos daquela primeira experiência, em Janeiro de 2014, quando preparava minha primeira ida a Brejo dos Crioulos no âmbito da pesquisa de mestrado, outra notícia circulou rapidamente pelas redes sociais, imprensa regional e nacional, evidenciando que a situação não tinha mudado, a violência contra os moradores do quilombo não havia cessado:

Pedidos de medidas urgentíssimas às autoridades competentes. Em meados de 2013, a fazenda do Prefeito de Varzelândia/MG, Felisberto Rodrigues Neto foi retomada pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos, uma vez que encontra inserida no território quilombola cuja área total deste território negro, demarcada pelo INCRA/MG é de 17.302,00,00 hec. (dezessete mil trezentos e dois hectares). Todo território quilombola foi objeto do decreto de desapropriação expedido em 29/09/2011, pela Presidência da República, após intensa manifestação dos quilombolas em Brasília. Nessa manhã de 09/01/2014, segundo ligação de José Carlos de Oliveira Neto (VÉIO), o Prefeito Felisberto Rodrigues Neto, acompanhado de dois jagunços, um tal de ZÉ e outro conhecido por JOÃO, e o filho do prefeito, Danilo, todos em uma caminhonete e em dois carros da prefeitura de Varzelândia, bem como de guarnição da PMMG, foram até a fazenda ocupada pelos quilombolas e os expulsaram a tiros, sem mandado judicial. “Parece que a PMMG ficou afastada da fazenda, para não aparecerem, pois não tinham mandado judicial”. Relata o Véio, que só não morreu em razão de ter corrido para não ser atingido pelos tiros de carabina disparados por um dos jagunços sob as ordens do prefeito FELISBERTO. A referida fazenda está sob judice cujo processo ainda não teve ordem de despejo contra os ocupantes¹⁵.

Em Brejo dos Crioulos a violência é componente do processo de titulação e da *luta*. Descrever meus primeiros encontros com Brejo é importante para mencionar minhas motivações e a trajetória desta pesquisa. Posso dizer que todas essas experiências me

¹⁵ Disponível em <http://racismoambiental.net.br/2014/01/tentativa-de-homicidio-contr-o-veio-em-tiroteio-este-manha-em-fazenda-no-territorio-de-brejo-dos-crioulos/>.

“afetaram”, no sentido que Favret-Saada (2005) dá ao termo. E como disse Mello (2012, p.34) “Espero deixar evidente que, se de um lado as reflexões sobre os remanescentes são muitas vezes problemáticas, de outro lado são esses grupos em si que colocam os melhores problemas: aqueles bons para pensar”.

O percurso

Da escrita do projeto de pesquisa até a realização do trabalho de campo, várias questões foram surgindo. Desde inquietações metodológicas – geradas pelos cursos, leituras, eventos acadêmicos e discussões extra-aula, realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAS/UFSCAR – até problemas e dúvidas que emergiram do “fazer etnográfico”. Explorá-las é um dos desafios da formação antropológica, o que também contribui para ressaltar as próprias mudanças na minha trajetória acadêmica. Já no projeto de pesquisa, escrito no primeiro semestre de 2013, propus alguns dos objetivos do meu trabalho. A idéia era realizar uma etnografia capaz de compreender as relações e as ações que os quilombolas de Brejo dos Crioulos constituem como mecanismos de resolução do conflito fundiário vigente. Com isso, eu pretendia descrever os caminhos, alianças, estratégias tecidos por estes, a partir da mobilização de agentes e instituições.

Para isso, seriam levados em conta tanto os “canais institucionais” (MORAWSKA VIANNA, 2014) que Brejo dos Crioulos – inscrito nos documentos – percorre, à medida que os quilombolas acionam mecanismos judiciais e administrativos, quanto a estratégia dos quilombolas da *retomada* de seu território por meio das ocupações das fazendas.

Antes de ir a campo, realizei uma extensa revisão bibliográfica sobre o conflito de Brejo dos Crioulos. Debrucei-me na análise de alguns trabalhos acadêmicos e documentos – relatórios, dossiês, boletins, notas taquigráficas de audiências públicas, boletins de ocorrência, inquéritos policiais, cartas, projetos, petições, laudo antropológico, reportagens e processos jurídicos (administrativos e criminais) – que foram confeccionados tanto pelos *parceiros* dos quilombolas quanto por instituições ligadas aos órgãos do governo federal, estadual e ao judiciário. Lidar com tantos documentos me ajudou a perceber que o próprio processo de regularização fundiária inscreve Brejo dos Crioulos em um universo de práticas jurídicas e burocráticas.

Nesse sentido, algumas questões foram emergindo: Como os quilombolas lidam com esse universo permeado pelos documentos? Quais são os efeitos do processo de regularização fundiária na comunidade? Eu deveria priorizar uma estadia prolongada em Brejo dos Crioulos ou fazer trabalho de campo nas instituições e entidades envolvidas?

Procurando refletir sobre minhas próprias angústias, sobretudo em relação ao trabalho de campo, duas questões me levaram a optar por realizar a pesquisa em múltiplos locais. A primeira foi a possibilidade de realizar uma “etnografia multissituada” (MARCUS,1995). Esta me possibilitaria fazer conjunções e justaposição de situações e estabelecer uma conexão ou associação com materiais de diferentes tipos: os documentos, as entrevistas com as lideranças quilombolas e outros atores, os dados coletados através da experiência etnográfica na comunidade e nos momentos de mobilizações dos quilombolas. A segunda questão era que os locais escolhidos para o trabalho de pesquisa tinham conexões, seja com as reivindicações dos quilombolas, seja com as instituições e instâncias judiciais acionadas por estes juntamente com sua *rede de parceiros*.

Instigado por estas questões e pelas leituras realizadas durante o período de formação, iniciei o meu trabalho de campo, que ocorreu na comunidade de Brejo dos Crioulos e nas cidades de Montes Claros, Belo Horizonte, São João da Ponte e Varzelândia (A descrição de cada um destes momentos será feita no capítulo 1). A seguir conto como iniciei minha *caminhada* junto aos quilombolas.

O Encontro de Agrobiodiversidade

Manhã de 8 de Outubro de 2013. Estávamos em cinco pessoas no carro. Além de mim, Leonardo, estudante de agronomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), indígena da etnia Tuxá, Aline, técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Érica, jornalista da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA/MG) e Júlia representante da FIAN/BRASIL. O motivo da viagem era a realização de uma “caravana agroecológica” no âmbito do “Encontro de Agrobiodiversidade”. Estes eram momentos de *intercâmbio* entre os diferentes povos tradicionais do Norte de Minas. Ao longo do evento foram realizados simultaneamente caravanas para diversas comunidades, assentamentos, acampamentos e terras indígenas. Depois de um contato prévio com organizadores do evento,

consegui articular o meu “pré-campo” nesta visita. Como parte da “negociação”, fiquei responsável juntamente com Leonardo de *fazer a relatoria* daquele momento¹⁶.

Do ponto de partida, a cidade de Montes Claros até o município de São João da Ponte, percorremos aproximadamente 107 km e gastamos duas horas e meia de viagem. Lá, fomos ao encontro de um grupo de indígenas da etnia Xakriabá que estavam chegando de outro deslocamento, da cidade mineira de São João da Missões. Após um rápido café da manhã em um posto de gasolina com direito a algumas apresentações e rápidas conversas, seguimos para a região central do município onde deixamos nosso carro e embarcamos juntamente com os indígenas em um ônibus escolar alugado para fazer o transporte dos participantes da caravana até Brejo dos Crioulos. Estávamos em um total de quarenta pessoas. Ao chegar na *comunidade*, nos dirigimos até o *Acampamento*, nome dado pelos moradores a uma das primeiras fazendas *retomadas*. Localizado em Orion, no *Acampamento* funcionam a sede da Associação Quilombola e o Centro de Referência Quilombola. A maioria das *reuniões*, encontros, eventos e festas que abrangem toda a comunidade, acontecem lá. Atualmente apenas duas famílias residem no local desde o período da ocupação¹⁷.

¹⁶ Este período totalizou 17 dias de pesquisa durante o mês de Outubro de 2013. Nesta ocasião pude participar do “Encontro de Agrobiodiversidade dos Povos do Semiárido Mineiro: Agrobiodiversidade, Mudanças Climáticas e Direitos dos Agricultores e Agricultoras”. O evento ocorreu na cidade de Montes Claros e foi organizado pela Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro e pela ASA/MG. A participação neste fórum de discussões foi importante devido ao contato com vários povos tradicionais como: quilombolas (alguns moradores de Brejo dos Crioulos), indígenas, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e agricultores de outros países como Guatemala, Honduras, Costa Rica e México. Tive a possibilidade de acompanhar algumas discussões, ouvir relatos de experiência e denúncias, auxiliando na melhor compreensão das demandas destes povos e suas articulações políticas com instituições, entidades, ONGs e com o Estado, sobretudo no âmbito do Norte de Minas.

¹⁷ Os moradores costumam referir a seu núcleo de moradia como *grupo*, *localidade* e até mesmo *comunidade*. No entanto, o termo *comunidade* é habitualmente empregado quando eles querem se referir à composição total do território quilombola, como costumam dizer *comunidade de Brejo dos Crioulos*. Daqui em diante, quando estiver me referindo a um núcleo de moradia específico, utilizarei o termo *localidade*, e quando estiver me referindo a todo o território quilombola, utilizarei a expressão nativa *comunidade*. Visando não sobrecarregar o texto, nas próximas aparições destes termos, utilizarei grafia normal.



Figura 3 - Entrada do *Acampamento* - Sede da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos
Autor: Pedro Henrique Mourthé

O encontro contou com a presença de muitos moradores e moradoras de todas as *localidades* do território quilombola. Adultos, crianças, jovens e idosos, homens e mulheres. Contando os que ali estavam com os chegantes, cerca de cem pessoas acompanharam a *reunião*. Os temas mais recorrentes foram os processos de *retomada dos territórios* em curso; o histórico das *lutas* de cada região; as ameaças e agressões feitas pelos fazendeiros; os abusos policiais; a importância do reconhecimento dos direitos; o preconceito sofrido pelos moradores nos municípios circundantes; a importância dos *parceiros* e das *entidades de apoio*; os *festejos* e manifestações religiosas como o *batuque* e as *rezas*. Em cada temática discutida os quilombolas, indígenas e os representantes das organizações revezavam-se em suas falas. Após o debate foi servido um almoço e houve uma rápida pausa para as conversas informais. A *reunião* foi retomada e ao final do dia os quilombolas realizaram uma *roda de batuque* e os indígenas fizeram um ritual *Toré*. O símbolo escolhido para representar o momento foi uma foto tirada com todos os participantes que representou a *união das lutas destes povos*.



Figura 4 - Intercâmbio em Brejo dos Crioulos - Xakriabás e quilombolas no Acampamento¹⁸

Semelhante a outros momentos que acompanhei durante a pesquisa, ao final do Encontro de Agrobiodiversidade foi confeccionada pelos encarregados da *relatoria*, uma *carta política*, contemplando a sistematização das demandas, denúncias, discussões e *encaminhamentos* realizado no âmbito do encontro em Montes Claros e nas *reuniões* que ocorreram nas caravanas agroecológicas. Estes documentos circulam em várias *redes*, instituições e são enviados para os órgãos governamentais, configurando uma importante forma de mobilização política.

Antes de seguirmos viagem para Montes Claros, com o auxílio de Aline, fui apresentado para algumas lideranças do quilombo com quem conversei sobre meu interesse de realizar a pesquisa sobre a *luta* e o processo de titulação. Fui aconselhado por todos a marcar uma conversa com Véio e Francisco Cordeiro Barbosa, Ticão, ex-presidente da Associação Quilombola, atual presidente do Conselho Deliberativo de Gestão Territorial e diretor da

¹⁸ Autor: CAA/NM. Disponível em <http://caa.org.br/biblioteca/noticia/caravanas-agroecologicas-do-i-encontro-de-agrobiodiversidade-do-semiarido-mineiro-promovem-troca-de-experiencias/>

Federação N'Golo. Os dois moradores são considerados referências nos assuntos relacionados à *luta* e aos *direitos*. Ao final das últimas prosas e despedidas seguimos para Montes Claros onde ocorreu a abertura do encontro.

Uma semana após a primeira visita, retornei a Brejo dos Crioulos, porém desta vez sozinho. Após alguns contatos feitos pelo telefone celular marquei de encontrar e conversar com as referidas lideranças. Juntamente com outros moradores de Brejo e de outras comunidades vizinhas que estavam *na ponte* - termo costumeiramente mobilizado para referir-se ao município de São João da Ponte - *peguei o ônibus* rumo a comunidade. Na viagem daquele dia o ônibus partiu cheio, todos os lugares estavam ocupados e muita gente, incluindo eu, estava viajando em pé. Devido às condições da estrada e as paradas frequentes, gastamos duas horas para percorrer os 30km que separaram Brejo dos Crioulos da sede do município. Chegando em Araruba, encontrei meu anfitrião, Romeu, popularmente conhecido por Nequinha. Aquela estadia em Brejo foi curta, foram apenas cinco dias. Tive a oportunidade de encontrar pessoalmente no primeiro dia Ticão e no segundo dia Véio. Discorri para os dois sobre meu interesse de realizar a pesquisa na comunidade e mencionei que admirava a resistência e apoiava a *luta* dos quilombolas. Ambos se mostraram animados e disseram que o trabalho seria interessante para dar visibilidade à situação vivida pelos moradores e pelo fato de contribuir para “*contar a história da luta*”. Entretanto, fui alertado sobre o desafio deste empreendimento. Ticão foi enfático: “*Você tem que por o certo na hora de falar da história. Cada um na comunidade fala de um jeito, mas você tem que colocar o certo. Senão faz igual à história do negro no Brasil que tem que ser reescrita*”. Aquele momento marcou o início da minha *caminhada*.

Estrutura da dissertação

Capítulo 1

Neste Capítulo apresento Brejo dos Crioulos e descrevo como o território quilombola e a comunidade são constituídos em meio aos deslocamentos e as experiências vividas pelos moradores. Circulações de pessoas, coisas, notícias e animais. Deslocamentos no âmbito do território e para além dele. Como um dos efeitos do processo de titulação e da *luta pelo território*, as lideranças estão sempre em *movimento*. Perceber esse **mundo em movimento**

foi muito importante para a etnografia, levando-me a tentar acompanhar o ritmo dos moradores e suas movimentações. Seguir os quilombolas implicou em seguir a “trilha dos papéis” (MORAWSKA VIANNA, 2014b). E neste percurso, à medida que eu ia acessando os documentos, fui percebendo que a análise de cada um destes papéis me levava a outros. A proposta foi introduzir brevemente o leitor sobre essa experiência, um dos temas recorrentes da dissertação.

Capítulo 2

O segundo capítulo foi construído a partir de cinco seções. Nas três primeiras, faço reflexões sobre a “história fundiária” de Brejo dos Crioulos a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória dos seus moradores. Procuo destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos quilombolas e também suas conexões com outras comunidades da região. Nas últimas duas seções deste capítulo mostro como iniciaram as mobilizações da *luta pelo território*, dando início aos *enfrentamentos* dentro e fora da comunidade. Procuo descrever etnograficamente os encontros entre os quilombolas, a antropologia e o Estado em meio ao processo de titulação. Seguindo os documentos e a sua circulação, descrevo os canais institucionais que Brejo dos Crioulos percorre inscrito nos papéis e o alcance das reivindicações dos quilombolas.

A narrativa foi construída procurando demonstrar como os quilombolas e seus *parceiros* vão lidando com estes artefatos. No caso analisado, uma dissertação de mestrado *impulsiona, dá andamento ao processo*. O antropólogo se torna um *broker* e fomenta a conexão de Brejo dos Crioulos com várias instituições e órgãos governamentais. Com a criação da *rede de parceiros*, as mobilizações dos quilombolas ganham força. Para finalizar este capítulo, na última seção, descrevo o episódio da *Ocupação do Velho Prastro*, o primeiro *enfrentamento* dentro do território quilombola no âmbito do processo de titulação que contou com a intervenção das instituições judiciárias e da *rede de parceiros*.

Capítulo 3

O terceiro capítulo é composto por quatro seções. Inicialmente descrevo como foram as *tramas, articulações, parcerias* e o *trabalho de base* realizado em Brejo dos Crioulos. Também menciono como *articulações* políticas que ocorreram paralelamente em outros locais

tiveram conexões com a *luta* dos quilombolas. O *trabalho de base* é marcado pelo *movimento*. Circulação das lideranças, *reuniões*, *cursos de formação*, seminários, eventos e *intercâmbios*. Na *luta* os moradores precisam seguir nas suas *andanças*, conhecer novos locais, lidar com papéis e fazer *encaminhamentos*. Procurei demonstrar como coisas materiais, presentes no cotidiano dos meus interlocutores acabam sendo ressignificadas politicamente no sentido de garantir o acionamento e funcionamento da *rede*. Em vários momentos, a *rede* vai sendo mobilizada por meio dos telefonemas e dos documentos.

Dando continuidade aos temas abordados, descrevo como foi a primeira *retomada* que ocorreu em Brejo dos Crioulos refletindo sobre as relações entre os documentos e as *retomadas*, descrevendo as teorizações nativas em conexão com trabalhos que têm se dedicado a pensar os efeitos destes artefatos na teoria antropológica e na descrição etnográfica. A seguir, procuro reconstruir a dinâmica destas ações por meio da experiência vivida pelos meus interlocutores. Para tanto, não me detive a uma ação específica. A partir das entrevistas, narrativas e histórias contadas pelas lideranças e seus *parceiros*, realizei uma reflexão sobre estas ações políticas. Ao fazer isso, procurei similaridades em trabalhos acadêmicos que se dedicaram a reflexões semelhantes, encontrando ressonâncias em etnografias do universo rural, sobretudo aquelas preocupadas com temas relacionados aos movimentos camponeses, ocupações, acampamentos, assentamentos e suas relações com o Estado, agentes e instituições.

Finalizando a discussão, descrevo como muitas famílias quilombolas deixaram seus lares para morar nos *barracos de lona preta*, vivendo uma rotina de movimentações e revezamento entre as *tarefas* do acampamento e aquelas relacionadas a suas moradas. A *luta* faz com que muitos passem a viver no circuito casa-acampamento. Também descrevo os efeitos dos documentos confeccionados pelos operadores do direito no território quilombola. O *movimento das liminares* implica em saídas as pressas das fazendas, na definição de *estratégias para manter o povo em luta* e nas mudanças de última hora dos locais dos acampamentos. Pretendo mostrar ao longo dos três capítulos como a *luta pelo território* é constituída, em diferentes escalas, de diversos *movimentos*.

Capítulo 1 - O trabalho de campo e seus movimentos



Figura 5 - Igreja de Santo Rei (Araruba)
Autor: Hebert Canela

1.1. Território quilombola: *andanças*, trabalho e prosa

Brejo dos Crioulos como é um território com extensão de mais de 17.000ha, ele tem um brejo onde antigamente o pessoal plantava arroz, onde tem muitas lagoas, muitos rios, onde os terrenos são muito férteis para plantar arroz. E tem o brejo mesmo. É um sistema de vegetação baixa, que contém mais umidade. E como essa comunidade aqui tinha o uso desse território, aí o pessoal de fora falava “aquele brejo lá é dos crioulos que moram lá”. Então o pessoal lá de fora chamava nós de crioulos. O que deu nome a Brejo dos Crioulos foi o próprio brejo (Ticão, Araruba, 2014)¹⁹.

¹⁹ Depoimento retirado de um documentário elaborado e disponibilizado por Rogério, morador de Brejo dos Crioulos.

Na Depressão Sanfranciscana, à margem direita do médio São Francisco, região semiárida, Sertão Norte Mineiro, a comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos situa-se na divisa de três municípios - São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Destas três cidades, a última concentra maior parte da população do quilombo (Figura 6). O território é atravessado longitudinalmente pelo médio rio Arapuim, afluente esquerdo do rio Verde Grande. Do ponto de vista geográfico, Brejo dos Crioulos está a uma distância de aproximadamente 612 km de Belo Horizonte.

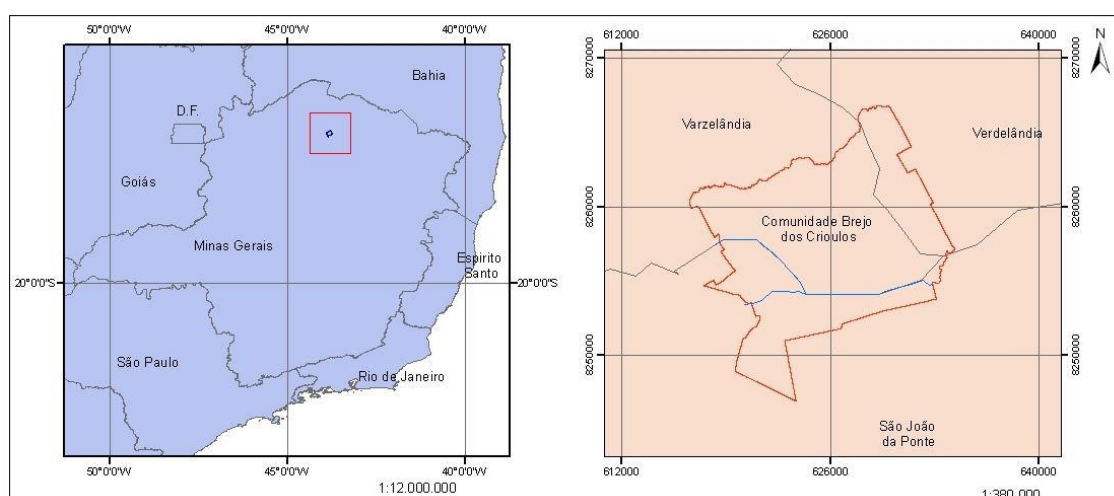


Figura 6 - Localização e limites de Brejo dos Crioulos, municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia. Fonte: Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos (2012, p.18)²⁰.

Em decorrência dos sucessivos movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos quilombolas desde meados de 1930, núcleos de moradia foram constituídos onde atualmente vivem aproximadamente 3000 pessoas, cercadas e *encurraladas* pelas fazendas²¹. São eles: Araruba, Orion (Cabaceiros), Ribeirão do Arapuim, Caxambu I, Caxambu II, Furado Seco, Furado Modesto, Serra D'água e Tanquinho.

²⁰ (DAYRELL; DE SOUZA; LOPES; FONSECA; MATOS; SILVA, 2012)

²¹ Existem divergências em relação aos dados populacionais inscritos nos documentos consultados, em alguns trabalhos acadêmicos e nas estimativas dos quilombolas. O Laudo Antropológico (SANTOS, 2004) aponta para 2042 moradores e 411 moradias. No cadastro realizado em 2007 pelo INCRA, a população total era de 2130 pessoas, correspondendo a 382 famílias. De acordo com as estimativas das lideranças quilombolas com quem convivi durante o trabalho de campo, a população atual é de aproximadamente 3000 pessoas.

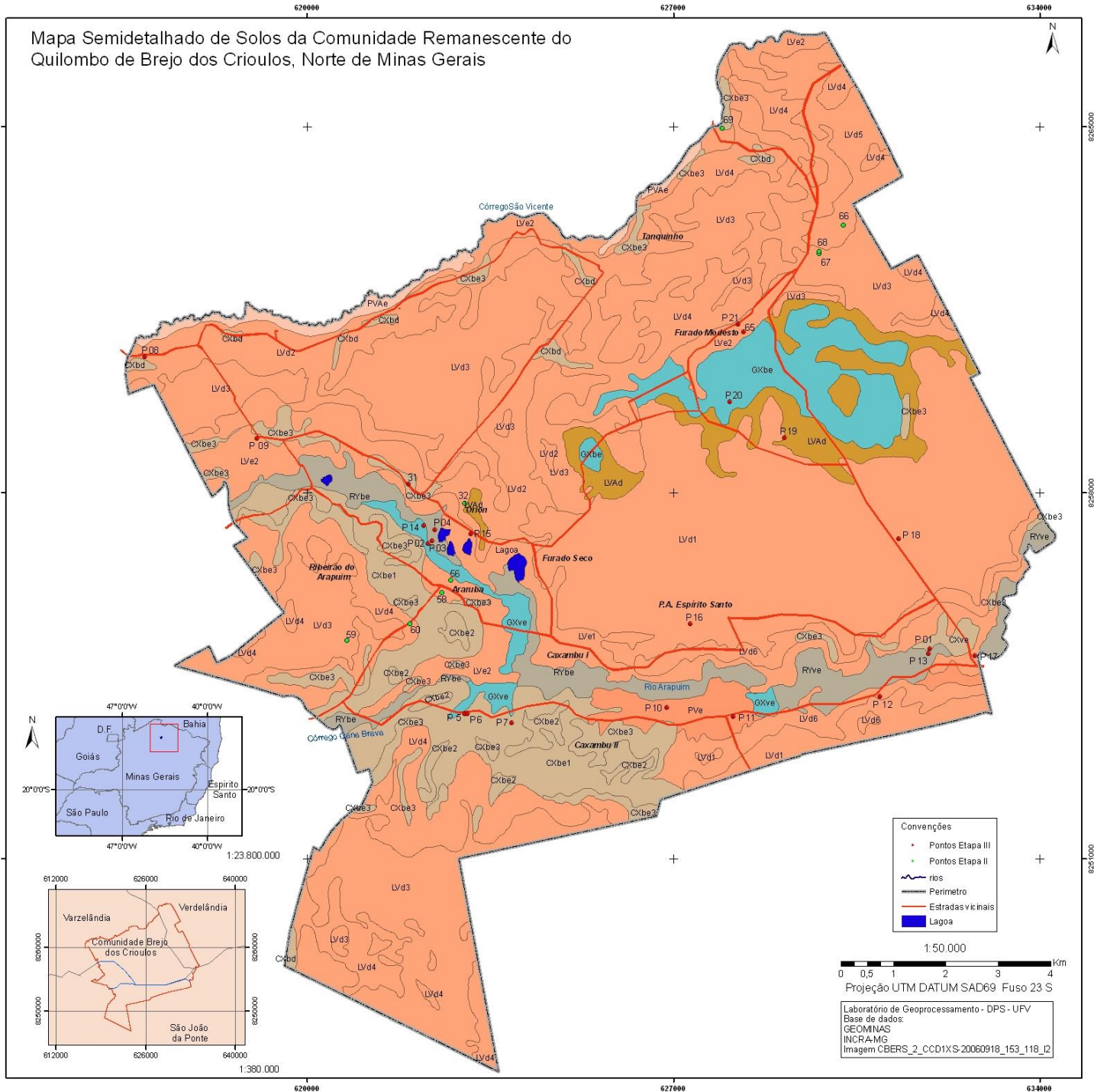


Figura 7 - Mapa de Brejo dos Crioulos
 Fonte: Matos (2008)

Mapa II - Brejo dos Crioulos

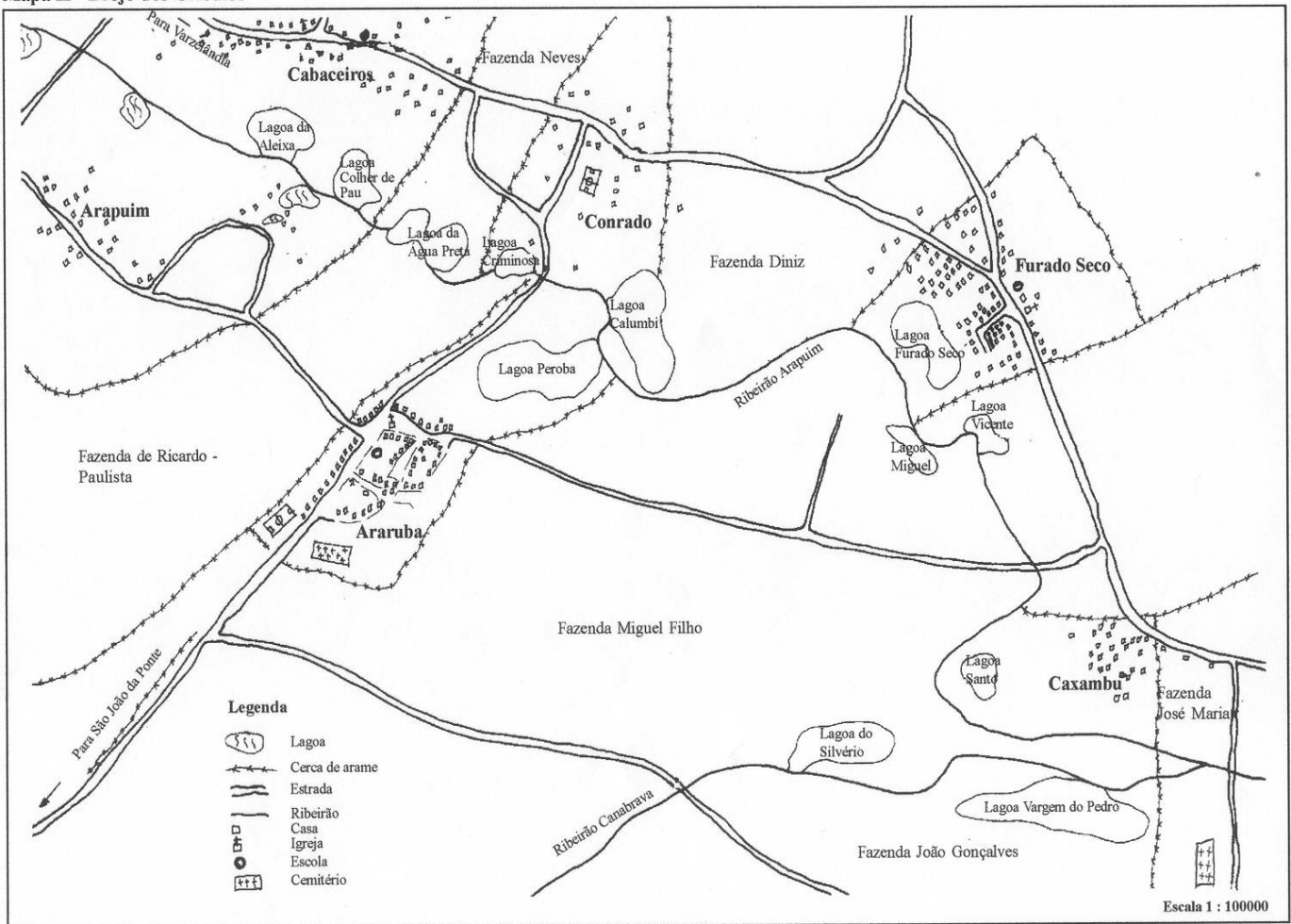


Figura 8 - Mapa com algumas das localidades de Brejo dos Crioulos

Fonte: Costa (1999)²²

Próximo à lagoa da Peroba, entre as fazendas de *Miguel Filho e João Gonçalo*²³, no município de São João da Ponte, está localizado Araruba, um dos três bairros rurais de Brejo dos Crioulos, também conhecida como *Igrejinha*. Os moradores narram que dois irmãos tidos como fundadores, Leopoldo e Manoel Fernandez de Souza, *fizeram a doação para o santo*. Em vista disso, Araruba é considerada uma localidade central na comunidade. Nela são

²² Durante a realização da pesquisa de Costa (1999) a comunidade era composta pelas seis localidades que constam no mapa. O laudo antropológico considerou os seguintes núcleos de moradia: Araruba, Caxambu (I e II), Furado Seco, Conrado, Cabaceiros (Orion), Arapuim (Ribeirão do Arapuim), Furado Modesto, Serra D'Água e Tanquinho.

²³ É comum que os moradores ao mencionarem as fazendas, o façam a partir do nome do proprietário e não através do nome da propriedade.

realizados os principais *festejos* que seguem o calendário católico, como a festa de Santos Reis que acontece anualmente no mês de janeiro²⁴.

A arquitetura local se articula próxima de um povoado rural, devido à aglomeração de casas em torno da Igreja de Santo Rei, do campo de futebol, de alguns bares e pequenos armazéns, da escola e da Igreja evangélica da Congregação Cristã do Brasil. A localidade é a única do território que possui uma rua asfaltada e que conta com um telefone público (que, durante o meu trabalho de campo não estava funcionando). Em virtude disso, na maioria das casas existem as *antenas*, adquiridas pelos moradores como uma forma de lidar com a instabilidade do sinal das operadoras de celular no território quilombola. Na solução encontrada, geralmente um telefone celular é ligado a um cabo que tem conexão direta com a *antena*. Os telefones são deixados sobre algum móvel ou colocados em algum suporte improvisado - em muitas casas visitadas pude observar aqueles feitos com o material proveniente de garrafas pet - geralmente no interior da residência, podendo, desta maneira, receber chamadas e fazer ligações. O telefone celular funciona na maioria das vezes, como um telefone fixo, já que seu funcionamento fica restrito ao espaço doméstico. No entanto, existem alguns lugares estratégicos conhecidos pelos moradores onde é possível obter sinal e fazer ligações.

Devido ao grande número de ligações feitas e recebidas diariamente pelos moradores, o telefone assume grande importância nas relações entre os quilombolas e outros atores. Com o passar dos dias na comunidade fui percebendo e compreendendo a importância que meus interlocutores davam a aqueles aparelhos, e como eles tinham conexões com vários aspectos da vida dos quilombolas. Seja para contatar os parentes que estão morando ou trabalhando em outras cidades da região ou nos grandes centros e nas capitais, nas conversas diárias e na circulação de notícias sobre acontecimentos na comunidade, seja para definir *estratégias* e mobilizações relacionadas a *luta*, como marcar *reuniões* com seus *parceiros* e combinar as *caminhadas*, ou ainda quando são avisados sobre eventuais visitas e da necessidade de

²⁴ Nos “sistemas de posse comunal” ou terras de “uso comum”, caracterizados por Almeida (1987), o controle da terra era baseado no conjunto das atividades produtivas de forma consensual à lógica dos grupos familiares e não dos interesses privados ou das disposições jurídicas. Almeida (2008) utiliza-se da expressão “terra de santo” para referir-se a formas de “uso comum” que extrapolam as classificações atribuídas pelo Estado e englobam a dimensão simbólica, contendo modos particulares de utilização de recursos naturais e de acesso. Conforme observado por Stucchi e Ferreira (2010, p.746), no caso das “terras de santo o que se vê são responsabilidades simbólicas entre o grupo e divindades, em relações travadas diretamente e de caráter contratual. As divindades são as verdadeiras proprietárias do espaço, enquanto os devotos as servem e garantem a manutenção das terras”. Para uma descrição aprofundada dos vários *festejos* e *brincadeiras* que acontecem nas localidades de Brejo dos Crioulos, ver Costa (1999) e Rocha (2010).

possíveis deslocamentos. O uso do telefone celular também foi importante durante as negociações da pesquisa no período “pré-campo” e no seu decorrer, quando necessitei articular minhas idas até Brejo dos Crioulos e os encontros com os agentes de pastoral, técnicos das ONGs, advogados, antropólogos e *militantes*. Ao final da minha estadia na comunidade, adotei o uso do telefone celular como uma maneira de manter contato com meus amigos e me informar sobre os últimos acontecimentos relacionados ao universo de Brejo dos Crioulos.

Araruba também possui uma oficina, utilizada pelos moradores para o reparo das motos e das bicicletas, além da comercialização de gasolina. Da mesma maneira que ocorre em outras oficinas espalhadas na comunidade, existe uma intensa circulação de moradores - a maioria jovens e homens - que aproveitam estes locais como ponto de encontro e de interação.

O segundo bairro rural, Orion, também conhecido por *Cabaceiros*, localiza-se no município de Varzelândia. A origem do nome refere-se à quantidade de areia existente em volta dos *brejos*, o que caracterizava um lugar de *arião* ou *areião*, como narrado pelos moradores. Seu Adelino, um dos mais antigos residentes da localidade explica “*Aqui eles tratavam de dês de quando eu nasci de arião, esse povo da Sucam, matador de chupão, eles decretaram Orion como se fala, dobrou a língua, mas os pretos aqui tratavam de arião, Brejo dos Crioulos*”²⁵.

Além da Igreja Católica e de uma Igreja Evangélica, a única escola de ensino fundamental do quilombo está situada nesta localidade, o que faz com que as crianças que terminam o ensino básico nas outras escolas se dirijam para Orion, aumentando o fluxo de jovens e crianças, que diariamente cruzam as estradas de terra, as *roças*, os *brejos* e as lagoas para poderem frequentar as aulas. Dentro da extensão territorial de Orion, situa-se o espólio de Conrado Pereira da Silva, o menor núcleo de moradia de Brejo dos Crioulos, conhecido pelos moradores por *Conrado*. A localidade é cercada pelas fazendas de *Raul Paulista, Miguel Filho, Elcin Figueiredo e Neves*.

O último dos três bairros rurais de Brejo dos Crioulos é Furado Seco. A localidade conta com uma escola estadual gestada por um diretor quilombola e uma creche, que funciona em um cômodo da Igreja de São Benedito, padroeiro do bairro (SANTOS, 2004). Furado Seco é conhecido como um lugar privilegiado de encontros e interações, tanto pelos bares, pela

²⁵ A referência do morador está relacionada ao processo de desinsetização da *mata da Jaíba*, que será mencionado no capítulo 2 (Diário de campo, Orion, Abril de 2014).

pequena boate, e pela *lagoa do Furado Seco*. Os moradores locais e das comunidades vizinhas frequentemente circulam pela localidade onde realizam festas e churrascos embalados pelo som do arrocha, forró e axé. O lugar também é conhecido pelos torneios e jogos de futebol. As fazendas que cercam o território de Furado Seco são de *Miguel Filho e Raul Paulista*.

Embora nesta parte da comunidade - que compreende os três bairros rurais - exista uma similaridade em relação ao posicionamento das casas, caracterizada por uma distância pequena entre as disposições das mesmas, essa característica não se estende a todo território quilombola. Nas demais localidades as casas são afastadas umas das outras e organizadas de acordo com as unidades familiares. Em uma mesma área é possível encontrar várias casas de membros de uma mesma família, como o caso de Caxambu, a segunda maior localidade de Brejo dos Crioulos, dividida pelos poderes municipais em duas áreas: Caxambu I, situada no município de São João da Ponte e Caxambu II, localizada em Varzelândia, como informado por Santos (2004). O povoamento local se deu através da vinda de uma *irmandade*, neste caso, cinco irmãos de um mesmo tronco familiar. Estas localidades assumem importância pela sua relação com o início do processo de *retomada do território*. Isto porque a *ocupação do velho Prastro* é lembrada pelos quilombolas como um dos marcos da *luta* (o assunto será tratado no capítulo 2). Os *festejos, terços* e o *batuque* estão intimamente relacionados a vários aspectos da vida dos residentes destas localidades e fazem parte de um modo de existência próprio, uma forma de se posicionar no mundo. Uma das moradoras, Dona Catarina, é uma das três tocadoras de *caixa* do quilombo, muito conhecida por ser uma *liderança religiosa*.

As outras localidades, Ribeirão do Arapuí, dividido entre os municípios de São João da Ponte e Vazerlândia, e, Furado Modesto, Serra D'água e Tanquinho, pertencentes a Varzelândia, também seguem o padrão arquitetônico de Caxambu I e II e possuem menos habitantes. Grande parte dos moradores atuais viveu antigamente nas outras localidades, como me contou um morador de Serra D'água:

Inclusive eu não morava aqui. Eu fui nascido lá para o lado de Araruba, em 1951. Mas só que, mas os fazendeiros obrigaram meu pai a vender o terreno dele, mas nem uma camisa eu vestia com o dinheiro dele. Eu não sei o que ele fez com essa mixaria que ele recebeu né? Aí ele ficou sem a terra e ficou com nós pra riba e pra baixo, aí eu casei e vim para cá [Serra D'água] (depoimento pessoal, Véio Dil, Serra D'água, 2014).

João Pêra, morador de Furado Modesto, também narrou sua história e contou como *entrou na luta*:

*Porque se você for ver minha história, o que fez eu entrar nessa luta, eu morei quase 20 anos em São Paulo e nós, a minha família, somos de lá do Orion. Minha mãe tinha 9 filhos. E pelo que o pessoal conta meu pai era um guerreiro que brigava pelo direito dele. Aí naquela época meu pai sentiu uma febre e minha mãe saiu cobrando atrás de médico e não tinha médico naquela época, nós não sabíamos nem o que era cidade. E fazendeiro aí interessado na propriedade dele passou um remédio para ele envenenado. Aí ele morreu e minha mãe sempre contava essa história e eu sempre ouvia. Aí quando meu pai morreu, esse fazendeiro que chamava Nilton Fagundes soltou o gado nos bananal, no canavial que meu pai tinha. Aí o Véio Inácio que morava aqui em Furado Modesto que era cumpadre dela viu mãe naquela situação com as crianças e falou “Ô cumadre Joaninha, se a senhora quiser vir para cá eu vou fazer um barraco para a senhora e você vem para cá”. Aí ela largou tudo que tinha lá [Orion] e veio para cá [Furado Modesto]. Mas o que fez eu **entrar nessa luta** mesmo foi essas histórias que minha mãe contava pra gente. A gente foi massacrado no passado. Essas terras aqui eram todas dos antepassados nossos. Teve uns que venderam porque os fazendeiros foram reprimindo. Os fazendeiros chegavam e falavam “sua terra vale tanto, toma!” Ou num pagava nada, comprava um hectare e cercava dez (depoimento pessoal, João Pêra, Furado Modesto, 2014, grifos meus).*

Os depoimentos acima chamam atenção para a circulação dos moradores dentro do território, motivados pela chegada dos fazendeiros. Em campo ouvi muitas histórias e justificativas sobre as movimentações dos meus interlocutores, que não se restringem à comunidade e à região. Alguns relataram estes acontecimentos referindo-se ao fato de não terem *acompanhado a divisão*, devido aos casamentos, situações de compra e venda das terras e por suas *andanças pelo mundo lá de fora*,

*Eu mesmo, nessas minhas andanças, já fui para São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, para Recife, Salvador, Aracajú, Cachoeira do São Félix, se entendeu? Essas áreas aí tudo a gente viajou, **conhecendo** os lugares. Porque não tinha lugar certo da gente trabalhar aqui na comunidade. Aí desde 2007 que eu **entrei na luta**, que eu estava lá pra fora, para o mundo lá de fora. Aí em 2007 eu peguei e voltei para minha terra (depoimento pessoal, Vetinho, Araruba, 2014, grifos meus).*

Eu fiquei em Pirapora um tempo aí vim, cheguei, fui morar com a minha tia ali em cima [Serra D'água]. Aí tinha essa fazenda aqui, mas os jagunços estavam aqui ainda. Aí eu tive no Iraí de Minas, fui trabalhar lá uns dias, voltei e cheguei aqui e o pessoal tinha ocupado. Aí eu peguei e conversei

com os meninos e pedi para ficar aqui. Como a casa estava abandonada, uma bagunça danada, eu dei uma arrumada, fiz instalação de água e limpei tudo. Hoje eu crio algumas galinhas aqui, tenho minha área de roça onde eu trabalho e só saio de lá de tardezinha (depoimento pessoal, Nilson, Ribeirão do Arapuim, 2014).

Os deslocamentos e *andanças*, sempre narrados pelos moradores em nossas conversas, remetem-se ao que Santos (2014, p.39), amparada na abordagem proposta por Ingold (2000), chamou de “um conjunto de práticas e operações que revelam uma maneira singular de habitar o mundo, que é eminentemente móvel e multilocal”. Perceber esse **mundo em movimento** foi muito importante para a etnografia, levando-me a tentar acompanhar o ritmo dos moradores. Caminhei por todas as localidades do território, freqüentei os bares, *reuniões*, *festejos* e outros eventos. Visitei algumas *roças* e conheci algumas *retomadas* e ocupações em andamento. Somando todas as estadias realizadas, foram sessenta e seis dias de trabalho de campo na comunidade²⁶.

Grande parte da pesquisa baseou-se em conversas e no convívio cotidiano com meus interlocutores. Priorizei o contato com lideranças que participaram das *retomadas* e mobilizações relacionadas a *luta* - homens e mulheres, jovens, adultos e idosos - e também realizei entrevistas utilizando o gravador. Estas não seguiram nenhum roteiro pré-estabelecido e se pareceram mais com conversas. Quando estive com os técnicos das ONGs, agentes de pastoral, *militantes* e membros de instituições, eu também recorri a esta metodologia. No entanto, depois da experiência de campo em Brejo dos Crioulos elaborei alguns roteiros com questões específicas relacionadas ao processo de titulação e a *luta*. Em algumas entrevistas com os *parceiros* eles foram utilizados.

Em minhas *andanças* pelo território quilombola eu sempre levava junto meu caderno de campo. Mesmo se eu estivesse gravando as conversas eu tomava notas das histórias e *causos* contados pelos meus interlocutores. Muitas vezes, na ocorrência de algum acontecimento inesperado, quando eu não estava com o caderno, eu me esforçava para guardar o fato ou fazer alguma anotação em algum pedaço de papel para que, ao chegar na casa que estava hospedado, escrever meu diário de campo. Se muitas vezes chegava cansado de um dia repleto de atividades e só queria aproveitar para relaxar, a rigorosidade que mantive

²⁶ A estadia em Brejo dos Crioulos ocorreu nos meses de Outubro de 2013, Fevereiro, Abril, Maio de 2014 e Janeiro de 2015.

na escrita foi muito importante. Como pontuou Strathern (2014, p.350), o etnógrafo deve “não só compreender o efeito de certas práticas e artefatos na vida das pessoas, mas também recriar alguns desses efeitos no contexto da escrita sobre eles”. Para a autora, o *momento etnográfico* “denota uma relação entre a imersão e o movimento”. Nesta perspectiva, foi no movimento de articular o que aprendi na minha experiência em Brejo, as teorizações e conceitos dos quilombolas, com outras teorias e conceitos, na frente do meu computador durante a escrita da dissertação - envolvendo estes dois campos, como propõe Strathern (2014) - que aprendi a importância do diário na composição da etnografia.

Os meus deslocamentos dentro do território quilombola eram feitos de duas maneiras. Quando eu não seguia nas *andanças* pelas casas dos moradores a pé, na maioria das vezes acompanhado por Nequinha, eu era auxiliado por Rogério, jovem liderança de Orion e outro importante interlocutor, que muitas vezes me levou na garupa da sua moto para os locais mais distantes. A grande maioria dos deslocamentos dos moradores são feitos nas motos. Homens, mulheres, adultos e crianças, fazem uso das motocicletas, seja para o trabalho diário, para os deslocamentos dentro do território, ou para as idas até as comunidades vizinhas e as cidades do entorno.

Além das motos existem duas linhas de ônibus. Uma delas parte de Araruba até São João da Ponte e a outra linha faz o trajeto de Orion para Varzelândia. As viagens acontecem diariamente, as partidas ocorrem de manhã e o retorno a comunidade acontece à tarde. Na cidade de São João da Ponte observei o circuito de trocas que é realizado por meio das viagens, já que em muitas vezes optei por *pegar o ônibus* juntamente com os quilombolas. Quando eu aguardava a partida do veículo no armazém do Jair Lima, uma pequena mercearia localizada na região central deste município, observei os chegantes que traziam várias coisas como: sacos de milho e de ração para gado, feno, sementes, eletrodomésticos, encomendas e as *feiras*, nome dado para se referir as compras domésticas. Estes negociavam com o motorista do ônibus um valor referente ao pagamento do transporte da encomenda, que era feito dentro do bagageiro do veículo. Nesta ocasião, presenciei a negociação e transporte de uma geladeira e de um tanquinho.

É uma prática cotidiana dos comerciantes de São João da Ponte e Varzelândia enviarem seus produtos para os moradores da zona rural. À medida que o ônibus transita entre as comunidades as encomendas são entregues e outros pedidos são feitos. As trocas são intensas e o ciclo comercial é mantido quase que diariamente. Além das *feiras*, os ônibus são

muito utilizados quando os moradores vão visitar parentes e amigos que moram nessas cidades ou precisam acessar alguns serviços que só estão disponíveis *na ponte* ou *na Varzelândia*, como por exemplo os serviços bancários, consultas médicas, serviços de correio, idas até o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e aos órgãos da prefeitura.



Figura 9 - Encontros
Autor: Hebert Canela

Poucos moradores possuem carros. Existe um veículo que pertence à Associação Quilombola que é utilizado para as viagens das lideranças, a grande maioria relacionada a *luta*, como eventos, *reuniões* e outras *caminhadas*. Em casos de urgências médicas e de outras necessidades eventuais, este veículo também faz algumas viagens. As carroças e os cavalos são muito utilizados. Os *carros de boi*, ainda que sejam poucos nos dias atuais, são vistos circulando. Para os deslocamentos intermunicipais é comum que os moradores acessem os serviços dos *táxis*. Os motoristas realizam trajetos diários e além do transporte dos passageiros, os *taxistas* também entregam encomendas, realizam serviços bancários, compras e levam recados e cartas. Os principais destinos são Montes Claros e Janaúba. O local de embarque geralmente é na própria rodoviária do município ou em algum ponto comercial

estratégico. Nestas cidades os moradores aproveitam para visitarem seus parentes, vão em busca de tratamentos médicos e participam de *reuniões* e outros eventos com os seus *parceiros*. As viagens de *táxis* foram muito utilizadas em minhas incursões até Brejo dos Crioulos, já que o serviço está presente em quase todas as cidades do Norte de Minas.

A expropriação territorial vivida pelas famílias desde o *tempo da divisão* e posteriormente, com a chegada dos fazendeiros nos anos sessenta, modificou substancialmente as dinâmicas de apropriação do território, tendo seus efeitos nos sistemas produtivos e na economia local. A construção de barragens e projetos de irrigação, assim como a derrubada das florestas, visando o direcionamento da produção exclusivamente para a pecuária extensiva modernizada por parte dos fazendeiros, resultaram no *encurralamento* dos quilombolas em meio às fazendas. Com o fim do *tempo da fartura*, a maioria das famílias teve que reorganizar suas estratégias produtivas²⁷.

Entre as culturas temporárias, o milho, o feijão e a mandioca são as espécies mais cultivadas pelas famílias, seguidos pelas hortaliças, feijoa (fava) e arroz. Embora algumas famílias realizem o plantio de hortaliças nos quintais das casas, a grande maioria realiza o plantio coletivo nos territórios retomados. Nos quintais também ocorre o cultivo de frutas como cana, acerola, banana, laranja, limão, manga etc. Mesmo *encurralados* os quilombolas conseguem articular o uso da terra de forma eficiente, como narrado no depoimento de um morador de Araruba, Seu Elizeu:

*Meu terreno aqui é dez por trinta. Tem goiaba, tem jaca, tem cana, tem laranja, tem limão, tem pinha, tem mamão, tem acerola e tem outras plantas que eu não me lembro mais. Tem erva cidreira, tem tudo aqui. É dez por trinta meu terreno, e se eu tivesse um alqueire de terra?*²⁸

O modo como Seu Elizeu descreve o uso do seu *terreno* é importante para as reflexões sobre a *casa* em Brejo dos Crioulos. Assim, julgo pertinente trazer as observações etnográficas de Santos (2014), que apoiada em Marcelin (1996), propôs pensar a “casa” não apenas pelo viés de uma “construção física, fixa e imediatamente localizável, mas como espaço de produção da domesticidade, domínio em torno do qual as relações investidas na experiência da família e do parentesco se articulam, como nós” (SANTOS, 2014, p.40).

²⁷ Para um aprofundamento nestes aspectos, ver o Plano de Etnodesenvolvimento (2012).

²⁸ Depoimento de Seu Elizeu, morador de Araruba, no documentário “Unha Preta: Luta pelo direito étnico no Norte de Minas” (2009).

A “casa”, nesta perspectiva, deve ser encarada como um lugar de passagem e de circulação. Seu significado adquire sentido através da própria socialidade quilombola, suas dinâmicas e redes domésticas de cooperação e solidariedade que possibilitam a composição de uma “configuração de casas” (MARCELIN, 1996).

Os quintais, além de abrigarem as hortas, frutas e darem acesso as *roças*, também são espaços onde os moradores circulam livremente devido à proximidade das casas, cortando caminho pelos atalhos e trilhas, e indo em direção às *mangas*²⁹ que cortam e dividem estes espaços. No interior das casas, as visitas aos parentes e amigos são freqüentes, assim como a parada para uma prosa e um café, acompanhados pelos biscoitos de goma doce ou salgados. As crianças circulam entre as casas e os quintais, brincam nestes espaços e seguem as trilhas para irem para a escola e para as lagoas. Os quintais também são lugares onde se encontram os túmulos dos familiares falecidos, que são enfeitados e bem cuidados.



Figura 10 - “Configuração de casas” (Araruba)
Autor: João Batista

²⁹ Os quilombolas usam este termo quando se referem aos pastos. Outras variações como *mangueiro*, que quer dizer pasto pequeno ou *mangueiro grande*, também foram mencionadas.

É certo que, com início da *luta*, houve mudanças na paisagem, resultando em transformações nas configurações territoriais, já que com as ocupações, os quilombolas começaram a retomar seus territórios. Nesse sentido, algumas *mangas* das fazendas acabaram se tornando hortas, divididas entre as famílias que plantam coletivamente em uma mesma área, fazendo com que suas hortas e *roças* acabem sendo uma extensão da própria casa, onde o morador tem um cuidado especial e vai diariamente realizar o trabalho na terra.



Figura 11 - Molhando as hortas - Dona Justina e seu neto Henrique molham as hortas com o *chuveiros*
Autor: Pedro Henrique Mourthé

Os animais também circulam nos quintais e dentro das casas, os cachorros e as galinhas são as espécies mais comuns e são criados soltos, assim como alguns poucos gatos. Já o gado assume um papel muito importante na comunidade. Mesmo que em Brejo dos Crioulos o gado seja mantido por poucos, ele tem conexões com vários aspectos da vida dos moradores, o que inclui o conflito agrário. Os mais antigos contam que o gado era criado solto, como no depoimento abaixo:

De primeiro a gente tinha uma liberdade grande. A gente chegava e onde a gente pensava de fazer uma moradia fazia. E aonde que a gente pensava de por uma roça, punha a roça. Criação, todo mundo criava. O gado era na solta, todo mundo misturado, a diferença era que cada um tinha seu dono,

*era só do ferro. Mas era tudo comum*³⁰ (depoimento pessoal, Paula, Caxambu I, 2014).

Contrastivamente aos tempos da *terra solta* e ao depoimento acima, nas *mangas* das fazendas onde o gado compõe, juntamente com o capim que *segura a terra*, a paisagem da monocultura, os moradores informam que sua comercialização era restrita aos quilombolas. *Tudo era mandado pra fora. Negócio daqui era só tirar pra lá.*

O fazendeiro, o interesse dele aqui é o rebanho, o gado. Então com isso, mais era o capim. Para nós não havia formas de emprego aqui. Porque eles plantavam o capim mas vinha gente de fora para tomar conta das mangas. O pessoal aqui de dentro da comunidade algum dia trabalhava para eles né? Mas por um preço que você nem imaginaria, um preço baixíssimo mesmo. Até trocava em troca de algumas coisinhas, pois o pessoal na época era meio fraco. O meio social aqui, a renda, era pouquíssima mesmo. Então trocava por um pouco de alimento (depoimento pessoal, Rogério, Orion, 2014).

O gado também foi informado como um divisor do espaço, como me contou em uma tarde de conversa Dona Justina, antiga moradora de Araruba. Segundo esta, depois da chegada dos fazendeiros os moradores dividiam o espaço doméstico com os animais, que ficavam cercados nas *mangas* no entorno das casas. Além da poeira e barulho, devido à quantidade de animais, uma preocupação recorrente, relatada pela moradora, estava relacionada aos acidentes, já que as crianças gostavam de ir até as cercas que dividiam o quintal das casas e as fazendas para *olharem o gado*.

No decorrer da prosa com Dona Justina, seu filho Nequinha também *assuntou* a conversa e acabou tecendo comentários associados ao gado:

No tempo dos fazendeiros ficou tudo mais difícil. Quando nos íamos panhar um pau de lenha dentro da fazenda eles não deixavam. O gerente da fazenda não deixava. Não deixava panhar um pau de lenha! Nos rios onde a gente panhava água e íamos lavar as roupas, eles não deixavam a gente entrar. Eles falavam: “Ah, o gado vai beber água aí no rio e na lagoa e vai intoxicar os bezerros, vai morrer é tudo”. E tinha umas divisões também. Igual no Morro Preto [fazenda]. Lá, o feijão de arranque mesmo era só dos fazendeiros e do gerente. A carne do gado, de primeira, era dos fazendeiros.

³⁰ A moradora se refere ao *gado ferrado*, que geralmente possui a primeira letra do seu dono. Esta era a maneira na qual os quilombolas sabiam identificar de quem eram os animais criados *na solta* ou *na larga*. Araújo (2009), em sua pesquisa junto aos vazanteiros do Quilombo da Lapinha e do Pau de Légua, faz uma discussão aprofundada sobre as dinâmicas de criação de gado na região.

A de segunda era dos gerentes e dos vaqueiros. E o que sobrava, os restolhos, pegava e vendia para os caras que estavam roçando manga ou fazendo algum trabalho na fazenda. Nós quilombolas podíamos chegar com o dinheiro que eles não vendiam a carne. Só podia comprar era barrigada essas coisas. O que sobrava para gente fraco era mais barrigada de gado. Mas ao contrário, a carne de primeira era tudo dos grandes. De pessoas grandes. Os pequenos ficavam só no cheiro! (depoimento pessoal, Nequinha, Araruba, 2014)

Alguns moradores possuem cabeças de gado e criam no entorno das suas casas ou nas *mangas* de algumas fazendas *retomadas*. Aqueles que não possuem lugar para alimentar sua criação, recorrem ao aluguel dos pastos disponíveis nos *terrenos* dos seus vizinhos. O gado também circula, tanto pelo fato dos animais estarem associados à estratégia de *soltar o gado nas roças*, mobilizada muitas vezes pelos fazendeiros nos conflitos e nas ocupações, e também quando eles aparecem inscritos nos documentos, já que os advogados dos fazendeiros muitas vezes mobilizam o gado na confecção dos processos jurídicos a afim de reforçar o argumento da produtividade para garantir os mandados de reintegração de posse aos fazendeiros (descrevei estes procedimentos no capítulo 3).

O gado também serve como reserva de valor, já que muitos preferem investir na compra de animais ao invés de pouparem o dinheiro em contas bancárias. O comércio dos animais é intenso na região, entretanto, existem períodos de maior demanda. O gado também está presente na alimentação dos quilombolas, na costela ou no bife, preferidos pelos moradores na sobra de algum recurso, ou no requeijão, queijo e no leite.

A compra da carne de gado e dos laticínios é realizada nos armazéns locais ou nas comunidades e cidades vizinhas. Outros produtos que são comercializados pelos moradores são o milho, feijão, os porcos e as galinhas. Nos bares e armazéns, lugares de *movimentação de gente*, encontros e conversas, onde os moradores se reúnem para *comer água*, jogar truco ou dominó, são vendidos mantimentos, *misturas*, bebidas, produtos de limpeza e higiene pessoal etc. A maior parte destes é construída nas próprias casas dos moradores, sendo comum que os donos comprem os produtos em São João da Ponte e Varzelândia e revendam na comunidade.

A composição da renda familiar dos quilombolas é formada em grande parte pelo trabalho realizado fora da comunidade, seja como diaristas ou migrantes, seguido do recebimento do Bolsa Família. Com a escassez de trabalho na comunidade devido à privação do acesso à terra, os quilombolas necessitam complementar a renda familiar, o que estimula as

saídas para trabalhar. As idas e vindas acabam constituindo uma estratégia de trabalho temporário muito importante. Muitos moradores e moradoras ainda saem para trabalhar em outras regiões de Minas Gerais e outros estados em suas *andanças*,

a maioria do pessoal aqui saía para trabalhar no café, Piumhí ou Triângulo Mineiro. Tinha vez que saíam cinco ou seis ônibus só daqui de Brejo. Nessa fase aí, muita gente parou de ir, pois tem seu local de trabalho e pode se manter dentro da área. Ta saindo alguns ônibus mas não é intensificado igual era antes. Eu mesmo já trabalhei no café em Piumhí, São Gonçalo do Sapucaí, Perdizes e Serra do Salitre (depoimento pessoal, Nilson, Ribeirão do Arapuim, 2014).

Em outra oportunidade, conversei com Nequinha sobre suas experiências fora de Brejo dos Crioulos, suas *andanças pelo mundão*, os lugares que trabalhou e conheceu. De maneira semelhante a outros *causos* contados pelos moradores, ele mencionou suas *saídas para trabalhar no café* e trouxe elementos interessantes sobre essa modalidade de trabalho, ao mesmo tempo que lembrava de outras experiências e lugares.

Foi a partir de meados de 82 que começou gente ir para o café. A gente ia para ficar 6 meses. A gente pegava dinheiro adiantando para pagar as contas aqui nos armazéns e para alimentar na estrada. Tudo combinado com o Gato. A gente chegou a ir para Santo Antônio do Amparo também para o café. Em Piumhí nós ficávamos 6 meses sem vir em casa. Só voltávamos quando terminava a safra. Hoje muitos que iam para o café não vão mais. No território tem várias famílias nossas doentes com chagas, com dor no peito, pneumonia, por causa do veneno do café. Mas eu já passei por muito sofrimento e rodei esse mundão todo. Eu já fui para o Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, em Campo Grande. Foi uma vida muito sofrida lá. Trabalhei nos pinhal. Tinha que ir três pessoas, dois com motosserra desgalhando e outro juntando a madeira. Isso para ganhar naquele tempo R\$ 0,60 centavos de diária. Depois rodei por Frutal, Uberlândia, Uberaba e Engenheiro Dolabela. Trabalhei na cortação de cana. Também já trabalhei no Goiás, Nova Londrina, Riacho dos Machados, no eucalipto. Mas com a luta nossa aqui muita gente deixou de ir para o café. Eu mesmo desde que começou a luta não fui no café, nem eu nem a Maria, ninguém aqui de dentro da minha casa (depoimento pessoal, Nequinha, Araruba, 2014, grifos meus).

A partir das conversas que tive com este interlocutor e outros moradores, compreendi melhor a dinâmica do *café*. O destino da maioria dos migrantes são as plantações localizadas na cidade de Piumhí, no sul do estado mineiro. Na maioria das vezes os moradores se deslocam para as fazendas de café nos períodos de descidas das águas e acabam retornando

para a Festa de Bom Jesus. Nas primeiras idas, o transporte dos trabalhadores recrutados era feito no *Pau de arara* e atualmente os empreiteiros alugam ônibus de turismo de pessoas de São João da Ponte e Varzelândia. *Gato* é o nome dado a pessoa responsável pelo recrutamento dos interessados em trabalhar nas *firmas*. Ele pode ser das cidades da região ou das próprias comunidades. Luz (2015, p.78), que realizou trabalho de campo na área rural do município norte mineiro de São Francisco, relata que devido à modernização das *firmas* a figura do *Gato* foi sendo substituída pelo fiscal, que “passou a ter a carteira assinada e recebeu o nome, como assinado na carteira de trabalho, de encarregado de campo”.

Após os acertos os ônibus percorrem as comunidades da região buscando os trabalhadores e seguem para Piumhi. *No café* o trabalho é administrado pela produtividade e a remuneração é feita por diárias. Existe uma divisão de trabalho de acordo com as *ruas*, nome dado as fileiras que formam a plantação de café. Os trabalhadores colocam um foro de nylon nas *ruas* e vão *panhando* o café. O *Gato* também é o responsável por fiscalizar a produção dos trabalhadores. Ele vai percorrendo as *ruas* e conferindo os pés de café. “*Se ficar caroço de café nos pés eles falavam que ta deixando piolho*”, contou Nequinha. Neste caso, é necessário que o trabalhador volte para *panhar os grãos* e finalizar a *rua*. Ele só pode seguir para a próxima *rua* após limpar todos os pés. Existe um alojamento para os trabalhadores. As *feiras* são feitas no armazém e pagas quinzenalmente. No entanto, muitos interlocutores narraram que atualmente as coisas estão mais difíceis, muitas vezes é preciso que o empreiteiro, que também recebe uma porcentagem do armazém, seja o avalista da compra.

É notável que com o início do processo de *retomada do território*, houve uma diminuição no fluxo de trabalhadores migrantes. Como explicou Nequinha, “*É sofrido mas eu te falo Pedro, as famílias que têm alguma coisinha hoje aqui dentro de Araruba, dentro do Furado Seco, dentro do Caxambu II e do I, foi através do dinheiro do café. Não foi através do trabalho nas fazendas daqui não*”.

As cidades de Patrocínio e Santo Antônio do Amparo também são locais escolhidos, porém em menor escala. Há que considerar ainda, de acordo com o Plano de Etnodesenvolvimento (2012), que existe um pequeno fluxo migratório realizado para o município de Jaíba, onde os quilombolas, em sua maioria homens e jovens, trabalham no corte de lenha e na colheita da banana. O dinheiro adquirido *no café* também circula na comunidade, sendo empregado na reforma e construção das casas, na compra de motos, aparelhos de celulares, eletrodomésticos e no enxoval de casamento. Além das *saídas para*

trabalhar, os moradores, sobretudo os mais jovens, geralmente mudam para cidades como Belo Horizonte, São Paulo (tanto a capital quanto cidades da região metropolitana e do interior) ou até mesmo os municípios da região como Montes Claros, Janaúba, Varzelândia e São João da Ponte. A maioria sai em busca de emprego ou quer dar continuidade aos estudos³¹.

Todas estas *andanças* dos meus interlocutores, seja no cotidiano da comunidade, nas *saídas para trabalhar*, ou nas viagens e mobilizações relacionadas a *luta*, fizeram com que a pesquisa não se limitasse a observações etnográficas na comunidade. As dúvidas mencionadas na seção anterior, resultantes das expectativas anteriores ao trabalho de campo, se este deveria ser conduzido apenas em Brejo dos Crioulos, ou se estender a instituições atuantes no território quilombola, foram respondidas durante a própria realização da pesquisa. Como um dos efeitos do processo de titulação e da *luta pelo território*, as lideranças quilombolas estão sempre em *movimento*, suas rotinas são marcadas pelas inúmeras viagens e *reuniões*. Os deslocamentos para Montes Claros, Belo Horizonte e Brasília são freqüentes, assim como os *intercâmbios* articulados conjuntamente com os *parceiros*.

Outras etnografias também buscaram refletir sobre a temática do “movimento”. Alves (2014), em sua pesquisa junto aos “habitantes” de Pinheiro no Vale do Jequitinhonha (MG), percebeu que “o movimento é algo central na vida dessas pessoas” (ALVES, 2014, p.2), o que resulta em uma vida sempre suscetível a “múltiplos deslocamentos”³². Tal como as *andanças* dos moradores de Brejo dos Crioulos, os interlocutores de Alves (2014) seguem conhecendo outros lugares e experiências por meio do *movimento quilombola*. O contato com agentes externos e com outros *companheiros* faz parte da dinâmica destas pessoas. Para os quilombolas de Pinheiro, que conhecem os *companheiros* de Brejo dos Crioulos e até rezam para eles em virtude dos conflitos, é andando que se ganha *sabedoria* (ALVES, 2014).

³¹ Sobre etnografias que propõem discussões relacionadas a migração em contextos rurais, ver por exemplo, Woortmann (1990 e 2009), Palmeira (1977) e Scott (2009). Para trabalhos relacionados ao Sertão Norte Mineiro, ver Paula (2009) e Luz (2015).

³² Destaco as estimulantes discussões do “GT 1: Teoria Antropológica e Escrita Etnográfica”, no âmbito das atividades do III Seminário de Antropologia da UFSCAR, onde os debatedores Catarina Morawska Vianna, Jorge Villela e Karina Biondi sugeriram aproximações entre o meu trabalho e a pesquisa de Yara de Cássia Alves, mestranda do PPGAS/USP. Foi através do incentivo para as aproximações entre nossos dados etnográficos, os quais foram revelando conexões entre realidades distintas, porém comunicáveis, que fomos estabelecendo um diálogo muito interessante. Ao apresentarmos artigos isolados referentes às nossas pesquisas de mestrado, observamos que as teorias de nossos interlocutores se cruzavam e revelam aspectos importantes sobre modos de agir nos sertões mineiros e na *luta* quilombola, em Brejo dos Crioulos e em Pinheiro, sobretudo em relação à temática do *movimento*. Agradeço a Yara pelos debates, dicas de leitura e sugestões metodológicas.

De maneira semelhante, o já referido trabalho de Santos (2014) chamou atenção para a importância da observação dos deslocamentos cotidianos dos moradores da comunidade quilombola de Pedro Cubas no Vale do Ribeira, o que levou esta autora a “pensar sobre o modo como os habitantes de Pedro Cubas conectam-se com a terra e as pessoas. É durante este caminhar com suas diferentes composições de ritmos que o mundo vai sendo tecido” (SANTOS, 2014, p.20).

Em outro trabalho realizado no Sertão Norte Mineiro junto ao “povo dos Buracos”, no município de Chapada Gaúcha, Carneiro (2010, p.26) refletiu sobre como o “movimento” teve efeitos em sua descrição etnográfica. Tal movimento,

não se reduz aos deslocamentos realizados nas estradas que levam até Chapada - cada vez mais transitadas desde o surgimento de Brasília -, também envolve, telefonemas e outros modos de comunicação (ou circulação de “modos”). Assim a “terra” dos Buracos, os contornos do espaço no qual se ordenam seus modos de viver e se relacionar, movem-se conforme a circulação de palavras e pessoas, seja nas estradas que levam longe os parentes, nos telefonemas, entre os que foram e os que ficaram ou nos casos que trazem ao lugar atual as marcas do “tempo primeiro”. Analogamente a idéia de ‘território’ deleuze-guattariana, o território buraqueiro não se limita ao olhar geográfico, pois é existencial: não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções no território não são as primeiras; elas supõem, antes de tudo, uma expressividade que faz território.

Também inspirada pela filosofia de Deleuze e Guattari, Vieira (2015), em sua pesquisa junto aos quilombolas dos gerais, na comunidade de Malhada, município de Caetitê na Bahia, descreve a experiência do deslocamento como “constitutiva da vida dos moradores”.

Suas histórias são pensadas e narradas como deslocamentos cartográficos: de uma comunidade a outra, por ocasião de casamentos; para o sudeste do país, em busca de trabalho ou de tratamento médico; longas distâncias rompidas entre gerais e baixios, para trabalhar por diária na produção de farinha; as léguas que percorreram para vender chapéus, panelas e potes de barro; o périplo de avós e bisavós nos *tempos da fome* (VIEIRA, 2015, p.217-218, grifos da autora).

A autora menciona que durante seu trabalho de campo escutou várias vezes a expressão “a gente precisa caminhar para conhecer as coisas” (Ibid, p.218). Foi através das várias experiências de *movimento* dos seus interlocutores que Vieira (2015) propõe uma cartografia nativa, pautada nos agenciamentos quilombolas. “A arte de *ir rompendo*, portanto,

não é apenas um deslocamento no espaço ou no tempo, mas um agenciamento referido em uma cartografia de poder” (Ibid, p.217, grifos da autora). É preciso caminhar para aprender a contar as histórias, salienta a autora³³.

Outra conexão possível entre a etnografia de Vieira (2015) e meus dados, é o fato de que as pessoas que retornam de outras cidades e regiões para a comunidade estão sempre em *movimento*. Conforme sua descrição, os “sampauleiros”, que retornam, circulam entre as estradas que cortam as comunidades, vão visitar os parentes e aproveitam para “comprar *agrados* na cidade, negociar a compra de animais, de tijolos para construir ou ampliar sua casa” (Ibid, p.230, grifos da autora). Em Brejo dos Crioulos, aqueles que retornam *do café* e de outras regiões têm rotinas marcadas por estas movimentações e negociações comerciais.

A etnografia de Acypreste (2015) também problematizou o tema. Pesquisando os pescadores quilombolas de Sangradouro Grande, moradores de uma área rural do município de Januária no norte de Minas Gerais, a autora, inspirada nas reflexões de Tim Ingold, descreveu os deslocamentos dos seus interlocutores desde que foram expulsos da terra e migraram para outras cidades e estados até o momento recente de *retomada* e da participação nas *reuniões* dentro e fora da comunidade, importantes para a construção de quem os moradores de Sangradouro são, sua organização política e por isso, constituintes do território³⁴.

Guedes (2011) descreveu a rotina dos moradores de Minaçu, no extremo norte de Goiás, que em suas *andanças* junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na luta pelos direitos, de maneira semelhante aos quilombolas, circulam por uma multiplicidade de espaços - manifestações, atos, marchas, ocupações, cursos e reuniões. Experiências significativas na vida dessas pessoas, exploradas pelo autor em sua tese de doutorado.

³³ A presente discussão é aprofundada no decorrer de sua tese, ver o capítulo 4.

³⁴ Acypreste (2015) fez uma profunda reflexão sobre a relação entre direitos, política e identidades. Pensando as estratégias do grupo para a garantia do território, a autora descreveu a multiplicidade de identidades atribuídas pelos seus interlocutores, que diziam ser “um pouquinho de tudo”, já que além de iniciarem um processo de reconhecimento como “comunidade remanescente de quilombo” junto ao INCRA, também reivindicaram o território junto a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) com o Termo de Autorização de Uso Sustentável das terras da União (TAUS), um novo instrumento que tem garantido as populações ribeirinhas o uso sustentável do território. Em seu estudo, Acypreste (2015) mostrou que as definições dos seus interlocutores entram em choque com as definições do Estado, que reconhece as pessoas como pescadores ou quilombolas, e nunca pescadores quilombolas. Isso porque o direito de acesso ao território através da identidade é fragmentado. “O processo de auto-identificação está em constante movimento, em processos constantes de deslocamentos, incorporações e fragmentações” (Ibid, p.40).

Comerford (2014, p.110) propôs pensar os deslocamentos que compõem esse “mundo de andanças”. A circulação de pessoas e animais, os deslocamentos cotidianos entre as casas, aqueles outros realizados em momentos específicos como festas, velórios ou por motivo de doença. O autor procura, em meio “aos modos de movimentação” traçar possibilidades analíticas que

permitam levar em conta a importância dada, nesses universos sociais, não só do fato de que há movimentações em diferentes escalas, mas à forma das movimentações em casas, às maneiras de convidar, chegar, permanecer, sair, voltar, evitar, frequentar, se deslocar enquanto performance por assim dizer.

Em recente publicação: “Giros etnográficos em Minas Gerais: Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo”, (COMERFORD; CARNEIRO; DAINESE, 2015), os organizadores da coletânea trazem abordagens etnográficas que procuram problematizar as várias dimensões que a categoria *movimento* pode tomar em diferentes contextos etnográficos de Minas Gerais. Buscando traçar conexões entre meus dados e os temas exploradores por estes autores, resolvi aprofundar nesta discussão pensando analiticamente as conexões possíveis entre estas etnografias e o universo de Brejo dos Crioulos.

Nesta perspectiva, um dos aspectos destacado pelos autores está relacionado às “casas”. Eles também reforçam a idéia que esses são ambientes de circulação e trazem vários exemplos etnográficos interessantes. No entanto, como retratado por Comerford, Carneiro e Dainese (2015), a casa é também um lugar de “estabilização”, no qual as pessoas param para conversar, sobretudo na cozinha. Aqueles que estão de passagem, os que retornam de outros lugares ou as visitas. “É ali que a intimidade partilhada transforma os que chegam em “parentes” ou “conhecidos”, afinal, o chegado não é um indivíduo qualquer, posto que *chegar* a uma *casa* pressupõe a pertença a uma família, povo, comunidade” (Ibid, 2015, p.13, grifos dos autores).

Foi circulando entre as casas das famílias em Brejo dos Crioulos que pude prostrar com vários moradores sobre suas experiências no âmbito da *luta*, do trabalho e suas diversas aventuras e *andanças* mundo afora. Durante minha estadia na comunidade também presenciei o retorno de vários moradores para Brejo dos Crioulos. Aqueles que viajavam de outras regiões para rever os familiares, os que aproveitavam suas férias na comunidade ou voltavam para participar dos *festejos*, jogos de futebol e dos eventos. Todos traziam consigo

experiências, que eram narradas nas casas, bares, oficinas, lagoas e nas festas. E nesse sentido, concordo que:

A *prosa*, afinal, além de puxar mais *prosa*, participa de nosso método de pesquisa tanto quanto de seus resultados, e quando se faz objeto da análise multiplica-se em sua diversidade: *causos, conversas, conversinhas, brincadeiras, boatos, cartas anônimas, entreditos, ditos, dizeres, rezas, fofocas, feitiços* e daí por diante. Sobre *giros* e deslocamentos, a *prosa* é o que inevitavelmente circula com as pessoas, criando e recriando o território existencial do *povo* que, neste movimento, se “familiariza” (COMERFORD; CARNEIRO; DAINESE, 2015, p.26, grifos dos autores).

Nesse mundo em movimento a comunidade e o território quilombola não devem ser encarados apenas como lugares fixados geograficamente. Eles são constituídos em meio aos deslocamentos e experiências vividos pelos quilombolas. Sair de Brejo por períodos curtos ou longos e até permanentes, não implica em deixar de pertencer à comunidade. As notícias do cotidiano e da *luta* circulam por cartas, telefonemas e pela internet. Descreverei no decorrer da dissertação que, inscrito nos documentos, também Brejo dos Crioulos percorre caminhos que transcendem os limites geográficos da comunidade.

1.2. Seguindo os quilombolas e os documentos

Tendo em vista, tanto as possibilidades analíticas das etnografias mencionadas na seção anterior, quanto a multiplicidade de deslocamentos realizada pelos meus interlocutores, optei por realizar uma tentativa de segui-los. Esta decisão implicou acompanhar as *caminhadas*, participar de alguns encontros, eventos e *reuniões*, possibilitando enxergar melhor suas associações e conexões com outros atores, assim como o funcionamento da *rede*³⁵. No mês de Fevereiro de 2014 acompanhei os quilombolas em uma *caminhada* até a Assembleia Legislativa de Minas Gerais em Belo Horizonte, onde ocorreu uma das muitas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos. Nestes espaços, além da apuração de denúncias, casos de violência e ameaças aos quilombolas, também são discutidos aspectos do processo de regularização fundiária e realizados encaminhamentos, contemplando a participação de vários atores envolvidos. Nesta ocasião, acabei conhecendo alguns dos

³⁵ A *rede de parceiros* é um conceito nativo. Voltarei a esta discussão no segundo capítulo.

agentes de pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e seus advogados³⁶. Também aproveitei para visitar a Superintendência do INCRA, onde tive acesso ao Processo 54170.008821/2003-12 (processo administrativo de regularização fundiária) e conversei com alguns técnicos.

Já em Montes Claros, além de participar do “Encontro de Agrobiodiversidade”, acompanhei os quilombolas em outros eventos. No “III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais”, realizado na Unimontes em Abril de 2014, além de freqüentar alguns espaços de discussões e apresentar um trabalho acadêmico sobre a pesquisa em curso, acompanhei *reuniões* que contaram com a participação dos meus interlocutores, entidades, pesquisadores, operadores do direito e representantes de órgãos estaduais e federais. Em outra oportunidade, no final de minha estadia em Brejo dos Crioulos no mês de Maio de 2014, fui convidado pelas lideranças para participar de uma reunião dos quilombolas com representantes do INCRA e *parceiros*, na sede regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

A possibilidade de realizar uma “etnografia multissituada”, mencionada na seção anterior, tornou-se viável em campo, já que a opção de seguir os meus interlocutores, me obrigava a acompanhar suas movimentações. Em uma discussão sobre os limites e possibilidades de se realizar uma “etnografia multissituada”, Morawska Vianna (2014, p.57) adverte que,

Autores que tentam defini-la (e defendê-la) como método têm como principal mérito demonstrar que a cada vez que tal noção é acionada, ela se torna algo novo, adaptada a campos de pesquisa específicos. A definição de etnografia sendo do tipo A, B ou C parece mostrar-se estéril tendo em vista a proliferação de nomenclaturas que brotam a partir de cada caso etnográfico. Mais importante é o reconhecimento de que a relação entre micro e macro é de pouca ajuda naquelas pesquisas cujos próprios campos levam o pesquisador a interconexões locais. Como afirma Bruno Latour, é preciso seguir os atores, não importando aonde isto leve o pesquisador, e apontar conexões entre locais ao invés de classificá-los como micro ou macro.

Em conexão com esta discussão, Biondi (2014) defende que mais do que buscar definir sobre sua estratégia metodológica como uma “etnografia multissituada”, o mais

³⁶A entidade é organizada nacionalmente e possui um escritório central na cidade de Goiânia (GO). Em Minas Gerais existe a regional Minas, situada no município de Belo Horizonte. No norte do estado a entidade funciona como uma subregional. O trabalho da instituição na região já dura 30 anos.

importante é mostrar que seus “percursos foram empiricamente motivados” (Ibid, p.52). Em sua experiência etnográfica, a autora argumenta que sua proposta inicial, “de se fixar em alguma *quebrada*”, foi deslocada pelo próprio contexto etnográfico, no qual “o movimento é formado por vários movimentos simultâneos (...) - territórios, tempos, pessoas” (Ibid, p.44). Ao invés de vincular sua pesquisa a uma determinada região, Biondi (2014), propôs realizar uma “etnografia em movimento”.

O desenvolvimento do meu trabalho de campo me ajudou a enxergar as conexões dos quilombolas com outros atores e instituições, me levando a realizar minhas próprias visitas a estes locais. Em Montes Claros, estive algumas vezes na ONG CAA-NM,³⁷ onde entrevistei alguns técnicos e membros da equipe de execução do Plano de Etnodesenvolvimento (2012)³⁸. O meu objetivo era compreender melhor o trabalho desta instituição na comunidade quilombola e sua atuação no processo de regularização fundiária. Os diálogos foram importantes para me atualizar sobre os acontecimentos relacionados a Brejo dos Crioulos, já que uma equipe de técnicos da ONG tem a incumbência de acompanhar alguns projetos, oficinas e também realizar *reuniões* com os quilombolas. Aproveitei para coletar alguns documentos relacionados ao conflito. Ainda na cidade, me encontrei algumas vezes com o antropólogo João Batista de Almeida Costa, cujo trabalho, como descreverei no segundo capítulo, tem uma importância dupla em Brejo dos Crioulos, já que além de realizar sua pesquisa de mestrado na comunidade, atua como um *broker* na *luta* dos quilombolas.

Em outras incursões realizadas na cidade de Montes Claros, estive na sede regional da CPT, onde realizei entrevistas com os três agentes de pastoral que são responsáveis pelo trabalho da organização no Norte de Minas. Em Janeiro de 2015 estive no escritório dos advogados André Alves e Marcos Antônio, os quais, durante um longo período prestaram assessoria jurídica por meio do CAA-NM aos quilombolas. As conversas com estes

³⁷ Conforme descrição de Paranhos (2006, p.36), a proposta de criação do CAA-NM ocorreu no âmbito de um encontro regional de agricultores, “organizado pela Casa de Pastoral comunitária de Montes Claros e o projeto PTA/FASE em 1985”. Sua estruturação aconteceu no ano 1989 como uma organização civil, sem fins lucrativos, com a participação de pequenos agricultores e de técnicos da região do Norte de Minas. A organização desenvolve projetos e ações junto às populações tradicionais, tendo como foco a promoção da agroecologia, o apoio as lutas e a defesa dos direitos humanos.

³⁸ Como resultado do Plano de Etnodesenvolvimento do Quilombo de Brejo dos Crioulos (2012), foi elaborado um documento de 189 páginas que sistematiza várias etapas da elaboração e execução deste projeto. Sua execução ocorreu nos anos de 2011 e 2012 por uma equipe composta de Antropólogos, Sociólogos e Engenheiros Agrônomos, e contou com participação de uma comissão formada pelos moradores da comunidade, e ações que envolveram outras instituições e atores que compõem a *rede de parceiros*. Foram desenvolvidas oficinas, mapeamentos, reuniões e encontros no território quilombola, onde foram trabalhadas várias temáticas como educação, gênero, gestão do território e produção. Este relatório é um dos vários documentos que consultei antes e depois do período do trabalho de campo.

interlocutores foram muito importantes para compreender melhor os trâmites jurídicos do processo de titulação.

Também me encontrei com *militantes* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e visitei o Colégio Marista São José de Montes Claros, buscando informações sobre a “Missão Marista de Solidariedade”. O colégio desenvolve um trabalho anual em Brejo dos Crioulos desde 1995, organizando as “Missões”, nas quais são realizadas excursões com os alunos, que chegam a ficar até duas semanas na comunidade. De acordo com Cida Vieira, coordenadora de pastoral da instituição, “*O foco da missão é sensibilizar os meninos para essa realidade, para essa questão dos direitos da terra*”.

A gente fazia a missão em comunidades rurais, Brasilinha, Nova Esperança, nas zonas rurais. Os grupos vinham de BH, Patos de Minas, Uberaba. Ficavam todos aqui e a gente dividia e íamos para as comunidades rurais. Ai um desses grupos foi para Brejo dos Crioulos. Eu me lembro de grandes reuniões no acampamento, a gente fazia noite cultural, o povo falava sobre as conquistas, como estavam as coisas. A gente tinha um momento de roda de conversa com as lideranças. Tínhamos a liberdade de conversar sobre a luta, sobre as caminhadas (depoimento pessoal, Cida Vieira, Montes Claros, 2014).

Em todas essas visitas e *andanças* os documentos apareceram no meu caminho. Quando eu não indagava meus interlocutores sobre a existência de papéis relacionados a Brejo dos Crioulos, eles próprios comentavam sobre os documentos e os apontavam como fontes de pesquisa. Isso ocorria tanto nos encontros presenciais quanto nos e-mails que troquei com meus interlocutores. Seguir os quilombolas implicou em seguir a “trilha dos papéis” (MORAWSKA VIANNA, 2014b). E neste percurso, à medida que eu ia acessando os documentos, fui percebendo que a análise de cada um destes papéis me levava a outros. Ao longo do trabalho de campo coletei vários documentos relacionados a Brejo dos Crioulos. Na próxima seção, a proposta é introduzir brevemente o leitor sobre essa experiência, que também será um tema recorrente nesta dissertação.

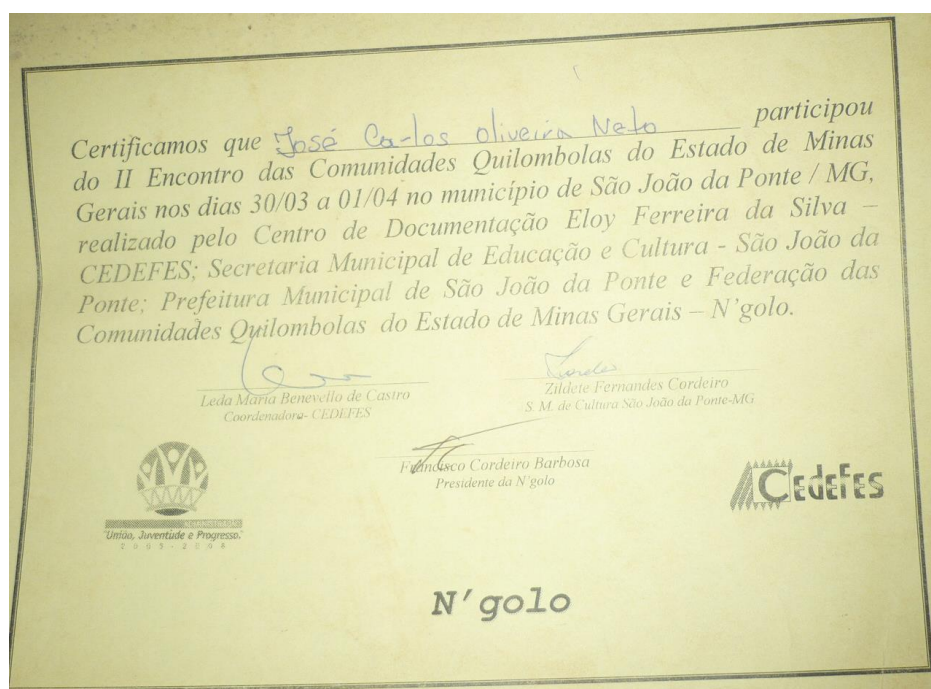
1.3. “Sem papel não dá para fazer nada”

Como desde o início da pesquisa eu estava interessado nos documentos, uma das questões que me intrigava era se este meu interesse poderia se tornar um fetichismo

metodológico. E caso isso ocorresse, quais seriam os seus efeitos no trabalho de campo? Em Brejo dos Crioulos os encontros com os documentos foram frequentes. Os quilombolas guardavam vários documentos, principalmente em malas, bolsas e em sacolas plásticas. Segue um trecho do meu diário de campo visando ilustrar algumas observações etnográficas sobre este tema:

Voltamos para a casa de Nequinha e ele me pediu para ver uns documentos que ele precisava levar para um advogado na ponte [São João da Ponte]. Neste dia percebi a importância dos documentos para os meus amigos. Nequinha guardava todos os papéis, desde receitas médicas até cartões e os *documentos da luta* como ele me disse ao mostrar alguns jornais, boletins e notas, em sua maioria assinados pelos parceiros e pela Associação Quilombola. Além disso, ele também me mostrou vários recibos de pagamento da mensalidade do sindicato, sua carteira da Associação e outros documentos. Ele tirava os papéis de caixas de papelão, sacolas plásticas e bolsas, em sua grande maioria de encontros e eventos que ele participou. (Diário de Campo, Araruba, Abril, 2014, grifos meus).

Em outra ocasião, fui convidado por Véio para ver os documentos que ele guardava em sua casa. Com muito entusiasmo ele falava destes e do cuidado necessário para guardá-los e organizá-los, como também contava as histórias relacionadas a cada um. Ele me disse “*Sem papel não dá para fazer nada. Eu sempre peço um papel, sempre peço cópia de todo documento em toda reunião que eu vou. Eles só dão porque eu peço*”.



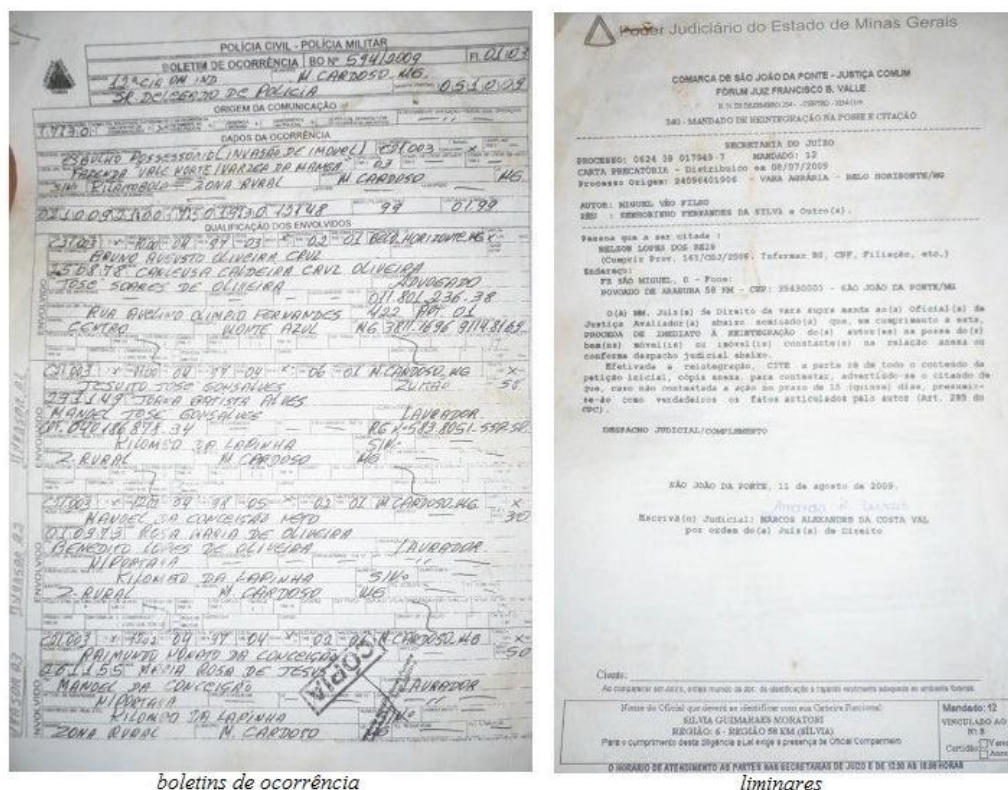


Figura 12 - Documentos guardados por Véio

Quando me encontrei com Ticão para conversar sobre os momentos da *luta*, ele me recebeu em sua casa e retirou uma pasta preta sobre a qual havia um adesivo colado com os seguintes dizeres: BREJO DOS CRIoulos (ARQUIVO). Ao mostrá-la ele comentou, “*Aqui estão todos os princípios. Véio está com os documentos mais recentes, mas os princípios estão todos aqui.*”

Conversamos a manhã inteira. A *história da luta* era contada seguindo os documentos, sendo que cada um tinha uma importância e um significado, estando relacionado a algum um evento. “*É preciso rastrear onde estão os papéis*”, me disse Ticão. Durante nossa conversa ele também contou que as entidades enviavam vários documentos para os quilombolas por meio de correspondências, até mesmo aquelas de outros estados, como a Comissão Pró Índio de São Paulo. Ticão descreveu sua experiência com os papéis:

Aí a Comissão Pró-Índio também passou a apoiar aqui. Eles começaram a mandar documentos para mim lá de São Paulo. Eu mobilizei muito com as

informações deles, eles falavam em uma língua mais simples. Para os quilombolas que estudaram pouco, o Decreto 4887 era muito técnico, muito científico. As falas tinham que ser faladas de uma forma mais popular. Aí é onde a Pró Índio fez um relatório com falas, falando e traduzindo de uma forma mais simples (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).



Figura 13 - Pasta de documentos da Associação Quilombola

Meu interlocutor evidencia que os documentos eram utilizados pelas lideranças nas mobilizações dentro do território³⁹. Guedes (2011), também descreveu que seus parceiros de pesquisa guardavam diversos documentos. O autor traz vários exemplos etnográficos em sua tese. Assim como os *documentos da luta* guardados com cuidado pelos moradores de Brejo dos Crioulos, através dos quais eles narram suas histórias, relatam suas *andanças* e sua participação na *luta*, na pesquisa de Guedes (2011), os documentos também servem como “provas”, já que é por meio destes papéis que os atingidos por barragens tentam garantir seus direitos junto ao MAB. No entanto, o valor dos documentos não se reduzia a este aspecto, pois de maneira parecida com Brejo dos Crioulos e outros contextos rurais, alguns benefícios e

³⁹A descrição destas mobilizações será aprofundada no cap.2.

programas sociais do governo federal, estadual e até das prefeituras, são acessados por meio destes, como por exemplo, as cestas básicas recebidas pelos moradores de Brejo dos Crioulos. Por outra perspectiva, no trabalho de campo junto às instituições eu também pude experienciar a burocracia. Na minha ida à Superintendência do INCRA em Belo Horizonte, para que eu tivesse acesso ao processo administrativo de titulação, foi necessário que eu fizesse um requerimento que foi enviado para o setor jurídico da instituição a fim de autorizar o “pedido de vistas ao processo”. Após a autorização pude frequentar a instituição para consultar o processo, tirar fotos e fazer anotações. Porém, quando pedi para tirar cópias deste documento, foi necessário que eu fizesse outro requerimento, onde tive que detalhar todas as páginas que seriam copiadas. Este deveria ser antes autorizado pelo superintendente da instituição para que fosse encaminhado diretamente pelos funcionários para uma copiadora autorizada.



Figura 14 – Processo Administrativo de Regularização Fundiária (INCRA)

De maneira semelhante, durante uma das visitas ao CAA-NM, depois de passar a tarde olhando e separando alguns materiais que foram disponibilizados para consulta, quando

perguntei sobre a possibilidade de tirar cópias, foi necessário que eu assinasse um protocolo com meus dados e fazer a descrição dos materiais que seriam fotocopiados.

Estas experiências também foram compartilhadas por outros etnógrafos que lidam com documentos nos seus trabalhos. Tal análise pode ser ilustrada através do trabalho de campo de Barrera (2011). Em sua pesquisa na Suprema Corte da Argentina, esta autora conta das suas dificuldades para garantir sua entrada em campo, já que o acesso “formal” só foi possível através da confecção de um documento que seria analisado de acordo com as normas e procedimentos da instituição. Foi através do preenchimento de um formulário – confecção de um documento – posteriormente analisado pelos operadores do direito, que foi permitida a realização da sua pesquisa. Neste sentido, Barrera (2011) afirma que “rastrear os papéis” é a forma como as instituições se analisam,

os investigadores avaliam o funcionamento dos tribunais através do conteúdo das sentenças, os advogados, por sua parte, interpretam esses documentos para fazer avançar os interesses dos seus clientes, e sobre um recente governo de transparência, os registros documentais e documentos autodescritivos, convertem-se na forma que se avalia o bom comportamento da instituição (tradução minha, BARRERA, 2011, p.2).

Outra antropóloga que experienciou a burocracia foi Annelise Riles (2001). Em seu trabalho de campo esta autora ajudava no planejamento de reuniões, na confecção de documentos, transcrevendo e coletando materiais através de survey e contribuindo na organização das bibliotecas das instituições. Foi através das conexões e ressonâncias das práticas de conhecimento identificadas pela autora, que implicava a confecção de documentos, e dos seus próprios problemas analíticos que sua pesquisa etnográfica foi realizada. Ao longo do seu trabalho de campo, junto a instituições e ONGs, a autora descreveu etnograficamente a “4ª Conferência Mundial de Mulheres”. Seu trabalho de pesquisa ocorreu tanto em Suva (Fiji), quanto na sede da ONU em Nova Iorque. Através dos seus encontros com os documentos em campo, a autora tomou conhecimento, quando retornou, de outros etnógrafos que tiveram uma experiência similar com este artefato, o que resultou na realização do projeto “Documents: Artifacts of Modern Knowledge”. Neste volume, Riles (2006) oferece aos leitores experiências e exemplos etnográficos onde os documentos têm um lugar importante na análise, possibilitando repensar questões fundamentais relacionadas à teoria e a prática etnográfica.

Desse modo, para Riles (2006) a decisão de olhar para os documentos, dentre tantas outras coisas observáveis em campo, reside no fato de que eles nos abrem uma porta de entrada importante para a compreensão de problemas e pontos de vista contemporâneos. Em suas palavras, “documentos são artefatos paradigmáticos das modernas práticas de conhecimento” (tradução minha, RILES, 2006, p.2). E na *luta* quilombola, sua mobilização faz parte da ação política.

Neste capítulo, tentei descrever minha experiência etnográfica, marcada pelo *movimento* e pelo encontro com os documentos. Seguir meus interlocutores me levou a acompanhar suas *caminhadas*. Acabei circulando nos lugares que eles circulam ou possuem conexões, acompanhando os moradores ou sozinho. Após aprender que a *luta* pelo território exigiu a criação de uma *rede de parceiros*, que circulam constantemente pelo território, acompanham as mobilizações e sempre são acionados nos discursos dos meus interlocutores e nos documentos analisados, me esforcei para visitar as instituições e conversar com essas pessoas, já que muitas *estratégias* e ações da *luta* são realizadas em *rede*. Este deslocamento fez emergir um leque de questões e contribuiu para o entendimento de outras. Na pesquisa, os *parceiros* foram encarados como nativos, já que todos compõem a *luta* e são acionados pelos quilombolas. Assim como disse Viveiros de Castro (2002, p.113) “O nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra; o antropólogo não carece ser excessivamente civilizado, ou modernista, sequer estrangeiro ao povo sobre qual discorre”.

O desafio de um trabalho de campo marcado pelas movimentações em diferentes escalas reside na tentativa de trazer o *movimento* para a narrativa etnográfica. E nessa perspectiva, lembro do que disse Goldman (2007, p.15): “É curioso observar que a literatura sobre movimentos sociais e culturais costuma se dedicar mais às noções de sociedade ou cultura do que do aspecto de movimento dos ‘movimentos’ ” (GOLDMAN, 2007, p.15 grifos do autor).

Capítulo 2 – Encontros entrelaçados: antropologia, história, documentos e direitos

2.1. O território negro da Jahyba

*Aqui era um quilombo. Veio preto da Bahia, de Espinosa, dessas cidades antigas, baianas, da Vila do Urubu, de Grão Mogol. Vieram. Ninguém sabe. Fugiam de casa e iam para aqueles quilombos de pretos, esses lugares onde tinha **epidemia** e que ninguém queria morar. Nesses desertos. Eles chegavam e ocupavam. Assim é que eles chegaram aqui, como chegaram nos lugares por aí afora, no meio da **mata da Jaíba**. Meu pai veio do Gorutuba por volta de 1890, mas já estava aqui um bocado de crioulos. Ele veio porque já tinha um **irmão** vindo anteriormente. Meu pai era livre, não era um escravo. O meu pai. Escravo era a minha avó, mãe dele, Severina Batista de Oliveira. Escrava lá no Gorutuba. Da Bahia vieram uns crioulos que habitaram aqui. Porque tinha uma tradição aí, desse povo da Bahia, de Espinosa, de Monte Alto, Monte Azul, de Malhada, pro centro da Bahia, desses filhos da Bahia. Já tinha alguns aqui. Um tal de Paulo Antunes, que matou o senhor...e embrenhou na mata, fugiu e veio parar aqui. Tinha uns do Jacaré Grande, um lugar que tinha uma festa muito antiga para Santos Reis, que fica perto do Gorutuba (depoimento de Clemente Batista, Cabaceiros, COSTA, 1999, p.18, grifos no original).*

*Quando os primeiros, inclusive meus tataravôs que eram o Manuel Modesto, que criou aquele Furado ali por Modesto [Furado Modesto] ele veio primeiro corrido e moitou. Primeiro no lugar que trata de Gurutuba. Mas esse Gurutuba, lá criaram Gurutuba o nome por isso, porque lá não dava outra coisa que o feijão que nós tratamos de feijão catador. Mas hoje lá tá uma fortuna. Eles ficaram lá com a família e depois ele decidiu arrumar lugar que dá para plantar milho, fava, feijão, essas coisas. Aí eles pegaram e chegaram primeiro nessa **brenha de mato** que eu falo, nessa escuridão tudo, sem moradia, que era esse Furado Modesto. Inclusive a onça, a casa deles era **casa de enchimento** que a gente fala, de pau. A onça comeu metade da perna dele, aí com um espaço de tempo, quando ele faleceu, ficaram os filhos (depoimento pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014, grifos meus).*

Muitas são as referências de comunidades negras rurais apontadas por informantes regionais como “gurutubanas”: em Bomborrall, no município Riacho dos Machados; nas periferias de Janaúba, os que se consideram os únicos Gurutubanos; os do município de Grão Mogol; os de Verdelândia, os de Serranópolis de Minas; os que se encontram em Brejo dos Crioulos (municípios de Varzelândia e São João da Ponte); os de Quilombo, localidade próxima à cidade de Pai Pedro; os de Tocandira (distrito de Porteirinha); os do município de Jaíba; os de Brejo dos Mártires (município de Monte Azul); dentre outras. Não se trata apenas de famílias ou grupo de famílias que migraram para pequenas cidades e para outras regiões, mas também de comunidades negras rurais inteiras que guardam proximidade

estrutural com os Gurutubanos. Como diria uma religiosa que trabalha no vale do Gurutuba: “...o que a gente percebe é que era um povo, uma comunidade muito grande e que alguma coisa fez com que eles se esparramassem...” Irmã Mônica, Porteirinha, 54 anos (COSTA FILHO, 2008, p.64)

Os depoimentos dos moradores de Brejo dos Crioulos e do antropólogo Aderval Costa Filho (2008) trazem elementos importantes relacionados à história local. O trânsito das famílias pela *mata da Jaíba*, seja fugindo da escravidão ou da fome que assolava o Gurutuba, evidencia as conexões entre várias comunidades negras rurais que, segundo Costa (1999), mantinham relações de parentesco, compadrio, alianças matrimoniais, comerciais e políticas, formando o chamado “campo negro da Jahyba”. Segundo este autor, a região localiza-se em uma área que se estende por mil e seiscentos quilômetros desde o Vale do Rio Verde Grande até as proximidades de Bom Jesus da Lapa (BA), integrando o sertão norte mineiro e o sertão sudoeste baiano⁴⁰.

O autor também sugere que a historiografia paulista e baiana nos possibilita compreender a “história raiz” do Norte de Minas. Estas historiografias informam a presença de pequenos grupos de africanos e seus descendentes que, fugidos da escravidão, deram origem a quilombos. Além dos indígenas, essa seria outra característica societária existente no interior da bacia do médio São Francisco. As populações negras se localizaram, principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. A teorização proposta por este autor encontra ressonâncias nas formulações nativas. A ênfase na circulação das famílias e grupos de ex-escravos é um tema sempre presente nas conversas e histórias contadas pelos moradores de Brejo dos Crioulos e das comunidades vizinhas, importante para a compreensão da história fundiária da região. O processo de ocupação das terras sempre é mencionado a partir de associações e conexões com essas temáticas.

Neste sentido, sugiro que as movimentações destes coletivos negros por meio da *mata da jaíba*, aproximem-se daquilo que Plínio dos Santos (2010) chamou de “redes de

⁴⁰ A noção de “campo negro” mobilizado por Costa (1999) foi elaborada pelos historiadores Reis e Gomes (1996). Em uma discussão sobre a rentabilidade deste conceito, Mello (2012) sugere que ele não se limita às comunidades de fugitivos. “Por meio dessa noção é possível pensar a *dimensão relacional* entre distintas espacialidades dos mundos da escravidão e da pós-emancipação. Dito de outra forma, indivíduos e famílias que adotaram diferentes estratégias para se territorializar - via arranchamento, doações, compra de terras, fuga, apossamentos etc - não formaram territórios isolados, mas sim conectaram espaços e pessoas. Assim, os significados e as experiências de quilombolas, camponeses negros e roceiros podiam misturar-se” (MELO, 2012, p.57, grifos do autor).

irmandade”. Em sua pesquisa junto a comunidades negras rurais do Mato Grosso do Sul, este autor propõe pensar as relações de cooperação entre famílias, seus laços de parentesco e compadrio, por meio da articulação da categoria nativa “irmandade”. Seguindo esta perspectiva, podemos pensar que essas “redes de irmandades”, vinculadas através de um parentesco simbólico, procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com o mundo escravocrata sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão⁴¹. De forma semelhante, Plínio dos Santos (2010) argumenta que o processo de ocupação de terras por grupos de ex-escravos, motivado pelo “projeto camponês”, fez com que estes priorizassem,

terras comunais, locais de mata (área imbricadas entre a planície e o planalto ou nas furnas) para suas lavouras e pequenas criações. Essas terras, geralmente inexploradas, eram espaços potenciais para que os ex-escravos camponeses pudessem ocupá-las de maneira autônoma (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p.336).

Do ponto de vista geográfico, a *mata da Jaíba* é caracterizada pela sua densa floresta e pela abundância de lagos. A existência de “dolinas”, formadas a partir do desabamento de dutos de cavernas calcárias no subsolo, conhecida popularmente pelos moradores do quilombo como *furados*, é uma das características dos solos eutróficos, áreas que segundo (Matos, 2008, p.8) “são receptoras de água e sedimentos, cercadas pelo amplo domínio do *carrasco*. No período chuvoso, tem-se o acúmulo e estagnação de água, propiciando a gleização, formando assim, o ambiente reconhecido localmente como *brejo de furado*”. Paisagem que segundo Costa (2012, p.6), propiciou que

muitos negros que se aquilombavam passaram a se fixar e constituir pequenos agrupamentos de ex-escravos fugidos, além de desenvolverem o cultivo agrícola que deu origem à *agricultura de furado*, conforme discutido por Costa Filho (2004) em estudo desenvolvido sobre a comunidade quilombola d’ os Gurutubanos.

Devido ao acúmulo de água, os *furados* acabaram sendo um ambiente ideal para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças tropicais como a conhecida *maleita* ou *sezão*⁴². Como os negros eram resistentes à malária, o que não ocorria com os índios e os brancos, essa área foi sendo aos poucos ocupada pela população negra que se instalou nas

⁴¹ Agradeço a João Batista pelos comentários durante a banca de qualificação e também pelas sugestões e correções relacionadas as questões abordadas nesta seção.

⁴² Ambos são termos nativos para se referirem à Malária.

margens do rio. Este aspecto também pode ser evidenciado no trabalho de campo de Santos (2004, p.79, grifos da autora): “Os moradores explicavam diversas vezes que a malária fora uma condição para a formação do quilombo pois *a malária pega no preto, mas não mata, e se pegar no índio ou no branco, mata*”. O tema da relação entre esta doença e a ocupação da região está sempre presente nas narrativas e nas histórias contadas pelos moradores mais antigos da comunidade. Com a ocupação e fixação da população negra nas margens do rio Arapuim, ocorre a transformação da *terra solta* em seu patrimônio. Os moradores relatam que não existiam cercas, a delimitação da área que seria ocupada era feita respeitando a frente e os fundos das terras de cada família (SANTOS, 2004).

Conforme descreveu Seu Adelino, as primeiras moradias eram as *casas de enchimento*. Costa (1999, p.41) relata que os moradores recorriam

a técnica do *enchimento* e as muitas tabuas das margens das lagoas para cobertura, ou, em formato circular, utilizando madeira, tabuas e barro. Conhecedores de técnicas para construção de equipamentos de beneficiamento da produção, ergueram engenhos, alambiques, rodas de farinha e olarias. Dividiam-se na realização de tarefas especializadas, trocavam dias de serviço quando necessário. Após 1888, os moradores recém chegados, aos poucos derrubando a mata transferindo a localização das casas, que situavam-se bem próximas à margem do ribeirão, para as encostas e um pouco mais distanciadas do curso d’água, onde hoje estão situadas as casas em que seus descendentes residem (COSTA, 1999, p.41).

As atividades nas *roças* – guiadas pelos períodos das águas e o rebaixamento delas – eram o plantio de arroz, milho, feijão, cana, mandioca e algodão. Havia a criação extensiva de animais – gado, porcos e galinhas – que circulavam pelas encostas e matas, da pesca em lagoas e ribeirões, da caça nas matas, e a produção de rapadura, cachaça, farinha de milho, mandioca e tecidos. O ciclo produtivo anual conjugava

o cultivo de arroz no brejo no período chuvoso e o plantio de feijão nas terras da vazante no período seco. O arroz produzido no brejo de setembro a fevereiro. Eram realizadas duas colheitas ao mesmo plantio, devido à umidade do solo que possibilitava uma segunda colheita - *a soca*. Na sua limpa, nos meses de fevereiro e março, as noites eram animadas com rodas de batuque, quando homens, mulheres, rodopiando em saltos, ao som das palmas e tambores, festejavam a si mesmos e a fertilidade das plantas e dos homens. No ciclo da chuva plantavam milho, mandioca, cana e algodão nas encostas. O feijão era plantado a partir de maio. Em junho e julho, *o engenho era colocado para cantar* e a cana transformada em rapadura e cachaça; com

a mandioca e o milho produziam-se farinhas, beijus, goma para consumo familiar (COSTA, 1999, p.45, grifos do autor).

O período é lembrado pelos quilombolas como um *tempo de fartura*:

O plantio de roça mesmo era muito bom. A gente plantava dois quilos de feijão e colhia uma saca de feijão. Plantava às vezes umas oito medida de milho, que era medida né Pedro? Panhava quatro ou cinco carroção de milho. O feijão era mais pouco, mas a fava, vou falar com ocê, a gente plantava duas ou três medidas de fava e era fava que atravessava de um ano para o outro. Tinha muita banana, plantava era carroção. Cana nós não dávamos era conta do canavial que tinha, começávamos a moer cana no mês de Maio e terminávamos no mês de Agosto moendo cana e fazendo rapadura. Fazia doce de mamão também. A rapadura guardava. Nas águas, papai vendia a troca de serviço para o pessoal. Os doces pai vendia para comprar café, açúcar, sal, essas coisas assim né? Antigamente a gente comia do que a gente plantava, do que a gente colhia. De uns anos pra cá não. A gente tem que comer dentro do armazém, pois o que planta não ta dando quase nada né? Arroz mesmo, antigamente nós não comprávamos arroz. Plantava aquele monte de arroz nos brejos, colhia e a gente socava tudo no pilão, milho também. Aí depois que os fazendeiros tomaram as nossas terras ninguém plantou mais roça grande (depoimento pessoal, Dona Justina, Araruba, 2014).

Naquele tempo de antigamente chovia mais, aqui era mais chuvoso. A chuva começava aqui para nós era no mês de setembro. Mês de Agosto todo mundo estava com a roça tudo limpinha. Chovia no mês de setembro e outubro plantávamos as roças tudo. Quando era no mês de junho todo mundo tinha milho para assar e cozinhar. Feijão catador, dia primeiro de janeiro todo mundo tinha seu feijão e sua abóbora (depoimento pessoal, Maria de Lourdes, Araruba, 2014).

*Bicho feroz tinha muito, tinha muita onça, tinha demais. Onça, tamanduá bandeira, veado, tinha caça demais. O povo caçava bem mais. Peixe também tinha muito. Fui criado no **tempo de fartura**, antigamente aqui (depoimento pessoal, Seu Manuelzinho, Araruba, 2014, grifos meus).*

Além do trabalho de Costa (1999), outros autores também informaram categorias nativas semelhantes ao *tempo de fartura*. Cândido (1964) se referiu ao “*tempo de caridade*” para descrever o grande número de pessoas que participavam dos “*mutirões*” de ajuda na lavoura. De maneira similar a Brejo dos Crioulos, Comerford (1999) mencionou a expressão “*fartura*” para descrever o tempo em que os camponeses viviam com mais liberdade. Em relação a estas categorias nativas, acho pertinente lembrar a observação feita por Palmeira (2010, p.16), para quem, ao analisar a categoria *tempo da política*, presente no seu contexto etnográfico, adverte que,

não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressões de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo um certo calendário, um certo recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e da safra, ou do tempo das festas e da Queresma⁴³.

O *tempo da fartura*, lembrado como um tempo de *liberdade* pelos moradores, dá lugar ao *tempo da divisão* e se desdobra na chegada dos fazendeiros. É nesse período que ocorre a fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras pelos fazendeiros. Os documentos começam a chegar em Brejo dos Crioulos.

2.2. O tempo da *divisão*: a chegada dos documentos

Certa vez lá na Jaíba sucedeu uma batuscada. Um homem rico e outro pobre. Duas glebas emparelhadas. O rico muito sabido inventou uma trapalhada, disse que a divisão da terra estava toda errada, trouxe um homem da cidade, contratou uma jagunçada para garantir o serviço e a terra ser remarcada.

Choveu bala, correu sangue, cachoeira, enxurrada. No final de algum tempo a sorte tava selada. O rico ficou com tudo e o pobre ficou sem nada⁴⁴.

Segundo o relato dos quilombolas, entre 1927 e 1930 os agrimensores Augusto de Andrade e Juca Miro (ou Juca Milo) iniciaram – supostamente a mando do Estado – a demarcação das fazendas Morro Preto (no lado de São João da Ponte) e Arapuá (em Varzelândia, nesta época ainda distrito de São João da Ponte), respectivamente. Estas fazendas eram antigas sesmarias que não foram registradas segundo a Lei de Terras de 1850 e por isto tornam-se terras devolutas. No entanto, a divisão não se restringiu às fazendas Arapuá e Morro Preto, mas atingiu toda a sociedade negra da Jaíba; por isto nas comunidades remanescentes dos quilombolas vizinhas à Brejo dos Crioulos estas também são categorias importantes para marcar o início da perda da autonomia destas comunidades (SANTOS, 2004, p.80).

Foi no *tempo da divisão* que os documentos começam a ter importância para alguns dos moradores de Brejo dos Crioulos. Ainda que apresentada para os quilombolas como uma ordem partida do Estado (SANTOS, 2004), tanto a forma de pagamento prestado ao serviço de demarcação – cabeças de gado, sacas de arroz e milho, etc. – quanto o fato de que apenas

⁴³ Os trabalhos realizados no âmbito do Núcleo de Antropologia Política (NUAP), PPGAS/Museu Nacional, têm buscado problematizar o “tempo da política” e os efeitos deste período em variados contextos etnográficos. Como por exemplo, Goldman e Palmeira (1996), Palmeira e Heredia (2010).

⁴⁴ Trecho da música “Jaíba” (Ildeu Braúna/Grupo Agreste).

alguns quilombolas puderam *acompanhar* o processo, demonstram que os agrimensores demarcavam apenas as terras daqueles que podiam pagar⁴⁵. Costa (1999) também chama atenção para o fato da *divisão* ter sido realizada por alguns agrimensores de Brasília de Minas e Montes Claros a serviço de famílias abastadas da região. “As famílias negras são comercializadas pequenas parcelas da terra, em torno de vinte alqueires, a troco de algumas cabeças de gado” (Ibid, p.55). Os depoimentos dos moradores também informam sobre os efeitos da *divisão*:

*Porque o documento que não está na casa da pessoa na sacolinha ou na mala, vai procurar na Brasília de Minas, ou se ele perdeu ou se ele deixou queimar, igual tem gente que a casa pegou fogo e só ficou com a roupa do corpo. Se você quer saber desses papéis você vai lá. Se dá o nome direitinho de quem era o pai, o avô, que era na época da divisão que ta lá. Aqueles que acompanharam a divisão que fala...mas teve gente aqui que nunca acompanhou a divisão de um palmo de terra, porque? Porque quando esse senhor chegou [agrimensor] pegando o nome, escrevendo o nome deles, aí tinha um que estava numa folia, outro estava batendo caixa ou tocando, ou outro falava: “num vou não, num sei o que”, outro fazia medo, os homens iam pegar os nomes e eles corriam. Agora teve outros que tinham coragem de ficar e sentar mais aquele senhor, aí esses **pegaram documento** (depoimento pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014, grifos meus).*

Outro depoimento, desta vez de um historiador regional, auxilia no entendimento deste processo,

Eles demarcavam as terras...E tiravam uns quinhões de terra de ausente, terra boa. E pediam a adjudicação para eles, em pagamento. Porque se tem uma terra em comum, você pode pedir a divisão. Porque tem o usucapião. Os moradores pediam ou os agrimensores chegaram lá. Eles não recebiam dinheiro, recebiam as terras e vendiam (depoimento de Simeão Ribeiro Pires, Engenheiro e Historiador Regional, Montes Claros, Apud COSTA, 1999, p.54).

Em uma entrevista com um dos advogados que prestou assessoria jurídica a Brejo dos Crioulos, ele explicou sobre as *ações de divisão*:

⁴⁵ “O verbo *acompanhar* é uma categoria importante para a compreensão do que foi a *divisão* para os moradores de Brejo dos Crioulos. Diferentemente dos verbos comprar ou apossar, que os moradores utilizam para se remeter ao processo pelo qual a terra foi adquirida por negociação de compra e venda ou pelo usucapião, *acompanhar* a divisão toma o sentido de acato a uma decisão sobre a qual os quilombolas não foram consultados, só restando acordar, concordar, acompanhar” (SANTOS, 2004, p.81).

Em Brejo dos Crioulos, as comunidades viviam ali em seu território. Aí o Estado chega e não só consegue as terras por meio daquelas ações de divisões, que é uma coisa louca, pois uma propriedade ela precisa de ter uma origem no Brasil. A origem primeiro seriam as sesmarias. Então você olha na cadeia dominial de Brejo dos Crioulos e são as ações de divisão. O que é uma ação de divisão? Ela não pode originar uma propriedade não, uma ação de divisão ela tem que ser feita em cima de um título. Por exemplo, um grande fazendeiro tem um título, morreu e foi feito um inventário. Tocou lá as glebas para cada herdeiro mas as pessoas não sabem onde é que está sua gleba. Aí você faz a ação de divisão em cima de uma matrícula né? Aqui no Norte de Minas, não só em Brejo dos Crioulos, mas no Norte de Minas todo, foram ações de divisão que deram origem a propriedades. Existem várias propriedades que originaram em ações de divisão. Então se a gente for olhar os títulos de Brejo dos Crioulos, eles não são válidos, aquilo é terra devoluta, terra do Estado (depoimento pessoal, André Alves, Montes Claros, 2014).

Para os moradores que *acompanharam* a divisão, foram emitidas certidões de compra, como as da família de Dona Elizarda (Caxambu), conforme descrito por Santos (2004), e para a família de Seu Adelino (Orion). Em relação a estas ações, Costa (2012, p.12), informa que

após a divisão das terras da denominada fazenda Arapuim, Juca Milo negociou com diversos fazendeiros que lhe custearam as despesas a divisão das terras da denominada fazenda Morro Preto que deveria considerar a permanência das famílias negras, desde que pagassem pelos seus serviços. Acertadas as condições, o agrimensor dividiu uma área com milhares de hectares de terra e as famílias negras permaneceram nas localidades onde se encontravam ou se deslocaram para outras áreas. Nesse período foram doadas glebas de terras para diversos santos protetores de famílias negras notadamente, Bom Jesus, Santo Rei, Santo Antônio e São João.

No entanto, a grande maioria das famílias não recebeu este documento pois sequer sabia da necessidade de procurar o cartório de Brasília de Minas (MG) – do qual São João da Ponte era distrito – para requerê-lo (SANTOS, 2004). A partir da análise dos depoimentos dos moradores também é possível notar a circulação dos documentos que ocorre neste período. Aqueles quilombolas que *pegaram documento* dirigiam-se até os cartórios para registrarem suas propriedades, como informado pelo morador:

Uns registravam em Brasília de Minas, outros não registravam. Aí com pouco tempo chegou um tal de cartório de registro de imóveis em São João da Ponte, onde aquela escritura que não foi registrada na Brasília de Minas era registrada na ponte. Aí criou esse tipo de posse. Essa época esses documentos paravam em São Francisco e outros na Brasília, um lugarzinho

que Montes Claros não tinha a força que tem hoje (depoimento pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014).

Durante a *divisão*, ocorre um circuito de trocas entre os moradores, os agrimensores e os fazendeiros. Ao registrarem as glebas das fazendas onde atuavam como *terras de ausentes*, os agrimensores adjudicavam em seus nomes e depois vendiam para os fazendeiros. Se através da ocupação pacífica das *terras soltas da mata da Jaíba* pela população negra estas são transformadas em seu patrimônio, a *divisão* propicia outro movimento, a venda das terras para os fazendeiros resulta na transformação da *terra solta*, terra livre, em terra de negócio. Aqueles sistemas que antes eram caracterizados pela ocupação das terras como “sistemas de posse comunal” (ALMEIDA, 1987), se tornaram fonte de especulação nas mãos de fazendeiros e empresários rurais não só do Norte de Minas Gerais, mas de outras cidades e estados.

2.3. A chegada dos fazendeiros

Nos anos quarenta, capitaneados por Simão da Costa Campos, Padre Joaquim Gangana, Geovani Fagundes, Romão Ferreira e outros, numa aliança entre as principais famílias do povoado da Ponte, do povoado de Santo Antonio da Boa Vista, de Condado do Norte, de Campo Redondo e Ibiracatu, conseguem sua emancipação política. São João da Ponte torna-se sede do município que se separou de Contendas, atual Brasília de Minas (COSTA, 1999, p.36).

Com a institucionalização do município de São João da Ponte, os membros da família Campos vão ocupando os principais cargos inerentes ao novo município como: prefeitura, delegacia de polícia, oficial de justiça, dentre outros (COSTA, 1999). “O terror político era costumeiro, pessoas eram encontradas mortas nas estradas, nos quintais das casas, nas ruas, nas vendas, em qualquer lugar do município” (Ibid, p.57). Os relatos dos moradores enunciam um período de violências e ameaças, conforme informado por Seu Adelino, “*Esse povo chegava e ia amedrontando e tomando terra, alguns pretos iam presos, outros morriam, quando matava um a mando do fazendeiro, aqueles que estavam ao redor iam desocupando, o trem foi feio.*”

Protegida por um bando de *jagunços*, a família Campos estabeleceu alianças com membros das elites locais e de outros municípios, principalmente com profissionais liberais de Montes Claros, cidade que emergia como pólo da região (COSTA, 2012).

Jagunços com livros do cartório local sob o domínio da mesma família com transmissão de direitos sobre a terra já transcrita e com ameaças violentas, requeriam que pais de famílias e viúvas colocassem a impressão digital nos referidos livros, realizando a transferência das terras de famílias negras para membros da elite regional apoiados pelo grupo mandonista local (Ibid, p.3).

Na prática de *levar o cartório* descrita por Costa (2012) e narrada nas histórias contadas pelos moradores, nessa época os documentos não eram levados para casa, os quilombolas eram levados até os documentos. Coagindo violentamente os moradores por meio dos seus *jagunços*, os fazendeiros iam grilando as terras. Os documentos provocaram efeitos devastadores, agenciando a transformação da posse em Brejo dos Crioulos e na região, sendo elementos importantes para compreender o conflito fundiário.

Outro movimento relacionado à expropriação territorial se deu com a construção dos trilhos da ferrovia que interligava o Sul ao Nordeste pelo interior de Minas Gerais e da Bahia, que de acordo com Costa (1999), estavam paralisados desde 1926 em Montes Claros e começam a avançar pelo vale do rio Verde Grande. No período de 1940 e 1948, é reiniciada a construção da ferrovia (COSTA, 2012). Como consequência, este autor informa que árvores da *mata da Jaíba* começam a serem derrubadas para o fornecimento de dormentes para implantação dos trilhos, visando o funcionamento das Marias Fumaças, e para o comércio de madeira de lei que abastecia principalmente Montes Claros e Belo Horizonte. As lembranças desta época pelos quilombolas são sempre associadas à grilagem das terras pelos fazendeiros. Como nos relatos abaixo:

*O senhor que mais grilou terra aqui foi um senhor que se tratava de Capitão Enéas. Ele ganhou esse posto de capitão por modo do coronelismo dele, ele não era nada. Essa época ele entrou em Minas Gerais por meio daquele lugar com nome Burarama. Ele tirava madeira, **ele era empreiteiro do Estado, do governo.** Ele tinha toda a força, o povo entregava ele tudo, porque ele tirava madeira de aroeira para fazer aqueles postes de luz, botava na linha de trem. Então ele chegou aqui e falou que essa região de gente aqui, que essa família de preto que tem aqui, que isso tudo era dele, **que a terra era do Estado, que ele era representante do governo.** Ele entrava nas propriedades do povo e tirava madeira, os caminhões dele e*

burro de carroça. Ele tirou as madeiras quase todas dessa região aqui, aqui ficou pouca terra que ele não vendeu, esses Diniz ai, tudo Capitão Enéas que vendeu as terras para eles. Então as maiores fazendas aqui quem grilou essas terras era Capitão Enéas. Ele tomava a terra dizendo que era dele e vendia para fazendeiro de Curvelo, fazendeiro de Montes Claros, da Bahia (depoimento pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014, grifos meus).

*Quando o fazendeiro chegou aqui, não esses novos, os mais velhos, as famílias de Simão, a família de Olímpio Campos e até o Capitão Enéas, que veio para cá dizendo que a terra era deles. Tirou toda a madeira que tinha no mato aí. **Nesse tempo eu morava em São Paulo, mas eu estava sabendo disso tudo.** Aí os povos daqui que tinham muito medo de polícia, **um pegava o documento da terra e falava que tava sujo e ia limpar. Quando chegava, passava o documento para o nome dele.** Aí quando chegava falava para o coitado, o mais velho, “essa terra aqui não é sua. As terras suas estão lá em outro lugar, se vocês não saírem amanhã ou depois eu chama a polícia”. Inclusive meu pai, Inácio Cordeiro Barbosa, morava ali, aonde até um irmão meu foi enterrado lá [Araruba] aí o fazendeiro falou que a terra dele não era aqui, que a terra dele era lá no Furado Modesto. Naquele tempo a gente nem sabia o que era terra lá (depoimento pessoal, Seu Elizeu, Araruba, 2014, grifos meus).*

No início dos anos cinquentas, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, ocorre a desinsetização *da mata da Jaíba*, o que propicia a penetração da população branca no interior da floresta de caatinga arbórea (COSTA, 2012). E nos anos sessenta, com a anexação da região à área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), são realizados investimentos para a modernização da atividade agropecuária regional⁴⁶. Com financiamentos e apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (EMATER), ou de empresas particulares que surgiam, ou até mesmo de empréstimos bancários realizados no Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, os fazendeiros melhoravam a estrutura das suas fazendas, modernizando-as. O governo federal financia a transformação das fazendas em empresas rurais. Há também a distribuição de remédios para a população branca que vivia nos arredores.

Apesar do crescimento momentâneo da economia e da melhoria da infraestrutura de algumas cidades, os investimentos infringiram conseqüências drásticas à população negra. A privatização das terras e o direcionamento da produção exclusivamente para a pecuária

⁴⁶ Luz (2015) destaca que a SUDENE foi idealizada por Celso Furtado e instituída no ano de 1959 no governo de Juscelino Kubitschek. Sua finalidade era atrair investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca. O Norte de Minas se tornou uma região de dupla investida, por fazer parte da Região Mineira do Nordeste, canalizando investimentos da SUDENE, e pelas suas áreas de cerrado “promissoras”. Para um aprofundamento nos efeitos deste processo, ver Araújo (2009), Ribeiro (2010) e Luz (2015).

extensiva modernizada, ambos associados à exploração indiscriminada dos recursos naturais, deixaram os quilombolas sem alternativas para o cultivo. O processo de expansão das relações capitalistas de produção era apoiado por ações governamentais que propiciaram a mercantilização da terra. Os beneficiados pelos investimentos da SUDENE realizaram processos de expropriação territorial e apoderam-se do gado das populações que ali viviam e o criavam solto. É nesse contexto de mudanças que se inauguram os conflitos entre a população regional e as comunidades negras rurais.

Chegou aparecendo pessoas diferentes aqui, chegavam e compravam uma parte de uma pessoa. Tinha uns que vendiam uns 5 alqueires, aquele fazendeiro chegava e tomava 10. Quando ele tomava 10, ele já apertava outro parente ali, vizinho, e chegava e trazia pessoas de fora, que se fala agrimensor, eram eles é que marcavam a terra. Aí tinham que ir pra justiça, aí não tinha dinheiro e o povo nem sabia o que era justiça. Tem gente que foi aprender coisa de justiça em São João da Ponte agora. Eles não sabiam o que era procuradoria, advogado, ninguém falava aqui, chegou agora, aqui não existia, nem se falava. Então aquele fazendeiro pegava e tomava conta. A pessoa pegava e ficava com medo e vendia do preço que ele queria (depoimento pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014, grifos meus).

*Aí quando chega essa expansão de agronegócio o governo começou a investir nos fazendeiros a respeito da criação de bois de corte e outros tipos de exploração. Começou os fazendeiros demandarem essas terras aqui. fazendeiros de São João da Ponte mesmo, pessoas que compravam arroz aqui, já queriam tomar o Brejo, não queriam comprar mais. Queriam o Brejo para plantar e eles mesmo colherem. Aí houve esse interesse dos fazendeiros de fora também, que já demandem essa terra aqui. Aí quando chega em 1930 no **tempo da divisão** e depois no **tempo dos fazendeiros**, quando eles começaram a vir para a região, começou a perda do território. E o pessoal ficou vivendo em pequenas faixas de terra, sendo **encurralado** dentro do seu próprio território. Aí foi gerando um inchaço dentro dessas pequenas faixas de terra que chegou um ponto que não tinha como nem plantar mais nada (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).*

Neste período, vários conflitos agrários ocorreram no sertão do Norte de Minas⁴⁷. No entanto, um deles, famoso por ser um dos mais violentos da região, aconteceu em Cachoeirinha, localizada no município de Verdelândia a cerca de 30km de Brejo dos Crioulos. Seus efeitos são narrados pelos quilombolas até os dias atuais. Segue o relato de João Batista sobre o conflito, importante para compreender como este acontecimento refletiu na comunidade:

⁴⁷ Ver Santos (s/d), Chaves (2005), Carneiro e Ciocari (2010).

Nos anos 1960, um médico (amigo de Darcy Ribeiro) e um Capitão da polícia militar adquiriram glebas de terra na região de Cachoeirinha. No tempo da divisão, os agrimensores definiram diversas glebas como “terra de ausente” e posteriormente adjudicaram em seus nomes. Quando venderam para outras pessoas. Estes adquirentes chegavam à localidade (em Brejo houve disto, o caso de Nozinho Figueiredo) e passavam a exigir a retirada das pessoas da terra comprada. Sempre utilizando de muita violência. Em Brejo, algumas famílias saíram da terra e migraram, ficando alguns parentes na terra de santo, formando, em torno da igreja, o povoado de Araruba. Em Cachoeirinha, o pessoal resistiu e o Capitão, utilizando de sua influência, acusou o grupo de estar assessorado pelo partido comunista e obteve do comando da PMEMG o apoio para expulsão dos “subversivos” da área. Foi um processo mais sangrento que nas outras comunidades. E, a partir daí, muitos preferiram sair da terra a sofrer o que as pessoas sofreram em Cachoeirinha. Pois foi um processo violento demais (depoimento de João Batista, Apud SANTOS, 2004, p.27).

As ameaças de expropriação da terra e as notícias de episódios semelhantes ao descrito acima em outras regiões do Vale do Rio Verde Grande circulavam rapidamente e chegavam até Brejo dos Crioulos. As agressões físicas e as expulsões violentas transformaram-se em situações sofridas pelos quilombolas cotidianamente. Um destes casos, mencionado pelos moradores mais antigos do quilombo, foi vivenciado pela moradora Dona Elizarda. Segue o relato de Santos (2004, p.88):

Um dos seus irmãos – Levino Pinheiro de Abreu – morreu envenenado após tomar um suposto remédio oferecido por jagunços dos fazendeiros. Diversas de suas cabeças de gado foram apanhadas mortas e dois cachorros de estimação morreram baleados por jagunços que atiravam na direção da porta de sua casa. Seu marido foi ameaçado de morte e no dia em que seria assassinado na própria casa, conseguiu se salvar, escondendo-se debaixo da cama, enquanto sua esposa dizia ao jagunço que ele estava viajando. Na noite deste dia, o marido de Dona Elizarda fugiu enquanto ela e sua família foram para São João da Ponte acionar a polícia, que nada fez. Ao retornarem ainda puderam ver sua casa em chamas, ateadas pelos jagunços para que ela não mais retornasse (esta a última a ser construída por Dona Elizarda, que na medida em que os fazendeiros destruíam suas casas e levantavam uma cerca, ela refazia outra adiante). Depois de ter a casa incendiada, Dona Elizarda morou em São João da Ponte, mas voltou para Araruba a tempo de ver Zé Afonso – um dos fazendeiros que a expulsou de suas terras – ser assassinado diante da Igreja de Bom Jesus da Lapa e Santo Rei – que ele pretendia transformar num malhador de gado.

Outros casos parecidos com o depoimento acima foram contados pelos moradores durante o meu trabalho de campo. Como efeito dos conflitos decorrentes nas várias

comunidades da *mata da Jaíba* e em Brejo dos Crioulos, foram construídas imagens negativas sobre os quilombolas que passaram a ser considerados como “bandidos” e “violentos” pelos moradores dos municípios circundantes do seu território e de outras comunidades. Durante a realização do seu trabalho de campo, Costa (2012) informa que os membros da comunidade narravam que qualquer roubo ou ação ilegal que ocorresse na cidade de São João da Ponte ou nas comunidades rurais das proximidades de Brejo dos Crioulos e que não se visse o autor do fato, imediatamente se afirmava “isso é coisa dos pretos de Araruba”.

Em decorrência da vinculação das ações criminosas perpetradas por qualquer munícipe aos membros da comunidade e pela imagem construída de que eram “bandidos” a polícia percorria os grupos locais que formam a coletividade quilombola, principalmente, o povoado de Araruba à procura dos autores das ações criminais (COSTA, 2012, p.4).

Inicia-se, o processo de criminalização, vivenciado até os dias atuais pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos. A expropriação territorial faz com que o quilombolas passem a viver *encurralados* pelas fazendas, com acesso restrito ao território e aos recursos naturais. Muitos moradores lembram deste período relacionando-o aos tempos em que *plantavam de meia*, uma forma de plantio associada aos fazendeiros. Na alternativa encontrada, os moradores plantavam suas *roças* nos *terrenos* dos fazendeiros e após a colheita, tinham que dividir o que conseguiram com estes. Aqueles foram tempos difíceis, muitos moradores lembram do “*tempo em que começaram a perder sua liberdade*”.

Conforme dados da CPT, dos 17.302,61 hectares correspondentes ao território quilombola de Brejo dos Crioulos, 13.920 hectares, o equivalente a 77% do total da área, estavam concentrados nas mãos de nove fazendeiros. A partir do ano de 1998 os quilombolas começam a realizar suas mobilizações na *luta pela retomada do território*, dando início aos *enfrentamentos* dentro e fora de Brejo dos Crioulos com vistas ao processo de titulação.

2.4. Tecendo a rede e fazendo a luta

Na comunidade, os quilombolas narram que a pesquisa realizada pelo antropólogo João Batista foi um marco na *luta* pelos direitos territoriais. O tempo do seu estudo é sempre lembrado nas conversas, *reuniões* e também nos documentos analisados no meu trabalho de

campo. Assim como as dificuldades e a experiência provocados pelo “choque cultural” resultante das relações entre antropólogo e “nativos”. Seguem alguns depoimentos:

Já tem uns 15 anos que o Joba andou aqui fazendo esse trabalho. Então meu amigo, quando ele passou aqui, o antropólogo né? Ninguém conhecia. Aí ele começou a andar com o Ticão e então ele saiu nas casas das pessoas mais idosas né? Fazendo umas perguntas, umas entrevistas de como que era aqui antes né? Aí o pessoal, meu pai que era o finado Cândido, teve uma entrevista com ele. Aí ele saiu de casa em casa procurando as pessoas mais idosas do território, que conheciam do começo ao fim, quando começou aqui e como era aqui antes deles chegarem (depoimento pessoal, Edinho, Furado Seco, 2014).

Foi uma relação vivida tensamente, pois me viram inicialmente como um investigador da polícia a procura de “bandidos”, ou como um enviado do governo federal para resolver seu problema fundiário, imagens que aos poucos foram se desfazendo. Mas que determinou, enquanto ainda eram críveis, a evitação de mim por alguns ou a exposição por outros da sofrida experiência ocorrida nos anos sessenta e setenta quando da expropriação da terra e expulsão de famílias para fora do território comum (COSTA, 1999, p.23).

*Aí quando Joba faz esse estudo, ele volta para cá e traz a dissertação dele e fala para nós o que realmente é essa comunidade, o que consta no estudo dele. Aí ele foi na Fundação Palmares e também trouxe **documentos de constituição de quilombolas, jornal de exemplos** de outras comunidades quilombolas por aí para o lado de Mato Grosso e Maranhão que já tinham ganhado alguma coisa. Material sobre esse assunto didático, nessa área. A partir daí a gente já começou né? A fazer um **trabalho** na comunidade (depoimento pessoal, grifos meus, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).*

Os depoimentos acima convergem para dois movimentos que são realizados neste período e constituem-se como marcos na memória e nas narrativas dos quilombolas. O primeiro, no âmbito da comunidade, quando inicia-se o “*trabalho de mobilização, formação e sensibilização*”, realizado por algumas lideranças de Brejo dos Crioulos. Ticão, o principal interlocutor de João Batista durante a realização do seu trabalho de campo, foi *assuntando* a proposta do homem e acabou se tornando uma das figuras políticas que emergiram como lideranças, participando ativamente do *trabalho*. De acordo com ele eram feitas visitas na casa das famílias “*mais estratégicas*” onde os documentos e materiais eram mostrados e eram realizadas conversas para sensibilizá-las sobre o fato de que elas agora tinham *direito de quilombola*. Um morador que participou deste período de mobilizações contou sobre a sua experiência:

O Joba ele deixou um papel com o Ticão e esse papel foi passado para um senhor que chama Mamédio. Ele era uma pessoa muito instruída, sabia ler e escrever né? E ele já foi presidente de associação comunitária aqui né? Aí eles ficaram uns dois anos ou três anos com esse papel (Edinho, Furado Seco, 2014).

O papel enviado pelo antropólogo em meados de 1997 era o Modelo de requerimento de reconhecimento, um documento exigido pela FCP para dar início ao processo de titulação na época, repassado pelo antropólogo a Ticão, que por sua vez deixou aos cuidados de Mamédio, presidente da Associação existente ⁴⁸.

Mamédio, que hoje mora no assentamento Conquista da Unidade, localizado na fronteira com o território quilombola e organizado pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP)⁴⁹, guarda várias lembranças do início da *luta*. Segundo ele

Quando o João começou, ele prosseguiu a pesquisa e a gente até na época não entendia bem, e ele foi uma pessoa que começou a trabalhar, mas o povo na região suspeitava muito pois o povo não conhecia pessoas de fora. Aí na primeira vez ele começou a fazer o trabalho e da segunda vez em diante ele já foi explicando para o povo o que significava a pesquisa e o povo conscientizou muito com o trabalho dele. Depois nós já tivemos um resultado. Ele explicava que era um trabalho, mas que era um trabalho de luta, uma luta pesada e cansada, mas que eles tivessem paciência que poderiam chegar a conquista. Aí o povo ficou com essa esperança e o processo foi prosseguindo e hoje está desse nível aí. Um processo de muita luta, muito sofrimento e muito sacrifício, mas que teve uma perseverança que o povo continua esperando até hoje né? A gente espera que hoje já estamos chegando na reta final, que já estamos no momento de desapropriação. A luta quilombola é uma luta muito sacrificada, com tanto desafio que o povo sentiu, uma falta de uma política pública, social, que os fazendeiros começaram a fazer seus grandes manifestos com todo o dinheiro deles né? E uma parte começou a desacatar os quilombolas pelo falo deles serem negros, aqueles preconceitos. Que parece que o branco acha que o negro não tem a possibilidade de reivindicar os seus direitos. Mas os quilombolas sempre foram uma pessoa de coragem, com aquela raça, aquela perseverança, de estar correndo atrás dos seus direitos né? (depoimento pessoal, Mamédio, Conquista da Unidade, 2014).

Enquanto muitos moradores calculavam um possível confronto com os fazendeiros, tendo em vista o histórico de violência na região, relutando em enviar o documento à FCP, Ticão seguia *andando pelo território e mostrando os documentos para convencer os moradores sobre seus direitos*. Em 1998 os quilombolas tomam a decisão e enviam uma

⁴⁸ Associação dos Moradores de Orion.

⁴⁹ Ver Rocha (2012).

correspondência requerendo a regularização fundiária do território quilombola à FCP. Todavia, a dissertação é considerada o documento que *impulsiona, que dá andamento ao processo*.

Quando estive conversando com Ticão sobre os acontecimentos da época ele me mostrou uma correspondência enviada pelo antropólogo, outro documento muito importante guardado pelo morador junto a outros *documentos da luta*.

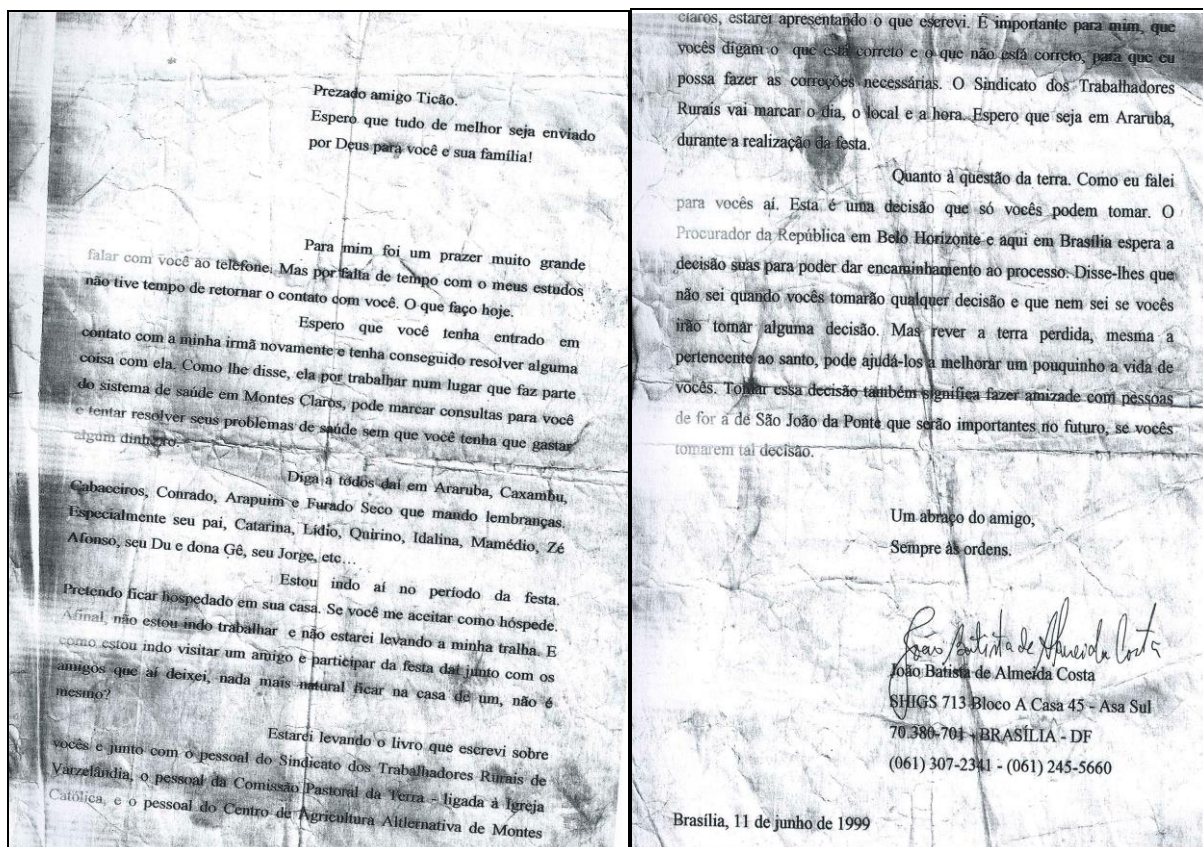


Figura 15 - Correspondência enviada por João Batista a Ticão

Por outra perspectiva, o próprio João Batista mobilizava algumas instituições e atores. Em um dos processos consultados, é informado que:

No mês de junho de 1999, o antropólogo João Batista de Almeida Costa envia à Fundação Cultural Palmares relatório de sua pesquisa e cópia da dissertação para obtenção de título de mestre junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. O estudo apresentado à FCP e acostado à peça inicial traz as razões inequívocas que levaram o pesquisador concluir que a comunidade de Brejo dos Crioulos é remanescente de quilombo e, portanto, apta a ser contemplada pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo reconhecida a sua titularidade sobre as terras ocupadas (p.11).

Ainda seguindo o texto do referido documento, um mês após, em 05 de julho de 1999, “através do memorando de nº. 028/99/ASSEJUR/FCP/Minc, a chefe da assessoria jurídica da FCP solicita à abertura de processo referente à comunidade remanescente de quilombo de Brejo dos Crioulos”. É através da mobilização de um documento - dissertação de mestrado - que Brejo dos Crioulos é inscrito em um universo de papéis, práticas jurídicas e saberes técnicos burocráticos, dando início às etapas do processo de regularização fundiária. A dissertação recebe o carimbo da FCP, sendo anexada ao processo.

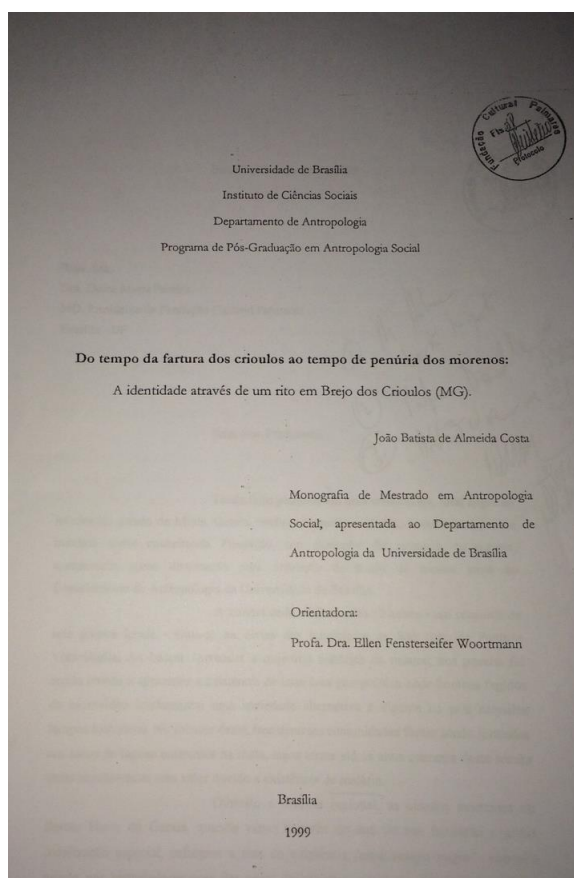


Figura 16 - Dissertação - Inscrito na dissertação Brejo dos Crioulos começa a circular pelos canais institucionais

Alguns membros das instituições com quem conversei sobre este período de mobilizações, também relataram a importância do papel do antropólogo na articulação da rede:

O trabalho do CAA começa junto com Joba, pois os contatos foram através de Joba. Ele sempre foi um parceiro. Ele foi fazer a pesquisa e depois disso ele começou a conversar muito com Carlinhos e com Braulino sobre essa questão mesmo de ir para Brejo. E lá em Brejo ele falava do trabalho do

CAA e acabou que ele fez essa ponte entre o CAA e Brejo dos Crioulos, tanto para nossa parte em contribuir com relação a missão institucional, e também com brejo no sentido de estar fortalecendo junto as entidades parceiras. Porque lá em Brejo, antes de Joba, eles não tinham essa visibilidade que eles tem hoje. O Joba, ele foi com essa rede de parceiros, de levar pessoas e mostrar quem é Brejo (Aline, CAA-NM, Montes Claros, 2014, grifos meus).

Anteriormente a dissertação de Joba não se falava em quilombo no Norte de Minas. Não existia discussão sobre quilombolas no Norte de Minas. E daí que é fantástico que toda essa discussão, e não só a discussão teórica, mas prática. E as comunidades em uma movimentação pela re-apropriação dos territórios, todo esse processo, ele iniciou com uma pesquisa acadêmica. Esse compromisso do pesquisador com a realidade. Ele não foi lá apenas comprovar uma hipótese né? Quando ele fez aquela dissertação ele confirmou que de fato ali era uma comunidade quilombola, aí ele já aciona os parceiros: CAA, CPT, MST, pois o pessoal tinha perdido o território, aí desencadeia todo um processo aqui no Norte de Minas, hoje já beirando umas 100 comunidades com certificação. Então foi a partir de uma experiência acadêmica que desencadeou todo esse processo (André Alves, Montes Claros, 2014, grifos meus).

No artigo “Saber-se quilombola, ser quilombola: o enredamento de Brejo dos Crioulos (MG) nas tramas do aparelhamento estatal”, o próprio antropólogo descreve como ele acabou se tornando “um *broker* entre o aparelhamento estatal e a comunidade de Brejo dos Crioulos” (COSTA, 2006, p.53):

Inicialmente, foram estabelecidos contatos com entidades da sociedade civil regional, visando construir um rede social de apoio à comunidade, principalmente com setores populares organizados, dentre eles a Comissão Pastoral da Terra, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais, a regional da Central Única dos Trabalhadores, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios circunvizinhos e Organizações Não Governamentais do Norte de Minas, principalmente as de apoio aos trabalhadores rurais, como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (Ibid,p.54, grifos meus).

Simultaneamente a esta ação, o antropólogo destaca que “foi estabelecido contato com a imprensa regional, procurando presentificar Brejo dos Crioulos no imaginário social norte mineiro e mineiro, no sentido de tornar a comunidade socialmente visível” (Ibid, p.54). Nota-se, no depoimento dos meus interlocutores e nos documentos consultados, que o antropólogo, ao se tornar um *broker*, fomenta a conexão de Brejo dos Crioulos com várias instituições e órgãos governamentais. Para isso, ele precisou de, por um lado, contatar vários atores ligados a setores progressistas da Igreja Católica, como a CPT e os STR, movimentos sociais, a imprensa, ONGs e outras instituições, e por outro, ele próprio experienciou a burocracia por

meio dos procedimentos e dispositivos estatais, deslocando-se em um universo permeado por papéis - cartas, projetos, denúncias, relatórios, e-mails, dentre outros artefatos que compõem a “tecnologia de escritório” (STRATHERN, 1999) - o que implicou no entrelaçamento de coisas e pessoas na mobilização da *rede*. No entanto, como lembrou Morawska Vianna (2014, p.28), e como pretendo descrever neste trabalho, “chamar a atenção para a mobilização destes saberes técnicos burocráticos não significa afirmar a estrutura destas organizações como essencialmente burocráticas”. A proposta é descrever etnograficamente os encontros entre os quilombolas, o Estado e a antropologia, em meio ao processo de titulação.

Em decorrência destes encontros, os quilombolas também começam a lidar com os documentos no *trabalho de mobilização*. No verão de 2000, dois documentos e duas instituições foram acionados. O primeiro foi uma carta, direcionada a FCP, reforçando a necessidade do reconhecimento da condição de “remanescente de quilombo” e o segundo, uma correspondência direcionada para o Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Minas Gerais), onde foi instaurado o Procedimento Administrativo Cível de nº. 08112.001977/99-39. Um trecho deste documento informa que “Em vista do conteúdo técnico específico envolvido, determino a remessa desse procedimento à Técnica em Antropologia para elaboração de nota técnica”. A análise destes papéis sugere que as reivindicações dos quilombolas ganham alcance nacional a partir da mobilização de duas instituições em duas cidades diferentes, Brasília e Belo Horizonte.

No quilombo, o *trabalho de mobilização* continuava. Mesmo com a descrença de muitos e com o medo do confronto com os fazendeiros, é criada em janeiro de 2001 a Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, tendo Ticão como o seu primeiro presidente. A entidade também possibilita os quilombolas fazerem suas alianças e buscarem seus *parceiros*. De acordo com Costa (2006, p.55),

A visibilização de Brejo dos Crioulos, via jornais e redes televisivas, bem como a articulação da rede social de apoio concretizou-se pelo esforço tanto dos membros da comissão, transformada no processo em Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, quanto do antropólogo que desenvolveu pesquisa na comunidade e transformou-se em *broker*, e das diversas entidades populares norte mineiras que passaram a apoiar a comunidade na busca da conquista de seus direitos.

Com auxílio do antropólogo, Ticão realiza sua primeira *caminhada*, viajando até Montes Claros para participar de uma reunião do FDSNM (Fórum Regional de

Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas) na FETAEMG, o que propicia o primeiro contato do quilombola com alguns técnicos do CAA-NM e com outras instituições. De acordo com este interlocutor,

*Foi no **fórum** para conhecer melhor a causa de Brejo que a gente pediu apoio ao CAA. E como o CAA era cargo chefe desse fórum, então o CAA jogou nós lá na rede, no fórum. Esse apoio sobre a causa de Brejo. Aí as entidades mesmo propôs, teve uma reunião lá na FETAEMG para discutir o assunto de brejo e eles propuseram uma visita para conhecer melhor a nossa causa (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).*

Carlos Dayrell do CAA-NM, que participou destas reuniões, também comentou das *articulações* que estavam sendo feitas na época e resultaram na criação do FDSNM em Montes Claros.

Em meados da década de 90 nós estávamos trabalhando na região e fomos provocados por uma proposta da Assembléia Legislativa (ALMG) de discutir e dialogar com as diversas regiões de Minas Gerais sobre a questão do desenvolvimento. E o que estava posto quando se discutia desenvolvimento aqui no Norte de Minas era essa lógica desenvolvimentista da SUDENE, RURAL MINAS, grandes projetos e tal. E a gente já tinha uma incipiente articulação. Frente a essa provação a gente reagiu de uma maneira proativa. Conseguimos fazer um processo de articulação dos diversos movimentos sindicais urbanos, rurais e dos pesquisadores. Isto visando apresentar uma perspectiva de debate sobre um modelo de desenvolvimento diferenciado. Esse processo foi muito importante pois nós conseguimos juntar, e esse juntar foi que gerou o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável. Que nos passos seguintes começou a discutir assuntos que estavam pegando na região. Nós discutimos a questão do crédito, a questão da seca, a questão do Projeto Jaíba. E foi nesse período que o Joba faz a pesquisa. E o pessoal de Brejo, depois que o Joba devolveu a pesquisa, eles ficaram matutando, matutando e um dia chegaram no CAA com Joba e pediram apoio (...) Aí nós levamos esse assunto para o fórum e o fórum propôs comemorar o dia do trabalhador rural em Brejo dos Crioulos, articulando para o movimento sindical da região todo ir conhecer a comunidade (depoimento pessoal, Carlos Dayrell, CAA-NM, Montes Claros, 2015).

A participação da liderança no *fórum* conecta Brejo dos Crioulos a outras *redes*⁵⁰. Como resultado das *articulações* realizadas na reunião, em 25 de Julho de 2001 é realizado na comunidade o “Dia do Trabalhador Rural”. Um evento muito importante, lembrado tanto pelos quilombolas quanto pelos seus *parceiros*. O documento, “Carta de Brejo dos Crioulos no dia do Trabalhador Rural” informa que participaram do encontro 500 pessoas, representantes de 19 cidades, 21 comunidades e 27 entidades do Norte de Minas Gerais e de outros estados⁵¹.

As lideranças narram que o encontro ocorrido em Brejo dos Crioulos, referido como *fórum*, é o momento em que várias entidades se tornam *parceiros da luta*. O CAA-NM e a CPT iniciaram seus trabalhos na comunidade após as discussões realizadas no âmbito do evento e também decorrentes dele. O momento também foi importante para a consolidação da *rede*, já que agora as mobilizações dos quilombolas ganham força frente às instituições jurídicas, através das ações da *rede* em prol dos quilombolas. Um dos agentes de pastoral também reconheceu a importância do evento e do *trabalho* realizado pelo antropólogo,

No fórum a gente reuniu 27 sindicatos de trabalhadores rurais e lá a gente fez a primeira assembleia, vamos dizer, com a comunidade. Isto tendo em vista aquele trabalho que João Batista fez. E partir daí que nós iniciamos a luta. A gente chegou a chamar isso de fórum. Aonde a gente reunia para discutir essa problemática da terra, dentro dos conflitos de terra. Aí a gente aglomerava as entidades para conhecer de perto o problema e integrar a luta (depoimento pessoal, Alvimar, CPT, Montes Claros, 2014).

⁵⁰ De acordo com Paranhos (2006), o fórum é uma rede regional instituída em 1997, sendo formado por entidades da sociedade civil com o objetivo de “mobilizar, discutir e propor alternativas para o desenvolvimento da região” (Ibid, p.27). Ainda segundo esta autora, a constituição desta rede se deu a partir de desdobramentos dos movimentos sociais atuantes no Norte de Minas desde os anos de 1980, como a CPT (Montes Claros e Manga), CAA-NM, Cáritas de Januária, STR (Mirabela, Francisco Sá, Itacarambi, Bocaiúva, Porteirinha, Coração de Jesus, Riacho dos Machados, Varzelândia, Montezuma, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, Buritizeiro e Salinas). A rede também se articula a outras redes de âmbito regional, nacional e internacional (Rede Cerrado; Rede Alerta contra o Deserto Verde; Fórum de Convivência com o Semi-Árido e Via Campesina).

⁵¹ Representantes das comunidades: Brejo dos Crioulos, Fazenda Gol, Puris, Rompe Gibão, Morrinhos, Pocinhos, Serra da Guia, Tanquinho, Poço da Vovó, Caroda, Lagoa Bonita, Califórnia, Barroca e Taperinha. Representantes dos municípios: Varzelândia, São João da Ponte, Montes Claros, Brasília de Minas, Manga, Jaíba, Pai Pedro, Taiobeiras, Salinas, Coração de Jesus, Mirabela, Buritizeiro, Lassance, Francisco Sá, Januária, Porteirinha, Belo Horizonte, Brasília, Recife. Representantes das entidades: GRUCOM M.Claros, SindUTE, CAA-NM, CUT N.MINAS, Casa de Pastoral Comunitária, CIMI, CÁRITAS. Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais: STR Montes Claros, STR Coração de Jesus, STR Mirabela, STR Buritizeiro, STR Lassance, STR Januária, STR Salinas, STR Manga, STR Jaíba, STR Taiobeiras, STR São João da Ponte, STR Varzelândia, STR Porteirinha. Pesquisadores: UFJF, UNB, Universitários da Unimontes, Vereadores de Varzelândia, Mandato Popular de SUED (M.Claros).



Figura 17 - Dia do Trabalhador Rural
Autor: João Batista

Além dos documentos mobilizados pelos moradores de Brejo dos Crioulos e pelo antropólogo, a CPT também enviou várias correspondências à FCP, solicitando o acompanhamento e procedimentos necessários à regularização fundiária do território quilombola e fazendo as denúncias por meio das várias *notas* mobilizadas.

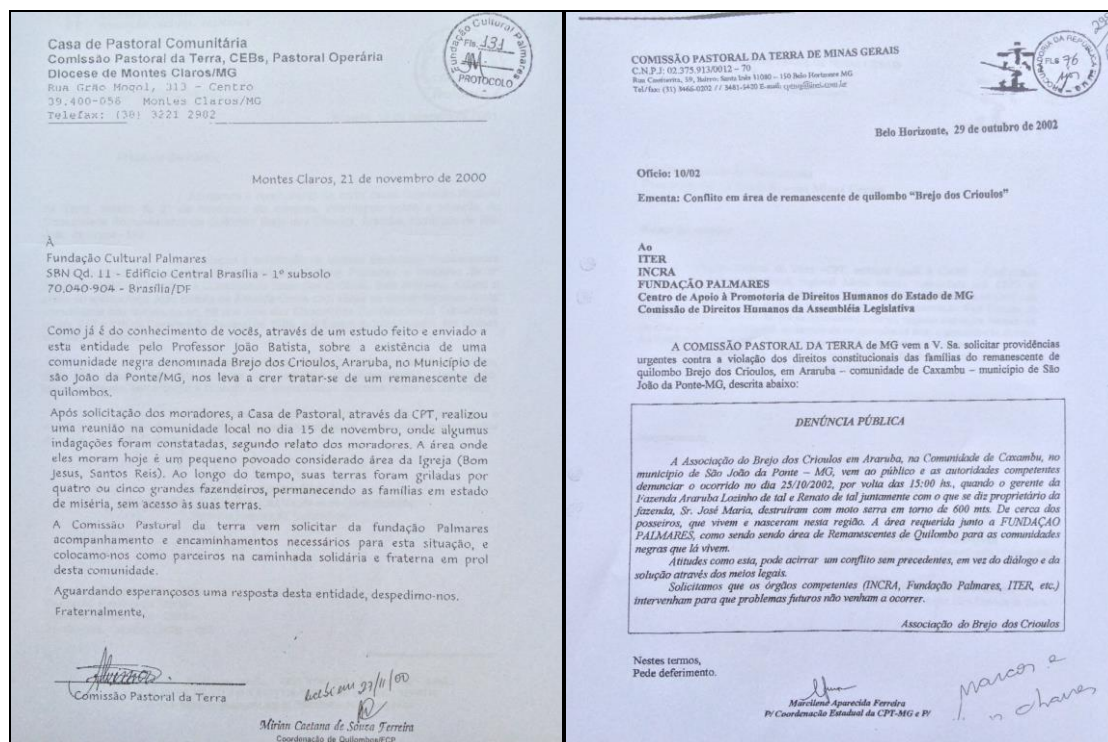


Figura 18 - Algumas correspondências enviadas pela CPT no período

Outra liderança que participou das mobilizações, João Pêra, contou sobre a divulgação dos documentos que eram produzidos no território quilombola.

A gente divulgava tudo que era feito sobre Brejo. Nós íamos pregando nas escolas, bares e nas igrejas. Os bares são importantes pois tem movimentação de gente. Também colocávamos nas cancelas, nas porteiras, onde passa gente você pregava. Na entrada e saída da comunidade. Eu colocava e panfletava (depoimento pessoal, João Pêra, Furado Modesto, 2014, grifos meus).

O período é de efervescência em relação à mobilização de documentos. Se antes como descrito nos depoimentos dos quilombolas *os documentos ficavam guardados em casa nas sacolas e malas*, é possível ver vários movimentos onde estes circulam entre as entidades, instituições e também dentro do território quilombola, já que com a criação da Associação, são enviadas várias correspondências e mobilizados vários atores através destes.

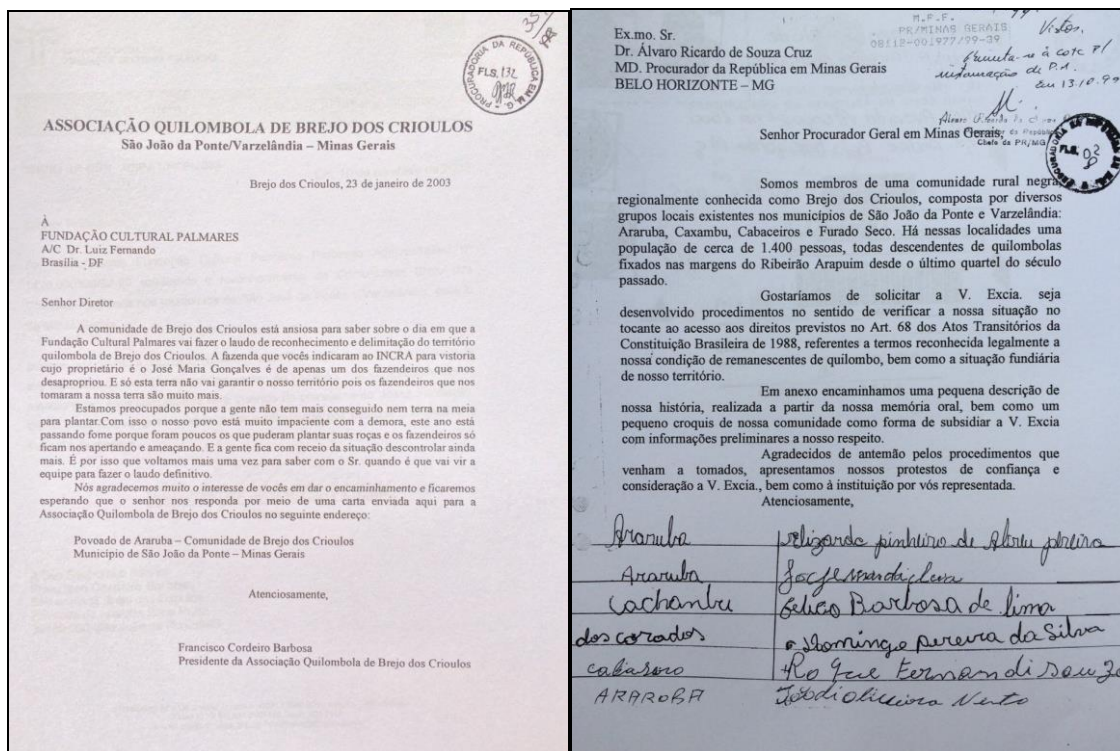


Figura 19 - Documentos mobilizados pela Associação Quilombola

É possível descrever, seguindo os documentos e sua circulação, os canais institucionais que Brejo dos Crioulos percorre inscrito nos papéis e o alcance das reivindicações dos quilombolas. Descrever a política através dos documentos e da sua circulação através de canais institucionais é possível quando estes são pensados como artefatos que têm como característica sua ubiqüidade, ou seja, estão presentes em vários lugares ao mesmo tempo. Para Riles (2006, p.17), como demonstrado por Strathern (1988, 1990) em outros contextos etnográficos, “tomar as práticas de conhecimento de outros povos como um tema etnográfico, implica em necessariamente pensar *lateralmente* sobre o engajamento epistemológico e estético do nosso próprio conhecimento” (tradução minha, RILES, 2006, p.17).

Rastrear os papéis é mostrar que vários eventos relacionados ao processo de titulação são desencadeados por estes ou culminam na produção de um papel. Como por exemplo, o laudo antropológico, os relatórios de inspeção do MPF e outros confeccionados durante as visitas dos operadores do direito a comunidade, as cartas e correspondências mobilizadas pela Associação Quilombola e a *rede de parceiros*, as *notas* confeccionadas pelos agentes da CPT, inquéritos, boletins de ocorrência dentre outros.

Através dos documentos é possível acessar eventos e discursos importantes, mas também e sobretudo realizar uma descrição política capaz de mostrar as relações de poder que acionam os documentos, os efeitos de sua circulação, bem como as técnicas, saberes e noções mobilizados na *rede*.

Nesse sentido, convém também observar que a própria antropologia é um desses saberes mobilizados, tanto pelo fato da dissertação de João Batista “ser transformada” em um documento, quanto pela necessidade de elaboração do laudo antropológico, como um dos requisitos do processo de titulação. O que também permite pensar com Foucault (2009, p.26) a complexidade do Poder Judiciário, que funciona “por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos” (...) “um saber, técnicas, discursos ‘científicos’ se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir”. É por meio do discurso científico da antropologia, mobilizado pelo antropólogo-perito, que o território de Brejo dos Crioulos emerge em um documento que será analisado pelos operadores do direito, responsáveis pelo caso⁵².

Voltando ao funcionamento da *rede*, as ações de apoio aos quilombolas agora acontecem a partir da associação ou acionamento da *rede de parceiros*, seja conjuntamente a estes, ou/e com ações paralelas. Como me disse Ticão quando lhe perguntei se seria correto utilizar a palavra *rede*, “É uma rede de apoio. Pode ser chamado também de fórum. Povo de apoio, parcerias, parceiros”.

Em vários documentos analisados, inclusive em alguns relatórios e projetos desenvolvidos pelos *parceiros*, também é recorrente a utilização do termo *rede social de apoio a Brejo dos Crioulos*. O Plano de Etnodesenvolvimento (2012) informa que o termo refere-se a “organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pastorais e pessoas - professores, antropólogos, advogados, militantes e profissionais de diversos campos de atuação” (p.4).

A *rede*, neste sentido, deve ser encarada como uma forma de “fazer política”, onde relações em potência são acionadas pelo entrelaçamento de pessoas, saberes e coisas. Nas ações da *rede*, o antropólogo tem um papel duplo, pois além de escrever sua dissertação de mestrado e outros diversos artigos referentes a Brejo dos Crioulos, propiciando - como

⁵² Nas palavras de Foucault (2009, p.24) “Os peritos não intervêm antes da sentença para fazer um julgamento, mas para esclarecer a decisão dos juízes”.

descrito nesta seção - o início do processo de titulação e da *luta*, ele também atua como um *broker* efetivando relações entre os componentes da *rede*⁵³.

Em meio às ações, o saber antropológico vai sendo mobilizado pelos quilombolas nos documentos confeccionados pela Associação e pela *rede de parceiros*, operadores do direito e outros atores. O saber antropológico é relacionado a outros saberes e inscrito em documentos que acabam se configurando uma forma de fazer política e de *luta* pela efetivação dos direitos territoriais⁵⁴. A fim de ilustrar minha hipótese, retomo aqui um trecho de uma entrevista que realizei com João Batista.

Pedro: Eu posso falar que essa rede que vai se constituindo é uma rede que vai sendo construída a partir do próprio processo de regularização fundiária?

João Batista: *Sim. É em decorrência do direito territorial e da luta para sua efetivação. A rede já estava construída. Quando em 2001 a gente vai lá pro dia do trabalhador rural a rede já estava construída. Ela não parou no tempo, ela continua em processo de crescimento e se expandindo em decorrência das relações que cada entidade vai estabelecendo e que eles também vão estabelecendo com este processo. Então a rede continua em expansão e é acionada na medida que existe necessidade* (depoimento pessoal, João Batista, Montes Claros, 2014).

Chamar atenção para a multiplicidade de formas de fazer política, vai ao encontro das reflexões de Goldman (2006, 2007) sobre a elaboração de uma teoria etnográfica da política. Para este autor, é necessário que ao invés de nos preocuparmos em mobilizar categorias analíticas como “identidade, política e cultura” (GOLDMAN, 2007), com o objetivo de explicar os processos que estudamos, devemos fazer um movimento teórico capaz de levar a sério o caráter micropolítico e as concepções nativas, mesmo que um dos efeitos decorrentes

⁵³ Na minha descrição etnográfica a *rede* é um conceito nativo e não se trata de um conceito analítico, o que não me impede de traçar conexões com autores que propõem discussões relacionados ao tema. Nesta perspectiva, dentre as várias contribuições da proposta teórica de Latour (2012), podemos destacar o princípio da heterogeneidade do que o autor denomina como “redes sociotécnicas”, tecidas pelas associações e conexões entre vários elementos: pessoas, coisas, artefatos. De forma análoga, Morawska Vianna (2014, p.32), ao descrever etnograficamente relações institucionais, enfatiza como coisas materiais e pessoas “se permeiam para compor saberes, mundos, relações”. As considerações metodológicas destes autores encontram ressonâncias nos meus dados já que a *rede* é composta pela multiplicidade de elementos - pessoas, documentos, e-mails, telefone celular, *ferramentas* - sendo que estes não serão pensados como meros “intermediários” (LATOURE, 2012) tampouco apenas como meras “coisas físicas que circulam” (MORAWSKA VIANNA, 2014). O interesse aqui é refletir sobre os efeitos destes elementos, que acabam sendo ressignificados politicamente na *luta* dos quilombolas e na mobilização da *rede*.

⁵⁴ Quando utilizo o termo política, não estou me referindo somente a política partidária, as instituições e a forma-estado. No “fazer político” dos quilombolas e sua *rede de parceiros*, pessoas, saberes e coisas são mobilizadas. Ao acionar o termo, procuro conectá-lo a cosmologia quilombola, um modo de existência, uma forma de se posicionar na política e no mundo.

desta prática possa ser “a desestabilização das categorias dominantes entre nós” (Ibid, 2007, p.12). Ao invés de classificações antecipadas “do ponto de vista nativo”,

essas categorias, devem, ao menos de início, ser apreendidas em seu significado “nativo” e, mais importante do que isso, devem ser apreendidas “em ato”, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua atualização e utilização (Ibid, p.17, grifos do autor).

Dentro da temática quilombola, algumas etnografias têm se dedicado a refletir sobre as formas de fazer política das populações quilombolas frente às formas estatais. O trabalho de Santos (2014), chama atenção para o fato de que o “fazer político” destas populações (através das lideranças e associações),

não implica em uma adoção de uma razão estatal, pois, se em alguns momentos a razão estatal parece se impor - pois lá aprendem, familiarizam-se e reconhecem um mapeamento do Estado - noutros, é atravessado por razões que continuam operando, em seus quintais, com outras lógicas e outros agentes, enquanto caminham com as almas e os técnicos do INCRA. Assim, ainda que em meio às experiências de reconhecimento de direitos e gestão de territórios quilombolas a razão estatal se afigure determinante e em algumas circunstâncias possa mesmo se sobrepor, esta também é ofuscada por outras razões ali contidas (SANTOS, 2014, p.50).

Em outras razões se diferenciam, segundo esta autora, da lógica estatal operada pela “gente dos papéis”. Jardim e Salaini (2015, p.194), pontuam que “a luta quilombola transborda a questão territorial e a lógica demandada pelo “mundo dos papéis”, nos permitindo “vizualizar as tensões entre oralidade e escrita, bem como noções de ciência permeadas por lógicas cartoriais” e “pautadas nas comprovações materiais da vida comunitária”⁵⁵.

A etnografia de Vieira (2015) propõe um deslocamento analítico. Ao invés de tomar o Estado como ponto de partida para pensar a ação política, a autora propõe uma “teoria política quilombola”, descrevendo como seus próprios interlocutores experienciam a política. Este movimento permitiu reflexões sobre como os quilombolas da Malhada vão experimentando termos e palavras na sua ação política junto aos movimentos sociais e no âmbito da política

⁵⁵ Além do trabalho de Jardim e Salaini (2015) e de Santos (2014), para um aprofundamento nas discussões referentes as tensões entre lógicas cartoriais e noções nativas, ver Hartung (2013).

partidária, sobretudo no “tempo da política”⁵⁶. Todas estas etnografias trazem aspectos interessantes e instigantes, me ajudando a refletir sobre temas que passaram meu trabalho e meus dados etnográficos⁵⁷.

Refletir sobre a *rede* e as multiplicidades de formas de ação política contribui para percebermos que, durante a *luta*, a política é vivenciada e acionada em diferentes contextos, tanto dentro do território quanto fora dele - nas *reuniões*, *caminhadas*, *retomadas*, mobilização de documentos e da *rede*. É pensando as *estratégias* inventadas e acionadas pelos quilombolas que acabamos compreendendo seus estilos de criatividade e a multiplicidade das formas de *luta*. São nas práticas, ações e nos encontros que o desenho da *rede* vai tomando formato, assim como sua dinâmica e suas conexões.

No entanto, mesmo com tantos papéis e tantas instituições envolvidas, o processo de regularização fundiária não avança da mesma velocidade que as manifestações dos quilombolas e de sua *rede*. Para Costa (2006, p.56) “a cada afirmação de um passo à frente da Palmares, os crioulos esperam um passo atrás da mesma entidade”. As dificuldades enfrentadas pelos quilombolas e a morosidade da FCP no reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombo”, fizeram com que

em 2001, o Ministério Público Federal informasse à presidência da Associação que recomendaria à Fundação Palmares o reconhecimento da comunidade como disposto no Art.68, a partir da dissertação de mestrado onde Costa (1999) relata o processo vivido desde meados do século XIX até os conflitos vividos nos anos de 1980 (Ibid, p.56).

Em 21 de novembro de 2002, o MPF notifica a FCP, dando um prazo de 15 dias para que sejam finalizados os procedimentos necessários. Mesmo não sendo oficialmente o laudo antropológico a dissertação de Costa (1999) circula por diferentes canais institucionais e acaba sendo um documento muito importante na *luta* dos quilombolas.

⁵⁶ Conforme mencionei na introdução, em outros momentos de pesquisa também me atentei para estes aspectos. Como alguns dos exemplos da experimentação dos termos “quilombo” e “quilombola” pelos moradores da Malhada, Vieira (2015, p.345) descreve: “Para informar uma distância, por exemplo, diziam que um lugar ficava a uns dois ou três *quilombos*. Às vezes, a palavra caracterizava os negros: “*os tirombolas são todos negros*”. Ou, ainda, era um nome para a mistura das *nações* de negro e tapuia: “*quilombo é negro, índio, cafuzo misturado*”, ou para caracterizar o povo do passado: “*os antigos eram quilombistas*”. Para informar o assunto da reunião da Associação, diziam que era “*reunião do canhambola*”.

⁵⁷ Outras leituras também foram importantes para reflexões. Os trabalhos de Herzfeld (2008), Beviláqua e Leirner (2000) e Leirner (2012), argumentam a favor da abordagem etnográfica e contra a reificação analítica do conceito de Estado.

Cansados de esperar as várias tentativas de regularização fundiária junto às instituições mobilizadas, os quilombolas começam suas *articulações* para o início da *retomada do território*⁵⁸. Tem início em Brejo dos Crioulos uma nova fase que marca a *luta* dos quilombolas. As mobilizações de documentos e da *rede* agora são articuladas com a estratégia das *retomadas*.

2.5. A ocupação do *velho Prasto*

A situação conflituosa instaurada em Caxambu com a destruição da cerca não constitui acontecimento circunstancial, produto de fatores singulares. Verificamos que, ao contrário, reflete as condições gerais de vida em Brejo dos Crioulos, em que todos os grupos de vizinhança encontram-se pressionados pela escassez de terra para trabalho, em virtude da formação de fazendas em seus territórios. Todas as comunidades, conforme já assinalado, têm urgência em plantar e, durante os trabalhos de inspeção, fomos informados de que, no corrente ano, outra situação conflituosa apenas não se configurou por desistência das famílias de Araruba, que tinham a intenção de realizar plantio em área hoje localizada na fazenda do Sr. Raul “Paulista”, designação dada pelos quilombolas ao novo proprietário da Fazenda Diniz situada entre os núcleos de Furado Seco, Conrado e Araruba (Auto da Inspeção da PRMG, 12/11/02, p.16-17).

Em 2002 começam os *enfrentamentos* dentro do território quilombola. Na conhecida *ocupação do velho Prasto*, mesmo que não tenha ocorrido de fato uma ocupação de terras, este foi o primeiro conflito entre quilombolas e fazendeiros que contou com a intervenção das instituições judiciárias e da *rede de parceiros*. Desse modo, é importante uma rápida

⁵⁸ É importante ressaltar que mesmo com existência do artigo 68-ADCT, até o ano de 2000 não haviam orientações sobre como deveriam ser realizados os processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Tal como observou Arruti (2006, p.111, grifos no original), as demandas ficavam simultaneamente a cargo da FCP e o do INCRA, em uma oposição dentro do próprio Estado, “Entre um enquadramento dos remanescentes de quilombolas como problemática fundiária (*INCRA*) ou como problemática cultural (*FCP*)”. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001 foi assinado o decreto nº 3.912 que deu à FCP a competência da regulamentação fundiária. No entanto, como chamou atenção Arruti (2006, p.113), “Entre novembro de 2000 e novembro de 2003, não houve qualquer avanço em qualquer dos processos de reconhecimento ou regularização fundiária daquelas comunidades” (Ibid, p.113). No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, uma nova regulamentação ao Art. 68 do ADCT é construída com a participação de entidades negras e da ABA, dando origem ao Decreto 4887 de 2003. A obrigatoriedade do laudo antropológico no RTID só foi garantida com a IN nº 20, publicada em Setembro de 2005. Da maneira que mencionei na introdução, atualmente a IN 57/2009 regulamenta os processos de titulação.

explanação deste conflito antes de continuar a descrição do período de intensas mobilizações na comunidade.

Ainda no *tempo da divisão*, o Sr. Prasto (ou Plácido) comprou nas mãos de um dos agrimensores uma área equivalente a 22 alqueires e 15 hectares na localidade de Caxambu. Santos (2004) informa que na década de 1960 um fazendeiro chamado Zé Maria Gonçalves começa a ameaçar o Sr. Prasto e sua família, dizendo que iria roubar suas terras. No entanto, de acordo com a autora, diante da ameaça ele oferece comprar as terras antes delas serem tomadas, prometendo um sítio para cada filho do Sr. Prasto na cidade de Urucuia (MG). A fim de trazer mais elementos sobre esta situação, seguem dois depoimentos dos quilombolas. O primeiro consiste em um trecho retirado do relatório de inspeção da PRMG à comunidade. O segundo é uma narrativa coletada durante o meu trabalho de campo, no qual Paula, moradora de Caxambu e neta do *velho Prastro*, nos informa sobre este episódio.

“Infelizmente ele não é dono. Quando foi na época de comprar essas terras aqui, ele queria comprar essa terra. Ele pegou, contratou com um fazendeiro que era o Zé Afonso, pra modo de tomar a terra do meu avô. Aí depois o Zé Afonso chegou, já com um bocado de pistoleiro e entrou. Fazendo picada. Aí meus tios pegaram, falaram com ele para modo dele não fazer isso, ele falou que fazia, que diz que esses nêgo não tem que morar aqui, esses nêgo tem que morar na terra da [inaudível]. Aí, depois, ele [José Maria] falando, “ó, o seguinte, cês tem que vender a terra para mim, se ocês num vender essa terra , ele [Zé Afonso] vai continuar a tomar a terra de vocês, e cês vai morar aonde? Cês tem que vender para mim”. Aí meus tio foi lá, conversaram com Zé Afonso, Zé Afonso falou o seguinte: “ou cês vende a terra pra ele ou eu tomo de vocês” (Auto da Inspeção da PRMG, depoimento de Aristides Cardoso de Oliveira 12/12/02).

O fazendeiro chegou e procurou meu pai e ele não estava em casa. Cada um estava no seu serviço e meus avós já estavam velhinhos. Aí ele chegou e procurou o documento da terra. Então eles aqui não tinham conhecimento com negócio de polícia, essas coisas. E através disso o fazendeiro fez pressão neles. Mas meu avô tinha o documento da terra pois ele acompanhou a divisão, o marco né? Então eles tinham o documento, meu vô o Velho Prastro, e o vô do meu marido, o Véio Santos, eles acompanharam. Então cada um tinha sua documentação. Aí o fazendeiro chegou na casa deles um dia e falou “eu quero aqueles seus papéis da terra”. Aí eles recusaram. O fazendeiro continuou “Mas é que eu preciso levar porque hoje tem um cartório, e o cartório mandou a gente procurar vocês, para vocês entregarem para nós fazermos o reconhecimento dos papéis de vocês e fazer uma registração”. O fazendeiro falou de um jeito que agradou eles até no ponto deles entregarem para ele. Aí o fazendeiro disse: “A terra não é mais suas, agora ela está no meu nome. Como vocês estão velhinhos podem ficar, agora seus filhos podem procurar o rumo, o

que não querer morrer vai ser preso” (depoimento pessoal, Paula, Caxambu, 2014, grifos meus).

Por fim, Sr. Prasto, já muito doente e com mais de cem anos de idade “entregou” suas terras para o fazendeiro Zé Maria. Os moradores relatam que o fazendeiro *levou o cartório* até a casa do morador.

*O véio já tava com quase cem anos, em cima da cama para morrer. É tanto que o fazendeiro **levou o cartório** na casa do véio. Eles pegaram no dedão do véio tremendo e colocaram o dedo do véio na assinatura. Levaram o livro lá. O véio já estava acamado esperando a morte. Inclusive ele assinou e dias depois morreu. Aí os filhos não concordaram com a venda. Os filhos não saíram da terra, eles ficaram lá (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).*

Além da grilagem das terras, nenhuma das promessas do fazendeiro Zé Maria foram cumpridas. Impossibilitados de realizarem o plantio em suas *roças*, já que o fazendeiro *soltava o gado*⁵⁹ que comia as plantações, os descendentes do *velho Prastro* decidem então cercar a área que lhes pertencia por direito. A resposta do fazendeiro foi mandar que seus funcionários cortassem a cerca alegando ter o direito da posse. O ato de *cortar as cercas* inaugura o primeiro *enfrentamento* na comunidade. Iniciado o *conflito da cerca*, os moradores recorrem ao MPF em Belo Horizonte, como nos contam em seus depoimentos Ticão e João Batista,

Aí nós fomos dar parte no Ministério Público lá em Belo Horizonte. Na época o procurador chamava Adailton. Nós fomos para lá eu, Joba, Carlos Dayrell e outras pessoas do CAA. O ônibus foi bancado pelo CAA. Nós fomos em uma viagem até Brasília e essa de Belo Horizonte. Acho que foi tudo num mês só. Joba foi com nós para explicar o procurador como é que era mesmo o direito. Aí o procurador foi e marcou uma visita aqui no local. O procurador veio com a Polícia Federal e fez essas reuniões aqui. (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Aí começa o trabalho e o CAA captou um recurso e com esse recurso, levou o pessoal para Brasília. Isso em 2002 eu acho. Em Brasília a gente vai até a 6ª câmara [MPF], a gente vai a FCP e se faz presente. Porque até então,

⁵⁹ A expressão *soltar o gado* é muito recorrente. Na maioria das vezes está associada a situações de conflitos. Como neste caso, destaca-se a estratégia dos fazendeiros de *soltar o gado* para que os animais comam as *roças* dos quilombolas. No entanto, estas situações também são comuns entre os próprios quilombolas, muitas vezes envolvendo parentes e vizinhos. Durante a realização do meu trabalho de campo ouvi relatos dos moradores sobre este tipo de conflito. Eles me contaram que em alguns casos a polícia e acionada e é feito um boletim de ocorrência, que pode gerar um processo judicial.

desde de 1999, eu tendo entregue minha dissertação para a FCP, não havia efetivamente conexão entre Palmares e Brejo dos Crioulos. Ai depois o CAA articula a ida deles em Belo Horizonte, porque na época não tinha MP [Ministério Público] em Montes Claros. Então o CAA agiliza a ida do pessoal a BH e faz o contato com o MP em Belo Horizonte (depoimento pessoal, João Batista, Montes Claros, 2014, grifos meus).

Os relatos descrevem a dinâmica de funcionamento da *rede*, já que a mobilização do antropólogo e do CAA-NM possibilitou que os quilombolas fizessem suas *caminhadas*, deslocando entre instituições localizadas em Brasília e Belo Horizonte. Como resultado destas movimentações houve uma denúncia feita ao MPF, que organizou uma diligência e realizou uma visita até a comunidade. É importante mencionar que além das ameaças realizadas pelo fazendeiro Zé Maria, outras denúncias também foram feitas contra os fazendeiros, tanto pelos quilombolas por meio da Associação, quanto pela *rede de parceiros*. Em uma representação feita pela Associação Quilombola junto à Secretaria Criminal da PRMG, são narrados casos de ameaças sofridas pelas lideranças quilombolas e pelo antropólogo João Batista. Seguem trechos da correspondência.

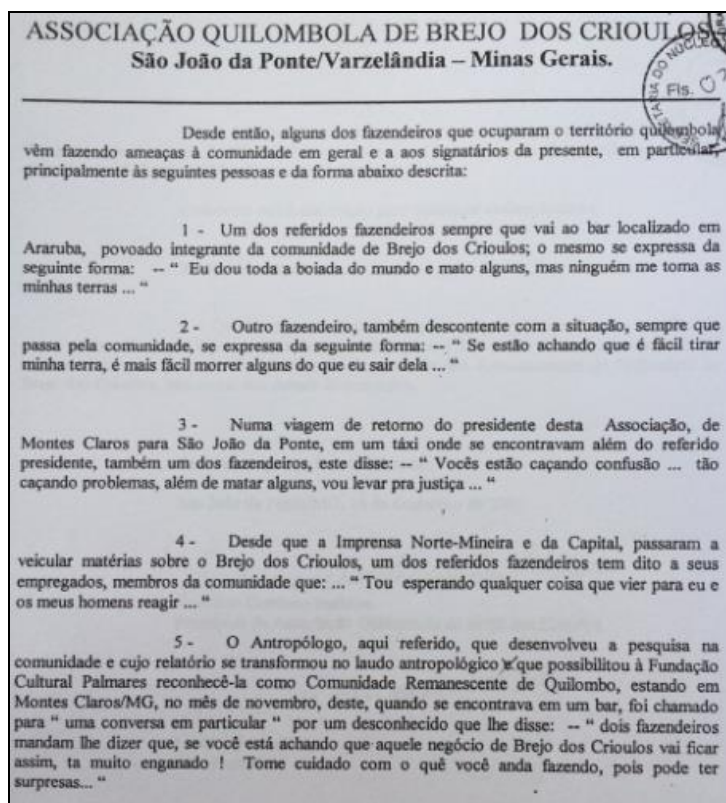


Figura 20 - Ameaças

Com a vinda da diligência do MPF, que contou com a participação do procurador da República e de uma equipe composta pela antropóloga daquela instituição, um delegado da Polícia Federal de Montes Claros, um escrivão e dois agentes, ocorreram *reuniões* que contaram com a presença de vários moradores da comunidade. A importância do momento é destacada pelo fato do próprio procurador e do delegado comunicarem para os quilombolas sobre seus direitos territoriais. A fala deste operador do direito animou os moradores. O depoimento abaixo também confirma a hipótese que a dissertação se “transforma” em um documento e que é analisada pelos operadores do direito:

O Adailton veio aqui e falou na reunião para todo mundo “nós estamos aqui por que vocês têm direito. Eu já li o processo daqui e a dissertação do Joba. É correto e vocês têm toda razão, foi isso que me trouxe aqui. Para falar que vocês tem direito e que o Ministério Público está com vocês até o fim” (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Em decorrência da visita dos representantes do MPF a Brejo dos Crioulos, foi realizada uma audiência pública em Montes Claros com a presença de lideranças quilombolas, *parceiros*, da antropóloga do MPF e outros operadores do direito, resultando na determinação da reintegração de posse favorável aos quilombolas e na prisão do fazendeiro. Outro morador que acompanhou estes eventos contou que:

Com base na fala do procurador o pessoal ganhou, e pelo fato de não ter despejo, aí o povo com base na família Prastes, ganhou. Aí nós já pensamos na ocupação das grandes. Onde a gente já pensou na ocupação da fazenda de Miguel Filho (depoimento pessoal, João Pêra, Furado Modesto, 2014).

A vitória criou “animação e credibilidade” entre os quilombolas. Ao longo dos anos houve outras inspeções judiciais que contaram com a visita de operadores do direito e representantes das instituições. Nestes procedimentos, realizados antes das audiências, os operadores do direito, acompanhados pelas suas equipes, deslocam-se até a comunidade. Os advogados dos quilombolas me informaram que estes momentos são muito importantes para a *luta*, já que as inspeções acabam se transformando em *reuniões*, onde alguns operadores do direito “*tinham essa preocupação de esclarecer para as pessoas sobre temas relacionados aos direitos e ao processo de titulação*”. Estes eventos “*eram sempre momentos de formação, onde a comunidade vai ser fortalecendo*”, e acabam tendo efeitos nas instituições locais

atuantes em Brejo dos Crioulos, como é o caso da Polícia Militar, que de acordo com meus interlocutores, “*passava a ter um tratamento diferente com os quilombolas*”. Ao final das inspeções são confeccionados relatórios que circulam no âmbito Poder Judiciário e de outras instâncias governamentais.

Em contrapartida à *luta* dos quilombolas, os fazendeiros também faziam o seu *trabalho* e pregavam contra os quilombolas e contra o *movimento* que emergia em Brejo dos Crioulos. As lideranças narram que estes pagavam bebidas para os moradores e colocavam alguns para trabalharem nas fazendas com a finalidade de mantê-los informados. Ticão apontou as dificuldades do *trabalho* de liderança que é,

um trabalho de construção e de desconstrução atrás. É a liderança juntando e o fazendeiro esparramando atrás. Porque tá tudo dentro do território, tá os fazendeiros e tá os quilombolas. Porque os barzinhos aqui são públicos, eles também podem freqüentar, eles vão para os bares pagando coisas para o povo e o povo conta “isso não existe não, Ticão tá é maluco, vem um antropólogo, um doido ai e escreve uma coisa e você já vai na onda, isto não existe não” (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Apesar das dificuldades, o *trabalho de mobilização* continuou dentro da comunidade. Os quilombolas foram em busca de outros *parceiros*. O próximo capítulo será dedicado à descrição destas *articulações* e do *trabalho de base* realizado na comunidade.



Figura 21 - Tramas - da esquerda para direita: João Pêra, Nequinha, Nilson e Juarez
Autor: Arquivo Associação Quilombola

Capítulo 3 - As retomadas e os documentos: a luta pela território e a circulação de papéis



Figura 22 - Retomada
Autor: Arquivo Associação Quilombola

3.1. Fortalecendo o movimento: das articulações ao trabalho de base

O período de 2002 a 2004 é marcado pelas intensas *articulações* políticas que tiveram conexões com a *luta pelo território* em Brejo dos Crioulos. Com o apoio da CPT, as lideranças de Brejo dos Crioulos acionam alguns *militantes* do MST. Ticão, responsável pela articulação com o *movimento*, descreve este momento:

Então em 2003, teve o decreto que reforça 2004. E o Paulo da CPT fala para mim “Ticão a gente fez aquela ocupação em Zé Maria e deu certo, agora o governo Lula criou um decreto, você sabe disso?” Eu falei: Tá na minha mão, pois a Fundação Palmares passou direto para gente. Isso por telefone. Só que eu falei com o Paulo que o pessoal aqui tinha perdido a estratégia de luta. Como o povo lutou muito na década de 40, 60 e até antes

disso um pouco e foi derrotado, com aquela legislação que tinha na época, então o povo aqui tem em mente a mesma lei antiga. Eles não sabem dessa evolução de direitos de 88 para cá não. Aí o Paulo me falou que tinha o MST que estava no Norte de Minas e se eu pedisse apoio ao MST eles vinham e eles poderiam ajudar a comunidade a aprender uma nova estratégia de luta, pois eles estavam atualizados sobre as estratégias de luta atuais (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).

O relato deste interlocutor traz vários elementos importantes para compreender as *tramas e articulações* políticas do período. Podemos destacar primeiramente as mudanças relacionadas ao ordenamento jurídico que regulamenta o direito quilombola. Como mencionado na seção introdutória deste trabalho (p.19-20), no ano de 2003, uma nova regulamentação do Art.68 do ADCT é definida. No mesmo período, também ocorreu a contestação deste decreto pelos parlamentares da bancada ruralista. Os dois episódios tiveram efeitos no *movimento* que se articulava em Brejo dos Crioulos.

Teve o decreto e depois a contestação. Aí a gente levou um documento lá para o Ministro e foi onde ele falou: “Os fazendeiros vêm aqui contestando em nome de um partido político, o PFL, e outras organizações de fazendeiros em vários estados e regiões, vocês tem que vir em peso aqui”. Como nos estávamos em reunião com a CONAQ e a Fundação Palmares, nós discutimos que era preciso reforçar a CONAQ mas também criar uma Federação Estadual ou Associação Estadual de Quilombolas. Isso porque o fazendeiro sempre foi organizado, ele já tem toda a legalidade de enfrentar os quilombolas. Todos os marcos legais fortalecem eles. E eles têm Federação, Confederação, Sindicato dos Fazendeiros, partidos políticos. Eles são organizados daqui até em Brasília. E nós não tínhamos, era só comunidade tal, comunidade tal. Então o Ministro quis mostrar para nós que a gente tinha que estar fortalecido da forma deles. Ele falou “Aqui é força política, é peso político. Vocês também devem e tem o direito de criar suas federações e se organizarem também” (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Como um dos *encaminhamentos* da reunião em Brasília, algumas lideranças da comunidade começaram a articular por meio de Ticão e outros atores, entre eles aqueles ligados ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), o *movimento quilombola* em nível estadual. O período culmina na criação da Federação Estadual Comunidades Quilombolas de Minas Gerais N’Golo. Na ocasião, Ticão foi eleito o primeiro presidente da entidade⁶⁰.

⁶⁰ Em virtude das discussões do “1º Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais”, organizado pela FCP e pelo Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afro-descendentes (Fala Negra) em 2004 na



Figura 23 - Ticão em suas *andanças* junto ao *movimento quilombola*⁶¹

Paralelamente, por meio de uma articulação mediada pela CPT, ocorre a chegada do MST no Norte de Minas. Como dito por um dos agentes de pastoral, a necessidade de um “*movimento mais aguerrido*”, levou que a entidade acionasse o MST para *finçar a bandeira no norte de minas*. Alguns *militantes* da região do entorno de Brasília (DF) foram convocados.

A vinda foi através da CPT. A CPT acompanhava uma associação de trabalhadores que estavam acampados em frente a uma fazenda [Sanharol]. Aí os latifúndios foram e colocaram fogo nas barracas deles e deram tiro em companheiros. Então eles voltaram para a cidade e procuraram a CPT, e a CPT fez contato com o MST de Belo Horizonte. Pelo fato da distância e da

cidade de Belo Horizonte, contando com o apoio do CEDEFES e outras instituições, foi estipulada pelos representantes das 72 comunidades presentes uma comissão provisória composta por representantes eleitos de todas as regiões do estado. Houve três reuniões ao longo de 2004, e em Junho de 2005 ocorre uma assembléia que contou com a participação de 170 quilombolas, representantes de 76 comunidades e também de entidades apoiadores, resultando na criação da Federação N’ Golo. No ano de 2007 ocorreu em São João da Ponte o II “Encontro de Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais”. Disponível em <http://quilombolasmg.org.br/index.php/federacao>.

⁶¹ Autor: Roberto Stuckert Filho/PR. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens/assinatura-de-decretos-de-desapropriacao-e-imissao-de-posse-para-as-comunidades-quilombolas>.

demanda do estado ser muita, eles não conseguiram vir na hora que os companheiros estavam precisando né? naquele clima quente. Aí a gente já tinha um contato com a CPT lá de Arinos. Foi através desses companheiros que atuavam em Arinos dentro dos assentamentos nossos, que a gente fez o contato e viemos do Noroeste para cá e reunimos com a CPT e algumas lideranças do grupo que sofreu esse massacre e fizemos essa parceria, isso foi em 2003. Aí conseguimos retomar essa área. Aí os movimentos sociais do Norte começaram a se organizar. Por aqui estava chegando esse tal do agronegócio. A coisa estava mais séria, não era só fazendeiro expulsando o povo do campo para a cidade. E brejo já estava tendo o trabalho de reconhecimento do território (depoimento pessoal, Baiano, MST, Montes Claros, 2015).

Como resultado da *parceria*, aquele foi um período de intensas mobilizações, em seis meses foram realizadas cerca de vinte ocupações de terra na região⁶². Outro aspecto mencionado na fala do meu interlocutor é a circulação de *militantes* de outras regiões para realizarem o *trabalho de base*⁶³ e auxiliarem na organização das ocupações. Esse aspecto também é mencionado em outros trabalhos que versam sobre o tema. Em sua pesquisa sobre as ocupações e engenhos realizados por trabalhadores rurais na região da mata pernambucana, Sigaud (2000 e 2004) elaborou o conceito de “forma acampamento” para tratar de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo de constituição do MST. No contexto etnográfico desta autora, os *militantes* foram deslocados para o Nordeste e ali implantaram o modelo que, foi progressivamente ajustado às condições locais. Rosa (2009) também menciona a vinda de *militantes* de Sergipe, Paraíba e Alagoas na chegada do MST no estado de Pernambuco. Já Guedes (2011) relata a vinda de *militantes* do sul do país na constituição do MAB.

Se os *militantes* do *movimento* circulam entre assentamentos, acampamentos e comunidades quilombolas para iniciarem o *trabalho de base*, uma das práticas relacionadas a estas ações são os *intercâmbios*, atividades nas quais lideranças *em formação* também circulam para outros territórios quilombolas, assentamentos, acampamentos e vão conhecer

⁶² É possível notar, como em outros trabalhos que enfocam a gênese do MST ou a chegada do *movimento* a uma região específica, que a primeira ocupação e as primeiras ações do *movimento* são fundamentais para o sucesso das ações futuras. Loera (2009, p.74) adverte que “ a primeira ocupação vitoriosa no Brasil, na qual se conseguiu a desapropriação de terras, foi a realizada na fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 7 de Setembro de 1979”. A autora utiliza a imagem de uma espiral para mostrar que após a primeira ação, várias outras ocupações foram ocorrendo, o que contribuiu para a consolidação do MST.

⁶³ O termo refere-se as várias ações feitas pelos *militantes* durante a organização e preparação das ocupações, desde os convites para participar de uma ocupação, reuniões de preparação, *tramas* e outras mobilizações decorrentes. Como dito por um militante do MST, o trabalho de base não está restrito apenas as *retomadas*, “*Ele vai para além desse momento, ele continua mesmo depois da ocupação até o surgimento de novas lideranças*”.

outros povos e comunidades tradicionais. Como mencionei ao longo do trabalho, pude acompanhar alguns destes momentos. Os deslocamentos são motivados pelos *cursos de formação*, seminários, eventos e *reuniões de planejamento*. Nestes espaços políticos, ocorrem as *trocas de experiências*. Em Brejo dos Crioulos, a *luta pelo território* é marcada por estas movimentações. Os *intercâmbios* são comuns nas atividades realizadas pelos *parceiros*. Na comunidade, conversei com muitos jovens que participaram destes momentos. Alguns destes estão participando do “Curso de formação de jovens lideranças”, organizado pelo CAA-NM. Rogério, descreveu sua experiência nestes encontros.

Esses intercâmbios são muito bons. Eu mesmo já participei de um curso de preparação. Um curso para que nós jovens um dia podemos ser uma liderança dentro do território. Porque esse pessoal que tá na Associação hoje em dia, com tempo eles não vão poder estar e nós vamos estar sendo preparados. Então, esse intercâmbio faz nós conhecermos e entendermos um pouco das comunidades e dos problemas deles lá, e os meios de resolução dos problemas do jeito deles, para que nós possamos trazer pra dentro do território. Eu vejo a formação muito voltada para a nossa preparação, para que um dia a gente possa contribuir na nossa área. Tudo isso só fortalece a nossa luta (depoimento pessoal, Rogério, Orion, 2014).

Em outra ocasião, alguns *parceiros* dos quilombolas contaram sobre a importância dos deslocamentos durante o *trabalho de base*.

Então nós organizávamos por grupo, tirávamos setor. Saiu companheiro daqui para fazer curso fora, para estudar a questão agrária, estudar a questão fundiária. A gente fazia isso dentro dos acampamentos. Isso também nos ajudou a aumentar aquele grupo que veio. Tinha algumas tarefas fora que companheiro começou a ir lá e responder pelo seu próprio território. O cara saía de Brejo para conhecer outra experiência. O cara ia para Belo Horizonte, Brasília, ia para ocupações também né? enquanto movimento. Para ver como que é e, voltar para cá e formar esses companheiros. Saiu companheiro de Brejo para coordenar lutas no quilombo do Gurutuba (depoimento pessoal, Baiano, MST, Montes Claros, 2014).

Depois da entrada do MST e como em todo lugar que a gente entra, existe um curso de formação prática e teórica. E a gente tira dois de um lugar e leva para outro, leva os caras para serem formados, para participarem do processo de formação, do trabalho de base. Quando você inicia um processo de luta nesses moldes, você desperta a consciência naqueles envolvidos ali. E eles começam a perceber entre eles quem é quem e como cada um participa. Um processo, um conjunto de coisas (depoimento pessoal, Paulo Faccion, CPT, Montes Claros, 2014).

Nas descrições dos *parceiros*, eles chamam atenção para o fato da *luta pelo território* não ser realizada apenas nos limites da comunidade. É preciso movimentar-se, conhecer novos lugares e vivenciar novas experiências. A *luta* é feita nas *andanças* e nos *intercâmbios*. No trabalho de campo, as lideranças quilombolas relatavam suas movimentações e participações em outras atividades, como é o caso de Nilson, que ficou setenta e cinco dias em um assentamento do MST na cidade de Itapeva, em São Paulo. Ele me contou que:

De dentro do acampamento foi tirado um de Brejo e da região Norte. Nós fomos em uma equipe de quatro pessoas, três do MST e eu como representante quilombola aqui do Brejo. Saindo de lá nós fomos para a Conferência Terra e Água. Eu mesmo tenho quatro certificados de formação política. Certificado de conferência Terra e Água, encontro do ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) que teve em Recife e Encontro Quilombola que teve em São João da Ponte, a nível estadual (depoimento pessoal, Nilson, Ribeirão do Arapuim, 2014).

Em outra oportunidade, Véio descreveu a sua participação em uma viagem internacional, em Washington nos Estados Unidos⁶⁴. Seguem trechos da nossa conversa. Segundo ele, sua ida teve como finalidade

acelerar a situação do Brasil em relação a regularizar a situação dos territórios quilombolas. Então essa ida foi para falar dessa situação, por que as coisas estão lentas desse jeito. É porque o Brasil não quer reconhecer as comunidades quilombolas. A gente tem que ir lá fora primeiro para o Brasil regularizar a situação? A gente foi denunciar mesmo! Denunciar o que está ocorrendo, pois nós achamos que não precisava de nós fazermos retomada. O Brasil tinha que titular sem a gente passar por tanta coisa que nós estamos passando. Então, nós fomos denunciar também a violência dos fazendeiros. Porque vai retomar e vai ter violência né? E lá teve um encaminhamento. E lá ainda teve uns papéis, que foram encaminhamentos. Eles mandam para todo mundo, toda secretaria que for de governo ela tem compromisso de mandar. O Estado tem compromisso de pegar, ler, e ver o que está acontecendo. O pessoal dos EUA recebeu a gente porque nós mandamos um documento primeiro. Nós mandamos o documento e eles mandaram uma carta que nós poderíamos correr atrás que nós íamos (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2014, grifos meus).

⁶⁴ A audiência ocorreu em 29 de Outubro de 2013. O representante quilombola foi acompanhado de Genito Gomes, liderança Guarani Kaiowá e agentes da FIAN BRASIL, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Justiça Global, em uma viagem até Washington para participarem de uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foram discutidas questões referentes à situação dos defensores de direitos humanos no Brasil.

Seja nos deslocamentos dentro do território, nas cidades da região, nas capitais brasileiras, ou em outros países, como relatou Véio, a *luta* exige movimento, *andanças*, *intercâmbios*, participação em *reuniões*, audiências, lidar com os papéis e fazer *encaminhamentos*. Como disse um dos *militantes* “*não foi uma coisa só de enfrentamento não, mas de estudo também. De formação política*”.



Figura 24 - Reunião internacional - Véio participa da Reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos em Washington (EUA). Autor: Arquivo Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos

Ao trazer estes exemplos etnográficos, busquei descrever que a *formação política* ocorre por meio da experiência, da vivência e das *andanças*. Em Brejo dos Crioulos, a *luta* é constituída por diferentes *movimentos*.

Retornando à conjuntura do *trabalho de base* do MST na comunidade, um dos *militantes* informou sobre as *articulações*,

Em 2003 o movimento chega no Norte. E em 2004 foi quando começou essa articulação de Brejo com o MST. Até então quem estava mais aqui a frente era CPT, CAA, FIAN, ligado mais a essa questão cultural e de juntar documentação. Essa equipe que tirou de vir, nós fomos estudar como que nós íamos agir. Através de mapa, fomos saber quem é quem, fomos ver quem eram nossos inimigos dentro do território (depoimento pessoal, Baiano, MST, Montes Claros, 2015).

É interessante ressaltar que a experiência do *trabalho* em Brejo dos Crioulos foi a primeira do MST e da CPT em uma comunidade quilombola no âmbito de Minas Gerais. O que também aconteceu com o CAA-NM, conforme me informou João Batista durante uma conversa particular. Segundo o antropólogo, “*havia um conhecimento da região, mas com um olhar de agricultura familiar e não com um olhar de quilombo*”. Por outra perspectiva, para um dos agentes de pastoral que acompanhou o caso, a questão quilombola

era uma coisa nova para a gente também. Nós já trabalhamos com muitos quilombolas no passado, mas era naquela situação de posseiros reivindicando terras e o latifúndio querendo grilar. A gente fez muita defesa de quilombola mas discutindo como se fossem posseiros que estivessem lutando pela terra. Porque no fundo, todo quilombola, povos tradicionais, são camponeses. Eles têm sua origem camponesa. Mas naquela época não se falava nisso, não tinha essa nomenclatura, não se trabalhava nisso (depoimento pessoal, Paulo Faccion, CPT, Montes Claros, 2014).

Os elementos ponderados nas narrativas dos meus interlocutores nos permitem refletir sobre as relações tecidas entre os quilombolas e sua *rede de parceiros*. No caso dos *militantes* do MST, também foi necessário um período de *formação* dos próprios integrantes do *movimento*. Antes da vinda do grupo que foi deslocado para acompanhar o caso de Brejo, eles relatam que houve um período de estudo que envolvia tanto os aspectos do quilombo, quanto as cidades do seu entorno e as “*características sócio-culturais da região*”. Aquele foi um tempo de aprendizado mútuo, entre os quilombolas e os *militantes*, mas também entre os técnicos do CAA-NM, os agentes de pastoral, o antropólogo, pesquisadores e agentes estatais, que se movimentam em suas idas e vindas ao território quilombola e nos vários encontros e *reuniões* suscitados.

Posso afirmar que os atores de cada instituição que compõe a *rede* têm visões e tecem teorizações sobre as ações coletivas e individuais das instituições presente em Brejo dos Crioulos. Como é o caso do *militante* do MST que mencionou em seu relato que antes da chegada do *movimento* na comunidade, o trabalho realizado pelas outras instituições *parceiras* “*era ligado mais essa questão cultural e de juntar documentação*”, ou do técnico do CAA-NM que disse que a CPT e o MST eram os responsáveis pelos “*enfrentamentos e pelo processo de linha de frente*”. Mesmo com suas diferenças e pelo fato de “*cada entidade ter sua visão de ver o processo*”, qualquer acontecimento em Brejo, “*O CAA já sabe, a CPT já*

sabe”. Essa rede de parceiros é nesse sentido, um fortalece o outro, mas cada um tem uma missão. O pessoal tem muita clareza com relação a esta rede⁶⁵.

Ao procurar similaridades em trabalhos acadêmicos que se dedicaram a reflexões semelhantes, encontrei algumas ressonâncias em etnografias do universo rural, sobretudo aquelas preocupadas com temas relacionados aos movimentos camponeses, ocupações, acampamentos, assentamentos e suas relações com o Estado, agentes e instituições.

Em sua etnografia realizada no oeste Baiano junto a trabalhadores rurais de Santa Maria da Vitória e Coribe, Comerford (1999) faz uma reflexão sobre os diferentes sentidos que a palavra *luta* pode adquirir em cada um dos contextos, discursos e gêneros de fala em que o termo está associado. Desde a *luta* dos trabalhadores, vivida diariamente no cotidiano destas pessoas; até a *luta* contra os grileiros, num contexto de mobilizações, ambas associadas ao *sofrimento*; ou a *luta* dos trabalhadores na esfera sindical, no qual o termo opera a avaliação dos dirigentes; e a *luta* no plano jurídico. Para este autor, os trabalhadores que acabem se tornando *militantes*, ao “entrar na luta”, vivem uma rotina de “reuniões, manifestações e celebrações”, que envolve

aprender uma nova linguagem e relacionar-se com novos mediadores e agências. Envolve estabelecer novos laços de amizade e consolidar em novos termos laços antigos (...) A palavra *luta* evoca representações associadas a cada um desses contextos e as desloca, trazendo-as para outros contextos. Há inúmeras possibilidades de “hibridização” desses discursos analiticamente diferenciados, na fala concreta (COMERFORD, 1999, p.42-45).

Inspirado nas reflexões de Comerford (1999), retomo o argumento de que a *luta* e o processo de titulação têm como efeitos o encontro de criatividades e perspectivas, que ocorrem em meio a um processo inventivo no qual, no “contexto”⁶⁶ da *luta*, os atores envolvidos mobilizam seus saberes e fazem suas conexões e analogias sobre o conflito e os diversos temas recorrentes à *luta*. Os quilombolas e cada membro das instituições mobilizam suas extensões analógicas, fazem suas analogias e conexões em diferentes momentos do conflito. Por exemplo: alguns *militantes* do MST e agentes da CPT fazem uma leitura marxista a partir do conceito de camponês, como nas narrativas mencionadas no decorrer do texto. O mesmo ocorre por exemplo, com os técnicos do CAA-NM que fazem analogias entre

⁶⁵ Depoimento de uma técnica do CAA/NM (Diário de campo, Montes Claros, 2014).

⁶⁶ Procuo pensar em conexão com Wagner (2010), para quem o contexto é “uma parte da experiência - e também algo que nossa experiência constrói; é um ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los” (Ibid, p.78).

entre antropologia e agroecologia ao fazerem suas leituras sobre o processo. Foi nesse sentido que afirmei anteriormente que o processo de Brejo dos Crioulos também é um processo de aprendizado mútuo, pois aqueles que trabalhavam com os moradores da região na perspectiva de agricultores familiares (na vertente da agroecologia, como o CAA-NM por exemplo) e os outros que trabalhavam como camponeses ou posseiros (CPT e MST), após o início da *luta* e do processo de regularização fundiária, precisam pensar estes sujeitos como quilombolas. E no caso de Brejo dos Crioulos, como mencionei, foi a primeira comunidade da região a solicitar o reconhecimento ao Estado, impulsionados por um estudo antropológico que ajudava a estabelecer os termos da demanda jurídica como de direito quilombola e não de reforma agrária.

Outro elemento interessante, presente na descrição etnográfica de Comerford (1999), está relacionado as “*reuniões*” realizadas no âmbito das organizações de trabalhadores rurais. Como observado pelo autor (Ibid,1999, p.47), “Para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as *reuniões*,

podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (Ibid, p.47).

Tal como descrevi ao longo do texto, a *luta* dos quilombolas envolve a participação em inúmeras *reuniões*. Quando elas ocorrem fora do território, as lideranças encarregadas de participarem destes espaços geralmente fazem os *repasses* nos encontros da Associação Quilombola. Já as *reuniões* organizadas no plano das *retomadas* - como descreverei neste capítulo (seção 3.3) - seguem uma dinâmica específica.

Organizar *reuniões*, *caminhadas*, *ocupações*, *cursos de formação*, *intercâmbios*, envolve um trabalho árduo e ações em *rede*. As lideranças se esforçam para conseguirem mobilizar um bom número de participantes nestes espaços políticos. O telefone celular é muito importante para o sucesso destas ações. “*Quando acerta uma reunião ou caminhada*

por telefone, eu preciso correr atrás e mobilizar o povo senão falha. É muito trabalho, correria”, me disse Véo quando conversamos sobre as formas de mobilização.



Figura 25 - Reuniões

Autor: Arquivo Associação Quilombola

Conforme mencionei no primeiro capítulo (p.37), por meio das ligações os atores são conectados, *estratégias* são definidas e denúncias são feitas. Os relatos abaixo reforçam esta discussão:

Eu já tenho o contato do cara que vai jogar na rede rapidinho. Aqui usou muito a CPT nisso. Aí joga na rede. O telefone é muito importante. Às vezes não pega lá, aí já vai num pé de manga, num barranco ou em cima da cerca, no lugar onde pega (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Teve vez aqui que duas horas da manhã eu tive minha casa cercada por três Hilux cheias de pistoleiros, jagunços. Era peão com carabina apontada para minha porta e quando eles saíam eu ligava para os parceiros. Uma vez eu estava indo na casa da minha mãe e fui atalhado por um homem a cavalo com carabina, eu cheguei em casa e liguei para eles [CAA-NM] que faziam as denúncias. Nós tínhamos que fazer a divulgação daquilo era muito rápido. Porque se dependesse de nós aqui, os caras matavam e só depois de 10 dias que iriam saber. As entidades foram muito importantes nessa questão de denúncias. Todos os territórios que tiverem de lutar e não

tiverem parceiros fica difícil (depoimento pessoal, João Pêra, Furado Modesto, 2014, grifos meus).

Em outro depoimento, um dos agentes de pastoral descreve o uso dos aparelhos nas mobilizações em *rede*:

Paulo estava fora esses dias, aí ficou eu e o Alemão. Tinha uma conferência em Brasília e tinha que levar dois ônibus. Nós não tínhamos dinheiro para bancar dois ônibus. De imediato consegui fazer contato com um amigo meu de nível de Estado que hoje está na CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores. A gente fez a articulação e deu certo, Alemão fez um projeto e enviou para a instituição e conseguimos o ônibus. Na comunidade eles também fizeram a mobilização dos quilombolas para conseguir a viagem. Quando existe um conflito maior, junta todo mundo para trabalhar. As nossas articulações se dão por aí, o telefone é sim muito importante (depoimento pessoal, Alvimar, CPT, Montes Claros, 2014).

A descrição destas práticas aproxima-se da teorização de Biondi (2014, p.68, grifos da autora): “Para que os movimentos possam prosseguir, outras pessoas são mobilizadas, assim como são acionados outros instrumentos como aparelhos celulares e cartas. Todos passam assim, a compor o *movimento*”. É no sentido empreendido por esta autora que descrevo a importância do uso dos telefones celulares e outras coisas materiais, no seu caráter etnográfico, como coisas materiais presentes no cotidiano dos meus interlocutores, que na *luta* acabam sendo ressignificadas politicamente e funcionam no sentido de garantir o acionamento e funcionamento da *rede*. Em vários momentos, a *rede* vai sendo mobilizada por meio dos telefonemas e dos documentos.

3.2. O duplo movimento: os documentos e as *retomadas*

Os papéis só andam com briga, com retomada. Se nós paramos, parou o processo lá. Se nós mexemos, mexeu lá. A forma é essa. Ta tudo na escadinha assim, até chegar lá em Brasília. Primeiro começou aqui e foi andando (depoimento pessoal, Mazinho, Araruba, 2014).

Após o *trabalho de base* realizado pelos *militantes* do MST e das várias *reuniões*, *tramas* e *articulações* que contaram com a participação dos *parceiros*, foi organizada a primeira *retomada* no território quilombola. Na madrugada de 31 de Março de 2004 aproximadamente quinhentas famílias ocuparam e acamparam na fazenda São Miguel,


propriedade de Miguel Véio Filho. Este evento é tomado como um marco na invenção de uma nova *estratégia* política de luta pelos direitos territoriais. Seguem alguns depoimentos:

Aí em 2004 a gente sentou com o pessoal tudo nosso e com os parceiros e fizemos uma reunião aqui na igreja, daqui da igreja nós fizemos outra no Orion, do Orion nós fizemos outra no Caxambu, e começamos o embate para pegar a terra que é nossa. Aí a gente sentou e acertou. A primeira retomada foi a fazenda São Miguel, aqui do fundo nosso. A gente fez uma mobilização que teve mais ou menos umas 500 pessoas, uma mobilização bem organizada. Aí a polícia [Militar] veio, fez o B.O. e rapidão, de 15 a 16 dias saiu a liminar da fazenda São Miguel. Veio polícia e depois o oficial. Ele notificou a gente que a fazenda já tinha reintegração de posse e que nós tínhamos que sair. Mas nós recusamos, nós não saímos não. Porque uma luta desta, com esse tanto de gente, nós vamos topar a polícia mesmo, não vamos sair não. Aí nós ficamos lá e quando pensa que não, chegou não sei quantas caminhonetes, ônibus, viaturas, ambulâncias, não sei quantos policiais que eram, nessa data de 2004. Aí vai ter que negociar não tem jeito e tal, aí um grupo ficou na fazenda e outro foi para Assa peixe⁶⁷. Não teve jeito, nós pegamos e saímos. Nós saímos e viemos aqui para Araruba. Uns três meses que nós ficamos na beirada aqui, nos tornamos a ir nessa fazenda novamente, demos mais outro pulo (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2013).

Aí nós chamamos outros parceiros que já tinham conhecimento de luta pela terra né? Principalmente a CPT e o MST. A primeira fazenda que a gente ocupou foi Miguel. Lá conseguimos entrar e foi uma das maiores no início. Nós éramos umas 500 famílias. Lá, veio Helicóptero, veio as policias por terra e eles filmaram nós lá de cima, eles até desceram, mas não chegaram a pousar o avião né? Mas nada disso nós não assustamos não viu? Nós continuamos com a luta! (depoimento pessoal, Edinho, Furado Seco, 2014).

No dia seguinte a ocupação, um destacamento da Polícia Militar foi até o local, fez um boletim de ocorrência, notificou os quilombolas, e foi emitido um mandado de reintegração de posse por um juiz de São João da Ponte, a *liminar*, como dizem meus interlocutores.

⁶⁷ Assa Peixe é uma planta encontrada na região e também o nome de uma área do território quilombola e de outra comunidade vizinha.


Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
 COMARCA DE SÃO JOÃO DA PONTE - JUSTIÇA COMUM
FÓRUM JUIZ FRANCISCO B. VALLE
 R. 31 DE DEZEMBRO, 214 - CENTRO
MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

URGENTE

SECRETARIA DO JUIZO

PROCESSO: 0624 04 004653-1 MANDADO: 1
 INTERDITO PROIBITÓRIO - Distribuído em 30/03/2004

AUTOR: MIGUEL VÉO FILHO e Outro(s).
 RÉU : FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA e Outro(s).

Pessoa a ser Reintegrada na Posse:
MIGUEL VÉO FILHO
 (Cumprir Prov. 54/01 CS). Informar RG, CPF, Filiação, etc.)
 Endereço:
 RR SÃO MIGUEL, 0 - Fone:
 POVOADO DE SÃO MIGUEL 35 KM - CEP: 39430000 - SÃO JOÃO DA
 PONTE/MG

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da vara supra manda o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, PROCEDA DE IMEDIATO À REINTEGRAÇÃO DO(S) AUTOR(ES) NA POSSE do(s) bem(ns), móvel(is) ou imóvel(is) abaixo referido(s) ou constante(s) da petição anexa, por cópia.

COMPLEMENTO / DESPACHO JUDICIAL

Proceda os Senhores Oficiais de Justiça, desta Comarca de São João da Ponte, a reintegração da posse, da Fazenda São Miguel, situada próxima ao povoado de Araruba, neste município, em favor dos requerentes Miguel Véio Filho e Cintia Magalhães Véio, tendo em vista a liminar de reintegração de posse ter sido deferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Wagner Sana Duarte Moraes, conforme decisão que transcrevo; "Expeça-se mandado que deve ser cumprido observando-se as formalidades e horários legais, requisitando-se força policial para cumprimento da medida, que o caso indica necessitar"

SÃO JOÃO DA PONTE, 31 de Março de 2004

Escrivã(o) Judicial: MARCOS ALEXANDRE DA COSTA VAL
 por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Figura 26 - Liminar fazenda São Miguel

A notificação dos quilombolas feita pela Polícia Militar e o boletim de ocorrência ampliam o número de atores que mobilizam documentos, tanto em favor e também contra os quilombolas - policiais, fazendeiros e seus funcionários, advogados, operadores do direito e a *rede parceiros* - e que circulam no universo burocrático convergente as instituições: a própria Polícia Militar da cidade sobre a qual o território retomado é pertencente e está registrado, o judiciário local, o cartório local, a Polícia Civil, outras instâncias judiciais e outros canais institucionais mobilizados pela *rede*.

Como efeito da ação de *retomada*, o primeiro documento produzido foi o boletim de ocorrência N° 238/04, onde é narrado o seguinte fato:

Sr. Delegado de polícia: Comparecemos a fazenda São Miguel de propriedade do Sr. Miguel Véio Filho, onde pudemos constatar que a citada propriedade foi invadida por um grupo de pessoas de aproximadamente 300

(trezentos) ocupantes entre homens, mulheres e crianças. A fazenda teve sua sede e demais casas, curais, etc ocupada pelos *invasões*. No local, após parlamentação pacífica com os invasões, foi permitido a entrada de alguns integrantes da polícia militar no interior das casas e da fazenda, onde foi feita uma varredura superficial e não foi detectado a presença de armas, a não ser de instrumentos agrícolas (foices, machados, etc) materiais estes que não foi possível serem recolhidos. Quando a hora da *invasão*, os ocupantes da fazenda nos relatou que a invasão foi pacífica, tendo os funcionários da fazenda deixado-a ao perceberem a aproximação dos invasões e o possível confronto que a princípio poderia ocorrer, não se confirmou e também não constatamos nenhum indício de fato desta natureza possa ter ocorrido e quanto as supostos tiros, seria fogos de artifício que foram soltados pelos invasores durante a ocupação. Podemos constatar ainda as instalações físicas dos prédios e maquinários da fazenda, permanecem intactos, apesar dos invasores estarem ocupando as casas (...) Pudemos verificar que a princípio ambos não estão dispostos a confrontarem com a polícia e nem com qualquer que seja o fazendeiro e *segundo relato dos invasões os mesmo estão reivindicando os direitos de uma área que supostamente seriam aposados os descendentes do grupo Afrobrasileiro denominado “Quilombolas”*, porém a promessa das autoridades vem se arrastando a anos e até hoje não se resolveu (grifos meus).

É através de um procedimento de rotina, da notificação feita pelo policial, através da mobilização de um saber jurídico e produção do documento de acordo com os termos da instituição, que Brejo dos Crioulos - inscrito nos documentos - percorre caminhos para além do seu território. O que reforça a perspectiva de Riles (2001), para quem os documentos fornecem formas concretas às quais coletividades – neste caso os quilombolas – são levados para outros ambientes, conjuntamente com suas pautas e reivindicações.

Um dia após a retomada da Fazenda São Miguel, no dia 1 de Abril, a CPT também mobiliza um documento, Ofício: 04/2004, que conta com o título, “Ocupação de Terras em Araruba pela Comunidade Remanescente de Quilombo Brejo dos Crioulos”, que além de relatar a *retomada* realizada pelos quilombolas e fazer um breve histórico da situação vivida na comunidade, também exige que providências sejam tomadas. Nove instituições foram mobilizadas: INCRA, PRMG, Comissão de Direitos Humanos da ALMG, Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários. O que ressalta o argumento de que as *retomadas* ocorrem simultaneamente com a mobilização de documentos e da *rede*. Na ocasião, o ofício também foi encaminhado para uma lista de e-mails de várias entidades e instituições.

Em 14 de Abril de 2014, ocorreu na Comarca de São João da Ponte uma audiência da Vara de Conflitos Agrários para tratar da reintegração de posse da fazenda São Miguel, a pedido do fazendeiro. Participaram representantes dos quilombolas, órgãos governamentais, fazendeiros e operadores do direito. A audiência também marca o primeiro contato da antropóloga responsável pela elaboração do laudo de Brejo dos Crioulos. Ela narrou os efeitos da *liminar* na comunidade:

Como disse anteriormente, meu primeiro contato com a comunidade foi travado no dia da audiência pública de reintegração de posse da Fazenda São Miguel. Quando cheguei na comunidade, cerca de 400 pessoas que ainda estavam acampadas na Fazenda São Miguel: desmontavam as barracas e capinavam a nova área onde iriam acampar - em Araruba (núcleo de moradia local), próxima à fazenda -, enquanto esperavam por uma decisão judicial satisfatória. Durante todo este dia permaneci com eles na fazenda e pude conversar também com os representantes do MST que os assessoravam no tocante à organização do acampamento, assim como já os haviam assessorado quanto à organização para a ocupação da dita fazenda. Assim, nos dois primeiros dias em que visitei a comunidade fiquei principalmente na fazenda ocupada, acompanhando a *movimentação* dos quilombolas para a desocupação (SANTOS, 2004, p.11, grifos meus).

Da maneira relatada pela antropóloga, os documentos têm efeitos no acampamento e exigem a movimentação dos quilombolas. É seguindo o movimento destes papéis que podemos ver que, se de um lado os quilombolas e sua *rede*, por meio dos seus advogados, tentam *levar o processo* das instâncias judiciais municipais ou estaduais para as instâncias federais, por outro lado, os advogados dos fazendeiros e os próprios operadores do direito procuram ditar os caminhos destes documentos a partir de suas interpretações jurídicas. Tal como dito por um dos advogados com quem conversei, “*Cada juiz têm um posicionamento diferente, depende das concepções ideológicas de cada juiz. É uma briga de papéis o tempo todo, é um embate*”.

De acordo com André Alves, *a discussão que envolve os quilombolas é*

muito recente para o judiciário. Para eles no primeiro momento é tudo Sem Terra, não leva em consideração a tradicionalidade, o direito constitucional. Aí o que acontece, a comunidade delibera que vai fazer uma retomada de uma parte do seu território que tem um título de um particular, de um fazendeiro, aí ele tem que acionar a justiça para ser reintegrado na posse. Ele aciona a Polícia Militar que vai elaborar um boletim de ocorrência para demonstrar para o juiz que eles perderam a posse daquela

área, que a comunidade fez a retomada (depoimento pessoal, André Alves, Montes Claros, 2014).

André continua seu relato,

*Com o título de propriedade o fazendeiro aciona o judiciário dizendo que é proprietário e exerce a posse. “As fazendas eram produtivas [criação de gado] e eu quero a reintegração de posse”. Aí a gente também fazia uma busca de documentos. E nesse aspecto a gente sempre costuma salientar que o papel dos pesquisadores é fantástico. Pois dá fundamento para as peças que a gente levanta. Eu até buscava dissertações, artigos. Qualquer processo que você olhar hoje em Brejo dos Crioulos, você vai ver a **dissertação de Joba**, todo material, até as notas que a CPT gosta de fazer, o Relatório de Inspeção do MPF, abaixo assinado, fotografia. Tanto é que os processos ficam muito grandes por causa disso. (depoimento pessoal, André Alves, Montes Claros, 2014, grifos meus).*

Em outra narrativa, Marcos Antônio, também advogado, explicou sobre a dinâmica de funcionamento das instâncias judiciais:

*o juiz federal ele está mais preparado para julgar ações referentes ao direito quilombola. O juiz estadual na maioria dos casos não sabe o que é isso. Então quando você cita um trabalho de um antropólogo, uma passagem tal, você vai ver essa mesma passagem no documento que o procurador também usou, então você não está sozinho. Aí **você pega e amarra o que você está falando em conexão com fulano. Você apresenta o trabalho antropológico para fundamentar o que está sendo dito, para mostrar que ali é um território quilombola e não uma invasão, uma área de Sem terra.** Diferente do juiz estadual que discute posse e não discute direito de quilombola e nem antropologia. A gente leva esse estudo para forçar ele levar para área federal, mostrando que não é uma ocupação de Sem terra, que não é uma briga de vizinhos. A gente força isso. Ele tem competência para avaliar só a posse, mas como o fazendeiro tem gado, tem funcionários, aí ele comprova a posse e a produtividade. **O fato do direito estar na constituição não quer dizer que ele exista, o direito é efetivado no exercício** (depoimento pessoal, Marcos Antônio, Montes Claros, 2014, grifos meus).*

Os depoimentos dos advogados são muito interessantes pois reforçam a ideia que o saber antropológico é mobilizado na interface do saber jurídico, inscrito nos documentos a fim de garantir a efetivação dos direitos territoriais dos moradores, ao mesmo tempo que os advogados dos fazendeiros procuram provar a posse, fazendo conexões com o gado, já que os animais servem neste caso para constatar a produtividade, levando a discussão para o campo

do direito agrário/posse frente ao direito quilombola⁶⁸. Para ilustrar esse raciocínio, a seguir transcrevo um trecho de uma Ação de Manutenção de Posse proposta por um fazendeiro por meio de seu advogado,

Art.186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – Aproveitamento racional e adequado;

II- Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV- Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

A propriedade conforme demonstrado, de criação e manejo, mantêm ali 1.273(mil duzentos setenta e três) reses, inclusive tendo ali também 400 (Quatrocentos) bois, já rastreados, pela mais moderna técnica de venda de gado para abate, os quais serão embarcados para o Frigorífico Bertini em Ituitaba-MG.

O gado e a técnica são aqui mobilizados como prova, o que permite conexões com a discussão feita por Brustolin (2009) em sua tese, onde a autora demonstra a imposição de uma

relação hierárquica entre direitos constitucionalmente reconhecidos e respeitados (direitos ambientais ou ligados ao desenvolvimento econômico, ou a propriedade individual das terras) versus o pleito por direitos das comunidades quilombolas constantemente reduzido a um problema ou fraude. Apesar de novas proposições em torno dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo assentarem-se na interpretação de dispositivos legais, leis, decretos, normas internacionais e estudos, as demandas de grupos organizados parecem não conseguir entrar para o rol das coisas indiscutíveis: como o direito de propriedade afirmado no título devidamente registrado (BRUSTOLIN, 2009, p.208).

Pensando através de Foucault (2002), pode-se afirmar que o decreto presidencial estabelece uma verdade, já que é inscrito no saber jurídico e é uma forma de controle e estabelecimento de um procedimento. Entretanto, devido às contradições inerentes ao Poder Judiciário, discorridas no decorrer do texto, os operadores do direito das instâncias judiciais municipais e estaduais na maioria da vezes têm interpretações distintas do Artigo 68-ADCT e não levam em conta o documento presidencial. Sendo assim, através da confecção de outros

⁶⁸ Não é um dos objetivos deste trabalho fazer uma discussão jurídica das várias correntes interpretativas do direito. Ao trazer estes exemplos a idéia é mostrar os saberes que são mobilizados nos documentos.

documentos, também por meio do saber jurídico, ocorrerá o confronto da verdade estabelecida pelo decreto presidencial e pelo direito quilombola.

Na *briga de papéis* as relações de poder acionam os documentos. As configurações das instâncias judiciais bem como suas posições frente ao conflito fundiário emergem das relações políticas e das *estratégias* desempenhadas por ambos, quilombolas e fazendeiros. Dado que a assimilação do discurso do direito à propriedade privada por parte dos mecanismos judiciários está mais associada às suas posições de poder.

Outra questão mencionada na fala dos meus interlocutores refere-se ao tamanho dos processos, “*que ficam muito grandes*” devido a quantidade de documentos mobilizados em sua confecção. A figura a seguir serve para ilustrar os documentos e as instituições mobilizadas durante a elaboração de uma Petição de Manutenção de Posse, redigida por André.

<u>ÍNDICE DE ANEXOS</u>	
<p>Anexo 01 – Instrumentos de Mandatos</p>	<p>Anexo 03 – Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1999, por João Batista de Almeida Costa, intitulada “Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos”.</p>
<p>Anexo 02 – Declarações de Pobreza</p>	<p>Anexo 04 – Auto de Inspeção realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejo dos Crioulos, pelo Procurador da República Dr. Adailton Ramos do Nascimento e pela Analista Pericial em Antropologia Ana Flávia Moreira Santos.</p>
<p>Anexo 03 – Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1999, por João Batista de Almeida Costa, intitulada “Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos”.</p>	<p>Anexo 05 – Relatório de Campo realizado por técnicos do INCRA/MG, por ocasião do cadastramento das famílias remanescentes de quilombos da comunidade de Brejo dos Crioulos, no período de 21 de março a 01 de abril.</p>
<p>Anexo 04 – Auto de Inspeção realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejo dos Crioulos, pelo Procurador da República Dr. Adailton Ramos do Nascimento e pela Analista Pericial em Antropologia Ana Flávia Moreira Santos.</p>	<p>Anexo 06 – Correspondência enviada à Presidência da FCP pelo antropólogo João Batista de Almeida Costa.</p>
<p>Anexo 05 – Relatório de Campo realizado por técnicos do INCRA/MG, por ocasião do cadastramento das famílias remanescentes de quilombos da comunidade de Brejo dos Crioulos, no período de 21 de março a 01 de abril.</p>	<p>Anexo 07 – Memorando de nº. 028/99/ASSEJUR/FCP/Minc, datado de 05 de julho de 1999.</p>
<p>Anexo 06 – Correspondência enviada à Presidência da FCP pelo antropólogo João Batista de Almeida Costa.</p>	<p>Anexo 08 – Correspondência enviada ao MPF por membros da Comunidade remanescente de quilombo de Brejo dos Crioulos</p>
<p>Anexo 07 – Memorando de nº. 028/99/ASSEJUR/FCP/Minc, datado de 05 de julho de 1999.</p>	<p>Anexo 09 – Correspondência enviada à Presidência da FCP por membros da comunidade remanescente de quilombos de Brejo dos Crioulos</p>
	<p>Anexo 10 – Parecer do Procurador da República Álvaro Ricardo de Souza Cruz acerca do PA nº. 08112001977/99-39</p>
	<p>Anexo 11 – Ofício-resposta da FCP, datado de 19 de janeiro de 2000.</p>

<p>Anexo 19 – Ofício-resposta da FCP datado de 11 de dezembro de 2002.</p> <p>Anexo 20 – Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Comunidade de Brejo dos Crioulos, o Sr. José Maria Gonçalves e o MPF.</p> <p>Anexo 21 – Ofício da Ouvidoria Agrária Nacional datado de 13 de janeiro de 2003.</p> <p>Anexo 22 – Petição do MPF nos autos nº. 2003.3800010068-5.</p> <p>Anexo 23 – Ata da Assembléia Geral de Fundação da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos</p> <p>Anexo 24 - Ofício do MPF datado de 20 de dezembro de 2001 e Recomendação de nº. 173/2001 à FCP</p> <p>Anexo 25 – Recomendação de nº. 01-1977/2002 à FCP.</p> <p>Anexo 26 – Petição da Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Antecipada, proposta pelo MPF contra FCP.</p> <p>Anexo 27 – Certidão de Auto-Reconhecimento de Brejo dos Crioulos como sendo comunidade remanescente dos quilombos.</p> <p>Anexo 28 – Portaria Interna nº. 15, da FCP datada de 27 de abril de 2004.</p> <p>Anexo 29 – Ofício da FCP, datado de 03 de maio de 2004.</p>	<p>Anexo 40 - Manifestação de técnicos do INCRA acerca da impugnação ao Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 41 – Parecer do Procurador da República acerca da impugnação ao Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 42 – Despacho contendo parecer do Chefe da Procuradoria Regional acerca do Recurso administrativo de impugnação ao Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 43 – Decisão do chefe da Divisão Técnica do INCRA/MG sobre o Recurso administrativo de impugnação ao Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 44 - Parecer do Procurador da República acerca da do Recurso Administrativo Hierárquico contra decisão que julgou improcedente o Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 45 - Despacho contendo parecer do Chefe da Procuradoria Regional acerca do Recurso Administrativo Hierárquico contra decisão que julgou improcedente o Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 46 – Decisão do Superintendente Regional do INCRA sobre o Recurso Administrativo Hierárquico contra decisão que julgou improcedente o Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Vista Alegre.</p> <p>Anexo 47 – Ordem de Serviço expedida pelo Superintendente Regional do INCRA/MG, datado de 05 de setembro de 2006.</p>
---	--

Figura 27 - Anexos - Documentos anexados ao final da Petição de Manutenção de Posse

Nesse sentido, sugere-se também que cada instituição possui seu universo burocrático próprio, onde são mobilizados suas tecnologias e saberes que são agenciados pelos seus técnicos. Este é o caso da Delegada de Polícia de Januária, na fabricação do Inquérito Policial 989464. Uma parte do documento foi transcrita para análise:

Meritíssimo Juiz,

O presente inquérito policial restou instaurado para apurar os fatos ocorridos na Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos. Os elementos informativos colhidos demonstram a existência de uma quadrilha armada liderada pelos fazendeiros da região, de acordo com o extenso relatório parcial colacionado às fls. 151 a 156. Após a *confeccção do relatório supra, juntou-se aos autos ofício oriundo da Policia Federal*, informando a existência de procedimento naquela unidade relacionado aos fatos em apuração (fls. 160 – 164). Ainda, *anexou-se cópia das notas taquigráficas da 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 17 de novembro de 2011, a qual teve por objetivo discutir os conflitos agrários, especificamente, na comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos (fls. 166 e ss). Cópia do presente procedimento restou encaminhada ao Departamento da Policia Federal de Montes Claros para apuração dos fatos, devido a atribuição (fls. 157 e 158), já que lá também corre investigação acerca dos fatos em apreço. Isto posto, encaminho o presente procedimento para apreciação de Vossa Excelência e do Ilustre Representante do Ministério Público, para as providências que entender cabíveis. Januária, 12 de janeiro de 2012 (grifos meus).*

Na análise dos documentos é possível observar a circulação destes em diferentes instituições, a forma como são fabricados e anexados outros documentos, bem como os saberes mobilizados. No trecho do inquérito policial, é possível notar que um documento dita

a forma de outros, isto é, na sua confecção são acrescentados mais papéis, que também conectam novos atores e instituições. Isto leva à discussão feita por Riles (2001) sobre a estética dos documentos. Em seu trabalho junto as ONGs e na participação das conferências intergovernamentais, a autora faz uso de uma analogia entre a produção destes papéis e de tapetes, pensando as similaridades entre estes dois artefatos. Riles (2001) descreve etnograficamente que a confecção de ambos exige uma técnica e uma estética⁶⁹

Também inspirada na abordagem de Riles (2001), a etnografia de Munhoz (2013), realizada em um núcleo de atendimento a adolescentes autores de práticas infracionais, descreve as práticas do “mundo dos registros”, onde os técnicos

se esforçam por fazer com que os documentos tenham agência quando circulam entre o núcleo e o Poder Judiciário, sendo armas essenciais na comunicação dos saberes produzidos no núcleo que só podem ser acessados através deles (Ibid, p.90).

A autora argumenta que “o domínio de uma técnica de argumentação e escrita é o modo de se fazer política para aqueles que trabalham com medidas socioeducativas” (Ibid, p. 92). Por meio de um manejo de diferentes vocabulários, lógicas, e de uma linguagem técnica os meninos são construídos e “só existem quando existem os papéis” (Ibid, p.92). Munhoz (2013) também observou que um dos efeitos da circulação dos documentos é sua multiplicação. Foi “seguindo os papéis”, que a autora acompanhou o desenrolar dos atendimentos no núcleo.

Como afirma Latour (2010), se sozinhos esses documentos são simples peças de informação, elementos de rotina, ali, por terem sido mobilizados daquela maneira específica, anexados àqueles relatórios específicos, tomam um

⁶⁹ Ao participar das conferências, Riles (2001) descreveu que em cada nível das negociações que acompanhou sucessivos desenhos e esboços são incorporados dentro de procedimentos anteriores, o que demanda um “time de técnicos”, que produz e redige os textos em meio a um lento processo de negociação. Produzir um determinado documento demanda um processo técnico minucioso e um trabalho intensivo. Do mesmo modo, a confecção de tapetes exige técnica, repetição, cuidado. As formas e padrões são replicados pelas mãos das mulheres no entrelaçamento dos fios, levando em conta os tipos de tecido, cores e seus padrões geométricos. Para um aprofundamento na similaridades destes artefatos, ver a descrição etnográfica de Riles (2001) no Capítulo 3 “Infinity within the Bracketes”. A autora também descreve o caso das mulheres desempregadas de Suva, que têm armazenado cuidadosamente documentos relacionados ao trabalho, organizando-os em caixas e guardando-os cuidadosamente. Quando essas mulheres mostraram os documentos para Riles, elas apreciavam aquele momento, falando das características particulares de cada documento, suas formas e as histórias relacionadas a eles. De maneira semelhante, descrevi a experiência dos moradores de Brejo dos Crioulos no capítulo 1. Aquele era um momento prazeroso. O mesmo acontecia quando as mulheres falavam dos tapetes.

formato legal, ainda que retroativamente (p.75). Os relatórios tornam-se mais confiáveis com esses documentos que lhes são exteriores. As evidências empíricas adquirem um formato legal. (LATOURE, 2010, *apud* MUNHOZ, 2014, p.104).

Estas abordagens etnográficas procuram encarar os documentos como artefatos⁷⁰, pensados além da “função meramente referencial de registrar ou representar graficamente algo” (FERREIRA, 2013, p.53), e sim como “a produção, o porte, a circulação e o arquivamento de documentos têm desdobramentos no mundo social”, e

funcionam, em suma, não como artefatos estéreis e autocontidos, e sim como objetos materiais do direito, da administração e da governança capazes de produzir efeitos e engendrar múltiplos afetos e relações⁷¹ (Ibid, p.53).

O trabalho de campo me possibilitou compreender melhor a relação entre as *retomadas* e os documentos para os meus interlocutores. Nesta perspectiva, de acordo com Edinho, “*Nós estávamos com os papéis tudo amontoado e nunca que andava né? Não saía das gavetas e entrava para outra gaveta, só ficava engavetado. E nós resolvemos partir para a luta*” ele continua,

para os papéis andarem, ter andamento, nós tínhamos que, nós falamos assim, a caixa preta para andar tinha que bater, tinha que empurrar. Para os papéis andarem a gente teve que partir para os conflitos. Para garantir as coisas, o direito nosso e para desengavetar os papéis, para sair de uma entidade e ir para outra lá em cima né? Por exemplo, estava em São João da Ponte e de lá ia para Montes Claros. De Montes Claros para Belo Horizonte, de Belo Horizonte para Brasília. Aí nós tivemos que entrar e partir para a luta (depoimento pessoal, Edinho, Furado Seco, 2014).

A narrativa acima permite compreender que para os quilombolas, é através das *retomadas* que os papéis e os documentos circulam através das instituições. Quanto mais eles vão avançando na *retomada do território*, os processos (administrativos, criminais, agrários) saem da instância municipal e seguem para as instâncias e instituições estaduais e federais,

⁷⁰ Para uma revisão sobre etnografias que têm se dedicado a refletir sobre os documentos em diferentes épocas, contextos etnográficos e abordagens, ver Hull (2012). No âmbito da antropologia brasileira, além dos trabalhos citados no decorrer do texto, outras abordagens também refletiram sobre os documentos em situações diversas. No ano de 2004 foi realizado o Seminário “Quando o campo é o arquivo”, na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, reunindo vários pesquisadores interessados nesta temática. Os trabalhos estão disponíveis em <http://cpdoc.fgv.br/campo-arquivo2004/>

⁷¹ Além do trabalho de Ferreira (2013), para uma abordagem etnográfica que descreve os afetos e emoções provocados pelos documentos, ver Navaro-Yashin (2007).

umentando as conexões dos quilombolas e o alcance de suas reivindicações. Retomo algumas narrativas de meus interlocutores:

*O processo só anda quando nós fazemos uma ocupação, quando nós fazemos um barulho. É sempre assim. Só anda o dia que nós ocupamos uma fazenda, o dia que acontece alguma coisa com quilombola. **Se a gente não movimentar**, os papéis ficam parados no INCRA em BH, na Palmares em Brasília, nesses lugares (depoimento pessoal, Nercesa, Orion, 2014, grifos meus).*

O problema dos quilombolas é o seguinte: o documento é feito, eu acabei de falar com você, mas guarda. Agora quando o povo vai e entra dentro de uma fazenda aí eles falam “Ixi o trem apertou”, aí tem que mexer naqueles documentos. Aí tira dali e dá uma acalmada. Aí resolve uns problemas e depois torna quietá. Aí os quilombolas tem que reagir de novo. Na parte dos quilombolas não tem o que fazer mais não, porque o que dependia de fazer pela lei e resolver, fez e tá fazendo (depoimento pessoal, João de Papa, Caxambu I, 2014).

As lideranças quilombolas também percebem a circulação e visualizam o trajeto dos papéis para além do seu território. “Os documentos ficam em vários lugares, fica um no INCRA, outro na Fundação Palmares, mas eles só saem de um lugar para o outro quando tem as retomadas.” (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2014).

Nesse sentido, retomo uma conversa que tive com Véio, onde ele nos informa sobre o trajeto dos documentos,

Começou em São João da Ponte e foi para Belo Horizonte. E de lá para Brasília. É o seguinte: O papel anda de acordo assim, a gente retoma a fazenda e só de nós re-ocuparmos nós já tiramos ele daqui. Nós tiramos porque não faz parte do juiz da comarca olhar esse processo. Porque se faz parte do juiz da comarca olhar os papéis nós somos todos presos. Porque ele não entende nada de quilombo e o próprio município não entende nada de quilombo e é contra. Aí é uma forma de nos atirmos para Belo Horizonte e por em outra instância o documento, porque lá fica o promotor que conhece, a coordenação de direitos humanos que fica lá e o próprio INCRA. Aí tira a possibilidade do município para jogarmos no Estado, porque quem é culposos disso é o Estado. E lá tem mais parceiros também (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2014).

Os discursos das lideranças evidenciam que estes percebem as conexões e o alcance das instituições que são mobilizadas assim como os canais institucionais percorridos. A seguir, um trecho de uma entrevista:

Pedro: E tem uma diferença de Belo Horizonte para Brasília, quando vai subindo vai andando mais?

Véio: *Vai andando mais. Porque é de acordo. Primeiro a história no caso, foi a história que reconheceu e quando reconheceu no caso a comunidade como quilombola, rapidão o pessoal veio, o Estado, fazer a demarcação do território. Aí já veio em seguida fazer o laudo antropológico. Aí já veio fazer a cadeia dominial, que é a documentação de cartório de São João da Ponte, Brasília de Minas e todo canto aí. Após a cadeia dominial já fica na responsabilidade do Estado que é do INCRA titular a comunidade quilombola. Aí o que que a gente fez? A gente acompanhou o processo. Se estava em Belo Horizonte a gente foi ver o que o INCRA tinha feito e o que ele não tinha feito. Eu como delegado da área do conflito, eu acompanhava. Quem estava na hora do embate da polícia, dos pistoleiros e fazendeiros, era eu que estava acompanhando. Então eu fiquei **seguindo o papel, acompanhando o papel**, a hora que o INCRA tinha feito uma parte e tinha que fazer a outra (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2013, grifos meus).*

Os quilombolas fizeram várias outras *retomadas* desde o início do processo de regularização fundiária. Rainha (2013, p.61), informa que “Em um período de oito anos (2004 a 2012) ocorreram mais de 15 ações desse tipo e, em consequência, mais de quinze reintegrações de posse obtidas pelos fazendeiros contra as famílias quilombolas”. Estas ações nos permitem refletir sobre o acionamento e funcionamento da *rede de parceiros*, já que um mesmo evento mobiliza *estratégias* em locais diferentes. Enquanto os quilombolas retomam as terras, os seus advogados também mobilizam documentos – processos jurídicos – na tentativa de *derrubar a liminar*. O contato entre ambos é muitas vezes feito pelo telefone celular, que também conecta outros atores, define *estratégias* e por onde são feitas as denúncias que acabam circulando pela *rede*, materializando-se em outros documentos, como as *notas* da CPT que divulgam as ações dos quilombolas e as violações e ameaças sofridas por estes. A luta e o acionamento da *rede* implicam num entrelaçamento de coisas e pessoas, desde a mobilização de saberes técnico burocráticos e jurídicos até o uso do telefone celular e das *ferramentas* nas ocupações e a mobilização dos documentos.

Para Cida Vieira, as relações entre as instituições que compõe a *rede* são

Relações de troca mesmo. Já havia uma articulação porque são ONGs e instituições de Montes Claros e ligadas a Arquidiocese. A Comissão Pastoral da Terra já fez o congresso aqui no colégio em 2010. Nós abrimos o espaço com aula acontecendo, teve rejeição de professores, de pais. No final foi uma aula de cultura e de história que o povo agradeceu a oportunidade de estar num espaço tão rico. O CAA a gente sempre trabalhou com parcerias, com aquele projeto 1 milhão de cisternas. Já tínhamos feito um trabalho com eles em lagoinha. A gente sempre tem essa

troca. Encontro de agrobiodiversidade a gente participou. Então sempre teve essa troca com os meninos do CAA. E a CPT, muito pela caminhada de Pastoral da Arquidiocese estreitou em função dessa causa comum que é o Brejo. A gente está sempre acompanhando as coisas e em articulação (depoimento pessoal, Cida Vieira, Colégio Marista São José, Montes Claros, 2014).

Em seguida, minha interlocutora contou sobre uma ação que envolveu a *rede de parceiros*. O exemplo é interessante e reforça alguns temas que foram trabalhados nesta seção.

Por exemplo, tá tendo o conflito e a CPT sempre está lá. A gente sempre tem esse link, esse diálogo. Teve o movimento para pagar o advogado, nós fizemos uma rifa e ajudamos. Tem os momentos das reuniões, eles chamam e a gente participa. Nós criamos até um grupo também pelo Brejo na internet. Criamos através da reunião com o pessoal da CPT e do Mova Brasil e fizemos contato com a mídia de Belo Horizonte. Logo que os meninos foram presos, tinha uma dívida grande para os advogados. Aí a CPT promoveu a rifa de uma moto, movimentou a CPT a nível nacional. O que tem de movimento para apoiar a causa e ajudar o pessoal do brejo, nós estamos levantando a bandeira. Quando eles fazem um movimento, igual teve aquele movimento em São João da Ponte, eles sempre me ligam. A gente sempre acompanha, liga. Quando eles fizeram a caminhada em Brasília nós ligamos (depoimento pessoal, Cida Vieira, Colégio Marista São José, Montes Claros, 2014).

Alemão da CPT também comentou da mobilização dos agentes de pastoral na *caminhada* dos quilombolas em Brasília,

Quando a gente foi para Brasília na luta pelo decreto a gente mobilizou várias pessoas. Na época era eu, a irmã Leticia, que também era da Articulação São Francisco, que é uma irmã da CPT que mora em Buritizeiro e o Paulo. A gente dividia as tarefas, um elaborava projeto para levantar dinheiro, outro ficava mais por conta de articular e fazer os contatos em Brasília, fazer contatos com outros movimentos, contatos com a Igreja. A gente fazia um planejamento conjunto né? Eu pude acompanhar este caso de Brasília, acompanhei todo o processo lá, reuniões, retomadas, audiências públicas, esse processo agora da prisão deles também (Alemão, CPT, Montes Claros, 2014).

A próxima seção será dedicada a uma descrição etnográfica das *retomadas* e da mobilização de saberes e elementos da cosmologia quilombola, que vão sendo incorporados em suas ações.

3.3. Da cerca pra cá: a vida nos *barracos de lona preta*

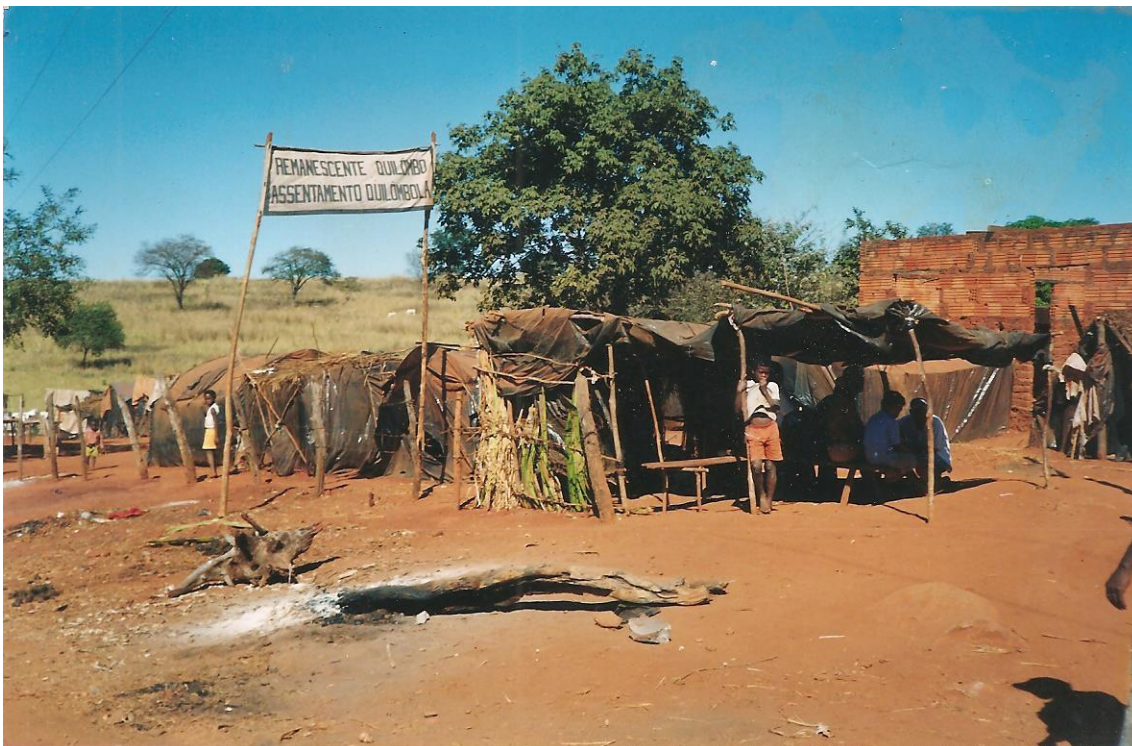


Figura 28 - Assentamento Quilombola
Autor: Arquivo Associação Quilombola

A partir das entrevistas, narrativas e histórias contados pelas lideranças quilombolas e seus *parceiros*, o objetivo desta seção é realizar uma reflexão sobre as *retomadas*, procurando reconstruir a dinâmica destas ações por meio da experiência vivida pelos meus interlocutores. Para tanto, não me deterei a uma ação específica. Ao fazer isso, como mencionei em seção anterior, procuro ressonâncias em outras etnografias do universo rural.

Retomo o conceito de “forma acampamento”, elaborado por Sigaud (2000, p.85). Em sua teoria, a autora, que afirmou sua inspiração em Leach (1996), caracteriza estas formas de ação coletiva como “aspectos ritualizados”, que constituem-se “numa linguagem pela qual indivíduos fazem afirmações simbólicas”. No seu caso etnográfico, instalar acampamentos em engenhos é a maneira de “dizer” que eles devem ser desapropriados. “Incra, movimentos, padrões e trabalhadores partilham o consenso de que é isso que está sendo dito por meio de um acampamento” (Ibid, p.85, grifos da autora).

Sigaud (2004) argumenta que essa linguagem tem efeitos no “modo de proceder” das organizações do universo rural e nas instituições estatais. É comum que os participantes destas ações mobilizem um vocabulário próprio, onde a expressão “ocupar” geralmente é

empregada por quem participa do *movimento* ao invés do termo “invadir”, mobilizado pelos jornais, policiais, fazendeiros e operadores do direito. Segundo Comerford (1999, p.128), “existe uma luta em torno da classificação e nomeação dessas formas de ação, que diz respeito a legitimação ou deslegitimação ou mobilização, de seus organizadores e suas bandeiras de luta”.

Para Macedo (2005, p.1-2) os estudos empreendidos por Lygia Sigaud na década de 1990 “são referências teóricas fundamentais para o estudo dos acampamentos”. O autor informa que as pesquisas mais recentes sobre ocupações vêm “mostrando a existência de uma relação direta entre ações de ocupação de terra e a efetivação de assentamentos rurais”. Esta linguagem ou forma social, tem

seus próprios processos de constituição, com uma tecnologia de mobilização de famílias e realização de ocupações que comporta variações de acordo com as conjunturas específicas; possui as lonas (para cobrirem as barracas) e bandeiras (que indicam a instituição que organiza o acampamento) como principais símbolos e um modelo de organização social próprio, que vem se transformando ao longo do tempo, também com variações caso a caso (Ibid, p.1-2).

Outra autora que tem se dedicado ao estudo do universo das ocupações e acampamentos, Loera (2006, 2009), afirma que as “ocupações de terra e a instalação de acampamentos tornaram-se eventos cotidianos e parte da paisagem rural do Brasil” (LOERA, 2009, p.73).

Em sua etnografia, Chaves (2000) acompanhou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, organizada pelos *militantes* do MST no ano de 1997. Constituída por três “colunas”, os participantes percorreram itinerários diferentes no âmbito do território brasileiro até chegarem em Brasília para o ato final. A autora argumenta que desde a criação do MST, em 1984, como resolução de um Encontro Nacional, apoiado pela CPT, o *movimento* adota “uma forma de luta fundada na realização de eventos dotados de caráter simbólico” (Ibid, p. 16), sendo o próprio *movimento*, constituído “através da multiplicidade de eventos que promove” (...) “É através dessas ações coletivas, geralmente de forte impacto simbólico, que o MST constitui-se como sujeito político” (Ibid, p.18-23).

Influenciado pelas reflexões de Sigaud e de outros autores que têm se dedicado aos estudos desta temática, Rosa (2009, p.95) caracteriza como “forma movimento”,

uma forma específica de conflito, enunciado nas formas de *movimento* e *ocupação*, que foi se estabelecendo em diversas áreas do país como uma maneira legítima de relação entre agentes do Estado e outros grupos organizados que demanda sua atuação (Ibid, p.95).

Rosa (2004, 2009) diz que os trabalhadores que se envolvem no mundo das ocupações e acampamentos e participam das diversas atividades que compõem este universo - sempre em contato com outras lideranças, *militantes* e agentes da CPT - acabam incorporando diversos elementos da “forma movimento”. Segundo o autor a importância do MST não se restringe a “matriz de um modelo, mas por seguir reinventando inúmeros aspectos dessa linguagem em outras frentes, ao expandir sua presença e sentido para além do seu objeto originário - isto é, a terra” (ROSA, 2009, p.109).

Guedes (2011) argumentou sobre a existência da “forma militância”, buscando mostrar

como a *formação* dos *militantes* está também orientada por esta lógica - formativa tão disseminada, genérica e comum entre nós, homens *lidos*. O que está em jogo aí é a capacidade desta forma se reproduzir nas mais diversas situações e universos concretos, não através da desconsideração deles: mas sim pelo encaixe destes últimos em quadros de referência *a priori* que lhes concedem sentido. Poderíamos, assim, identificar alguns eixos de variação e disseminação da forma-militância: a) um eixo geográfico (do *sul* para o Brasil); b) um situacional (das marchas para os cursos de formação); c) um institucional (do MST para o MAB) (GUEDES, 2011, p.321).

Autores como Brenneisen (2003) e Frigo (2008) também desenvolveram etnografias sobre essas temáticas. Todos estes estudos trazem elementos importantes para a compreensão do processo *retomada do território* em Brejo dos Crioulos, sendo possível traçar aproximações etnográficas em diferentes aspectos. Entretanto, nenhuma destas etnografias referiu-se à *luta* quilombola. Como sintetizou um dos agentes da CPT durante uma entrevista,

O MST ele trabalha em uma perspectiva assim, o pessoal entra na fazenda, vem de outras comunidades e fica vivendo e morando ali. No caso do Brejo é um pouco diferente porque o pessoal já mora lá, eles vão retomar as fazendas e tem que ter uma organização para eles ao mesmo tempo manterem a vida deles nas roças onde eles moram e manterem viva a retomada (Alemão, CPT, Montes Claros, 2014).

Logo, mesmo que os moradores de Brejo dos Crioulos utilizem a *metodologia do enfrentamento*, que pode consistir na “forma acampamento”, “forma movimento” ou na

“forma militância”, eles têm clareza das diferenças de *luta* dos Sem Terra e aquela assumida por eles. Os depoimentos abaixo reforçam esta afirmativa:

Nós quilombolas geralmente não somos igual Sem Terra não, geralmente o quilombola tem a casa dele, ele não tem é o espaço dele. A terra é nossa. Pode ser produtiva ou pode não ser, mas nós estamos retomando a terra nossa. Nós ocupamos, mas só ocupamos fazendas que são da área quilombola, nós nunca ocupamos fazenda que não são da área quilombola. Estamos retomando. Se nós temos nossos direitos, vamos brigar pelos nosso direitos até nós conseguirmos (depoimento pessoal, Mazinho, Araruba, 2014).

E na luta pela terra que nós falamos, para chegar nesse ponto que está hoje, a gente teve que avançar nas fazendas, entrar como Sem Terra, fazendo o papel de Sem Terra mas pelo direito nosso, direito de quilombola (depoimento pessoal, João de Papa, Caxambu I, 2014).

Amparados no direito quilombola e no decreto de desapropriação assinado pela presidente Dilma, os moradores de Brejo dos Crioulos realizaram várias *retomadas*. Homens, mulheres, crianças, jovens e idosos deixaram suas casas para morarem em baixo dos *barracos de lona preta*. Juntos eles partiam para as *caminhadas* levando consigo suas *ferramentas*, suas *trouxas* e a esperança de garantir de volta o território invadido pelos fazendeiros⁷².

Antes das ações eram combinados *encontros* ou *reuniões*, momentos importantes para a definição das *estratégias*, conduzidos pelos *linha de frente*. Loera (2009,p.75) descreve que no estado de São Paulo, esses momentos são chamados de “reuniões da terra” ou “reuniões de preparação”. Macedo (2005) informa que os *militantes* caracterizavam como “reuniões da frente de massa”. Nequinha explicou sobre os *encontros*:

Na organização das retomadas a gente marcava os encontros, as reuniões. Por exemplo, lá no cemitério quilombola perto da barriguda, perto de uma cancela que tem lá, pra lá da outra fazenda do Raul. Muitos encontros foram no cemitério. Aí nós definíamos nossa estratégia e tinha os linha de frente. E quando os de linha frente iam, quando soltavam os foguetes, dois foguetes, nós chegávamos junto. A linha de frente ia ocupar primeiro, eram de 12 a 14 pessoas. Os outros ficavam aguardando soltar os foguetes. O foguete era um sinal. Aí todo mundo ia com as foices, machados, tudo arribado! e cantando as músicas! em festa!

⁷² As *trouxas* são feitas com panos e também com sacolas plásticas, e servem para transportar roupas, painéis e outros utensílios que eram levados para as ocupações.

As músicas sempre cantadas pelos quilombolas durante suas mobilizações, tanto nas *retomadas* quanto em outras *caminhadas*, falam em suas letras de temas do cotidiano, história, religiosidade e da *luta* quilombola. Algumas canções foram elaboradas para momentos específicos, como o caso da *caminhada do decreto* em Brasília. Seguem algumas canções:

*Não queremos guerra queremos é trabalhar
eu já disse o ditado, terra é de quem plantar!
Se sente, quilombo está presente.
Na luta pela terra ele nunca esteve ausente!
Se sente, quilombo está presente,
Na luta pela terra ele nunca esteve ausente!
Reforma agrária quando? Já! Quando? Já!*

*Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do que ser
escravizado!
Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do que ser
escravizado!
Nós somos dos quilombos, viemos para lutar, com dignidade a terra
conquistar, nós somos a raiz de um povo sofredor, quilombo dos palmares é
o nosso protetor!
Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do que ser
escravizado!
Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do que ser
escravizado!
Nós somos dos quilombos, viemos para lutar, com dignidade a terra
conquistar, nós somos a raiz de um povo sofredor, quilombo dos palmares é
o nosso protetor!*

*Ô bambaia, Ô bambaia, o homem que não presta tira a calça e veste a saia!
O Dona Dilma venha ver, traz café para nós beber, eu não vim aqui para
passear, eu vim aqui pro cê assinar!
Ô bambaia, Ô bambaia, o homem que não presta tira a calça e veste a saia!
Ô bambaia, Ô bambaia, o presidente que não presta tira a calça e veste a
saia!
O Dona Dilma venha ver, traz café para nós beber, eu não vim aqui para
passear, eu vim aqui pro cê assinar!
O Dona Dilma venha ver, traz café para nós beber, o na cuia o no cotché
traz do jeito que ocê quiser!*

Acompanhadas pelas *rezas* e pelo *batuque*, as canções eram puxadas pelas *lideranças religiosas*, que muitas vezes ficavam responsáveis pela *mística*. O *batuque* está presente em várias comunidades negras rurais da região. Também chamado de *batuco*, a *brincadeira* é formada pelos dançarinos, o pandeiro, triângulo e a *caixa*, um pequeno tambor feito com couro de animal e madeira.

Uma grande roda se abre e todos vão cantando no ritmo de versos. Homens e mulheres de todas as idades vão entrando na roda e sapateando em pares. Geralmente a pessoa que está no centro da roda convida outra pessoa para entrar e *batucar*. É comum que a *brincadeira* seja acompanhada de outras, como o *Lundum*, que também precisa da *caixa*, violão e violas.



Figura 29 - Dona Catarina dita o ritmo do batuque
Autor: Arquivo Associação Quilombola



Figura 30 - Batucando
Autor: Arquivo Associação Quilombola



Figura 31- João de Papa e Paula seguem na cantoria
Autor: Arquivo Associação Quilombola

Em todas *caminhadas* que acompanhei os quilombolas durante a pesquisa, o *batuque* estava presente nas suas mobilizações. Nos eventos na universidade e em outras instituições, nas manifestações, *reuniões* e audiências. O *batuque* é componente do fazer político quilombola.

Na *organização das retomadas*, a entrada nas fazendas na maioria dos casos relatados ocorreu na parte da noite ou na madrugada, no entanto, houve entradas durante o dia. No interior das fazendas, a *sede* assume importância, sendo este o primeiro local que deve ser ocupado, já que “*a fazenda é representada pela sede*”. Na maioria dos casos relatados, o gerente da fazenda e os *jagunços*, concentravam-se na *sede*. Para aqueles que participam das *retomadas*, ocupar a *sede* e tirar o gerente do território consiste simbolicamente em tirar a posse da propriedade do fazendeiro. Meus interlocutores relataram que em várias *retomadas* foram os próprios gerentes que chamavam a polícia, acompanhavam a confecção do boletim de ocorrência e avisaram os fazendeiros sobre a ocupação da fazenda.

As *ferramentas*, utilizadas no trabalho na roça, eram em sua maioria: *enxada, enxadão, foice, forquilha, machado, facão, grupão, gancho, chuvaieiro, cavadeira de boca, cavadeira comum e vassoura*. Cada uma tinha sua importância nos acampamentos. A *foice* era utilizada para “*fazer o roçado*”, tirar o “*mato grosso e a malva*”, o que consistia em limpar o local onde seria construído o *barraco* e posteriormente preparar as *roças*. Nesta etapa, outra *ferramenta* usada era o *gancho*, que servia para juntar os ciscos e fazer a *coivara*. Com a *enxada*, os quilombolas capinavam a área e depois recolhiam a *coivara*. Em seguida, com a *vassoura* eles varriam o local. A *cavadeira comum* era usada para fazer os buracos onde seriam “*assentadas as forquilhas*”. O número de buracos feitos dependia do tamanho dos *barracos*. Os maiores eram feitos com seis a nove buracos, já os menores com quatro buracos. O *machado* era usado para cortar as madeiras e fazer as *forquilhas* e o *varão*, que compunham a estrutura dos *barracos*. Sua confecção era feita com a madeira retirada na própria fazenda ou, no caso dos quilombolas que dispunham de meios de transporte e carga, estas eram trazidas de suas próprias residências ou de locais próximos destas.

Este é um ponto interessante, relatado pelos meus interlocutores, o fato de possuírem casa no território, *um ponto de apoio*, como diziam os moradores, reforçando a diferença da *organização* dos Sem Terra. Na seção seguinte descreverei a dinâmica das movimentações entre a *casa* e o acampamento, entretanto, adianto que o fato de possuir um local de morada

no quilombo não diminuía os esforços demandados, já que com as *retomadas* o local de moradia passava a ser os *barracos de lona preta*.

Com a *cavadeira de boca* era retirada a terra dos buracos, o que também poderia ser feito utilizando o *enxadão*. Na falta das *ferramentas* essa etapa era feita da seguinte forma: “Quando não tem a *cavadeira de boca* a pessoa deita no chão e tira a terra com a mão mesmo”.



a) vassoura



b) grupão



c) forquilha e varão



d) enxadão e enxada

Figura 32 - Ferramentas
Autor: Pedro Henrique Mourthé

Após a montagem da estrutura, a última etapa consistia em *rebuçar o barraco*, ou seja, fazer o telhado, que na maioria das vezes era feito com a *lona preta* e, na ausência do material, utilizava-se o próprio capim para a cobertura das instalações. O capim também servia para cobrir a *lona* como forma de conservar o plástico e proteção da friagem. A construção dos barracos e montagem do acampamento são um trabalho coletivo. Vale mencionar que antes do início destas atividades, muitas vezes era previamente definida uma *comissão de infraestrutura*. Os encarregados deste setor estudavam e planejavam os melhores locais da fazenda para montar o acampamento. Era importante, por exemplo, verificar a existência de “*uma beira de água, boa para fazer horta*”, e “*de terrenos bons para fazer roça*”.



Figura 33 - Construções
Autor: Arquivo Associação Quilombola

No interior dos *barracos* eram feitos os *fogões de enchimento*, utilizando barro ou adobe. As cozinhas geralmente eram individuais, cada família tinha a sua. Entretanto, o espaço da *sede* da fazenda era utilizado coletivamente, tanto para refeições, *reuniões* e hospedagem de alguns quilombolas. Como me contou Piúcha, um dos participantes da organização dos acampamentos, “*Cada família podia ter o seu fogão e fazer seu alimento, mas é sempre um mutirão, um chega no barraco do outro e come um pouco, é tudo na união*”.



barraco de lona preta

fogão de enchimento

Figura 34 - Construções 2

Autor: Arquivo Associação Quilombola

Seguindo o formato das ocupações do MST, os *barracos* eram alinhados, formando ruas paralelas e geralmente divididos de acordo com os grupos familiares. Entretanto, existiram aqueles que abrigavam pessoas sozinhas. As bandeiras para identificar a *retomada* eram aquelas próprias dos quilombolas, como a bandeira da Associação Quilombola. Isso porque a bandeira serve para dizer que a *luta política é dos quilombolas*. “Porque se você levanta uma bandeira do movimento, você está dizendo que era o MST que estava vindo fazer as ocupações. E nós não estávamos fazendo, nós estávamos enquanto parceiros. A luta era de Brejo”, enfatizou um *militante*.

Após a montagem do acampamento, havia uma divisão do trabalho que era feita seguindo a criação de grupos e comissões. Como informado por uma das lideranças,

Os grupos é o seguinte. Você vai fazer a retomada então vão supor, tem 400 famílias ou 100 famílias, de acordo com o número de famílias que vão estar lá. Aí como você organiza esse povo? Para manter esse pessoal nessa ocupação, na luta né? Você vai ter que dividir as tarefas né? Aí você vai agrupar o povo. Vamos ver quantos grupos essas 400 ou 100 famílias vão dar. Aí vai fazendo os grupos, grupo 1, grupo 2, grupo 3, até o grupo tal. Se o grupo é de 10, é de 5 ou é de 20, vai ser de acordo com o número de famílias (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

Após a criação dos grupos eram divididos os setores ou as comissões, que eram várias como: *segurança, infraestrutura, mística, alimentação, saúde, correria (ou externo), educação, esporte* etc. Cada grupo possuía um coordenador ou coordenadora, responsável por manter a comunicação com o *coordenador do acampamento* e com os demais coordenadores.

Isso de grupo é para você não generalizar as coisas. Por exemplo, aconteceu um problema aqui, mas isso tá mais na área da saúde, entendeu? Então você vai sentar com o coordenador de saúde. Qualquer assunto que você vê um problema você já tem a quem recorrer dentro da comunidade. De acordo com o que acontecesse você já sabia com que grupo você iria conversar. Você não precisa falar com todo mundo do acampamento, não é preciso de chamar assembleia toda hora para conversar sobre um assunto. Tem assunto que pode ser resolvido ali, com aquele grupo só (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014).

O *coordenador do acampamento* é uma figura política muito importante na dinâmica das *retomadas*. Ele é responsável pela organização da área; pela fiscalização dos trabalhos; pelas negociações com a polícia e pelas conversas com os *parceiros* e instituições; por manter a comunicação com os outros moradores da comunidade durante as assembleias e *reuniões*, fazendo os *repasses* e pela elaboração das *estratégias*.

Em Brejo dos Crioulos, vários coordenadores de grupos acabaram se tornando importantes lideranças da *luta*. Este foi o caso de Véio, que no momento que *entrou na luta*, *não sabia de nada*, mas através da experiência adquirida, assumiu a função de *coordenador de acampamento* e organizou várias *retomadas* e mobilizações. Como relatou este interlocutor em uma de nossas conversas, organizar uma ocupação era uma tarefa muito complicada, que exigia muita responsabilidade e coragem. “*Se você for fazer uma retomada sem ter cabeça, sem ter visão, cê tá perdido*”, alertou Véio, enquanto continuávamos nossa prosa. Era preciso estar atento aos mínimos detalhes. Havia uma preocupação com a circulação de informações, principalmente das *estratégias*, que eram definidas em *reuniões* restritas que contavam com a presença dos responsáveis pela *linha de frente*.

A fiscalização do trabalho dos grupos também era uma tarefa importante. Cada um tinha sua devida importância dentro da ocupação. Nequinho, participante ativo de várias *retomadas*, foi responsável pelos setores da *correria* e da *mística*. Em suas *correrias*, de bicicleta, de ônibus ou até mesmo a pé, ele percorria longas distâncias do acampamento até Araruba, onde era encarregado de atender o telefone público (que durante as primeiras ações ainda funcionava) guardar, repassar os recados e chamar as outras pessoas solicitadas nas ligações⁷³. A função assumida exigia *muito movimento*, várias idas e vindas. Quando era encarregado de realizar alguma das *tarefas* do setor de *alimentação*, Nequinho seguia em suas

⁷³ Nas primeiras ações, quando o telefone celular não era tão acessível como nos dias atuais, o *orelhão* também era acionado para mobilizar a *rede de parceiros*.

andanças e correrias em busca de doações de mantimentos para garantir o sustento do acampamento. Nas suas *tramas*, a criatividade era um atributo essencial:

Eu ia longe caçar alimentos para ninguém sair do acampamento. Eu tinha que me virar, eu fazia uma trama engraçada, eu cantava as músicas em São João da ponte, no Assa Peixe, nos postos de saúde. Eu ganhava farinha, rapadura, açúcar. Eu pedia para mim, mas era tudo para o acampamento. Aí ganhava o arroz de um, fava de outro, um tiquin de um, tiquin de outro. A Maria fazia biscoito aí eu levava para o acampamento. A alimentação era mais para aquelas pessoas que ficavam lá e moravam no acampamento, porque muitos voltavam para suas casas. Eu trazia laranja, abacate, açúcar, café, de tudo que eu trazia na bolsa eu levava para o acampamento (depoimento pessoal, Nequinha, Araruba, 2014).

Nos trabalhos do setor de *mística*, as *lideranças religiosas* eram encarregadas do *batuque*, das apresentações, cantos e da música de viola, “*momentos de alegrar e animar o povo*”. Paula, contou que,

nas retomadas, toda fazenda que a gente chegava e a gente ocupava, tinham as lideranças e cada uma tinha uma função a fazer. A comunidade aqui de Caxambu, para a cultura é a comunidade de Caxambu. Além de música de viola e o batuco que é de caixa. A comunidade de Caxambu é o centro da cultura de Brejo. Em todas as ocupações tinha o batuco. A gente ascendia aquela fogueirona e dançava. Era noite ou era dia, sempre tinha o batuque. O povo de caxambu ia fazer o batuque e voltava para casa. Os que já estavam nos barracos ficavam (depoimento pessoal, Paula, Caxambu, 2014).

Assim como a batida das *caixas* nas *rodas de batuque*, as músicas cantadas pelos quilombolas no âmbito das *retomadas* e em outros espaços políticos fora do território, fazem parte do fazer político e são constituintes da *luta*. *E se tiver luta, tem batuque, tem festa, o povo aqui não desanima não Pedro*, me contou Nercesa, moradora de Orion e umas das lideranças que participou de muitas *retomadas* e *caminhadas*. Quando conversamos sobre a *luta*, minha interlocutora contou sua trajetória:

Eu sou nascida e criada aqui. Eu nasci no Orion. Eu tenho 45 anos e esse tempo todo eu fiquei aqui. E conheço a luta. A bisavô da minha mãe tem um pouco de sangue de Tapuío pois ela foi perdida no mato e alguém achou. Minha nação é do mato. Eu já ouvia meu pai falar Brejo dos Crioulos mas eu não sabia da história. Até eu mesmo não gostava que me chamavam de crioula, eu não sabia o que significava. Hoje não, hoje eu sei o que significa. Hoje eu tenho orgulho de falar de onde eu sou. Sou de Orion, comunidade Brejo dos Crioulos, território quilombola. E até quando a Fundação

Palmares veio fazer o levantamento eu não sabia muito não. Eu fui saber mesmo depois dessas retomadas. Eu até fui pra lá pro acampamento inocente, por necessidade. Mas eu peguei amor a luta e estou até hoje (depoimento pessoal, Nercesa, Orion, 2014).

Nercesa também falou da dinâmica dentro dos acampamentos, segundo ela as famílias iam

faziam seus barracos e ficavam ali dia e noite. Então tinha a guarda. As vezes as mulheres faziam a comida, ficavam na parte da cozinha e também faziam a guarda de dia, pois de noite ninguém iria colocar uma mulher na guarda né Pedro? Enquanto uns dormiam os outros ficavam vigiando. Tudo revezando. Quando ali estava quente, tinha que ser assim. E sempre teve (depoimento pessoal, Nercesa, Orion, 2014).

Na dinâmica dos grupos, aqueles que ficavam responsáveis pela *segurança* tinham que ficar bem atentos. Quem ficava *na guarda* geralmente não dormia. Era preciso estar de prontidão e vigiar quem entrava e saía do acampamento. O grupo geralmente se articulava com outros grupos já que, quando os responsáveis pela *guarda* estavam cansados, eles revezavam com outros acampados, como descreveu Nercesa.

Um das *tarefas* importantes daquele setor, era a *quebra de fogos*. Quando a polícia chegava até o acampamento ou quando acontecia alguma coisa fora da rotina, eram soltos foguetes para sinalizar aos outros moradores do território quilombola.

O foguete é para sinalizar que vai ter uma reunião ou que está chegando gente estranha, é para manifestar. “Oh, soltou foguete lá na área que o pessoal tá ocupando. Será o que que é? Tem alguma coisa”. O povo ia correndo para saber o que era. O foguete é um aviso (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2014).

O barulho dos fogos causava *movimentação de gente*. Os motoqueiros geralmente são os primeiros a chegar no local, eles vão *assuntar* o que está acontecendo. Por exemplo,

se soltou foguete lá onde você foi hoje, lá na Carla [Caxambu II], nós escutamos daqui. E quando eles soltam lá, eles soltam bem pro alto para estourar. Aí sempre desce um motoqueiro primeiro, vai lá assuntar e já volta avisando para o povo o que aconteceu. Aí vai descendo um monte de gente para lá (depoimento pessoal, Nequinha, Acampamento, 2014).

Outra preocupação recorrente nas *retomadas*, relacionava-se com as condições de saúde dos participantes. “*Porque na luta vai todo mundo, mulher, homem, velhos, crianças. Tem sempre uma preocupação com a saúde né? Se tem alguém que toma remédio controlado, alguém que machuca. É preciso ver quem fica responsável pelo setor de saúde*”⁷⁴. As tarefas do setor consistiam na coleta de remédios para a farmácia e no cultivo da horta medicinal, capaz de garantir uma grande variedade de *remédios*⁷⁵.

O setor de *educação* também exigia movimentação daqueles encarregados pelas *tarefas*. Os responsáveis pelo trabalho, muitas vezes precisavam se deslocar até as escolas do quilombo para conversarem e convencerem os professores a liberarem os alunos para participarem das atividades dos acampamentos sem que estes *botassem falta para os meninos*. Nos acampamentos, era preciso mobilizar a criatividade e propor atividades e *brincadeiras* para os jovens e crianças. Eram organizadas *noites de cultural, reuniões, festas, dinâmicas, sessões de cinema, oficinas e rezas*.

Nas primeiras *retomadas*, como relatou Cida Vieira, muitos estudantes do Colégio Marista que participavam das “Missões”, chegaram a ficar alguns dias no quilombo e acompanhar a rotina dos acampamentos, envolvendo os grupos e setores.

Chegamos a ficar 10 dias. Na última missão ficamos uma semana. Os meninos ficavam nas escolas, nas casas, na creche e participavam de várias atividades nos acampamentos. Eles iam dentro das retomadas. Já tiveram equipes que os meninos ficavam lá junto. Teve época de ter muito policiamento, dos policiais pararem a gente nas estradas. Tinham reuniões, noites de cultural, cinema, falas de lideranças, festas com comida e arroz. Cinema no contexto histórico da luta negra, visitas ao povo. Uma equipe em cada localidade, desenvolviam atividades junto com as crianças, oficinas de cuidado com saúde e higiene bucal, auto estima, celebrações, dinâmicas, oficinas de valorização do batuque, reza do terço cantado, roda de viola (depoimento pessoal, Cida Viera, Colégio Marista São José, Montes Claros, 2014).

A descrição do funcionamento dos grupos e das *tarefas* demonstra a complexidade da *organização* das ocupações e acampamentos. Todos estes aspectos estão relacionados com a *organicidade do movimento*. Como observou Loera (2009, p.74-78), a circulação de ajudas, por meio das “redes de conhecidos e familiares”, característica do *trabalho de base* e da

⁷⁴ Trecho de entrevista com Baiano, *militante* do MST (Diário de Campo, Montes Claros, Janeiro de 2015).

⁷⁵ Diferente dos remédios, o termo *remédio* é utilizado pelos moradores em referência a variedade de plantas medicinais encontradas no território quilombola.

dinâmica das ocupações, “reforçavam laços sociais de parentesco, vizinhança e amizade”, que eram mantidos e se estendiam nas atividades reivindicatórias (MACEDO, 2005), sendo fundamentais para garantir a *união* e o funcionamento dos grupos nos acampamentos.

Além das *retomadas* e das várias mobilizações que descrevi ao longo do texto, os quilombolas também fizeram duas ocupações na Superintendência do INCRA em Belo Horizonte, como disse Véio,

as ocupações do INCRA são uma forma para o processo avançar. A gente foi duas vezes no INCRA e foi uma forma para aquele papel subir. Tirar de baixo e colocar ele lá em cima. Aí nós fomos lá umas duas vezes. E também fomos no INCRA nacional (depoimento pessoal, Véio, Araruba, 2014).

No entanto, como mencionavam os *militantes no trabalho de base*, “*ocupar não é difícil, o negócio é resistir, eles tem que vencer pelo cansaço, quem cansar primeiro perde!*” E mesmo que exista uma “forma acampamento” ou uma *metodologia* em relação a estas ações - que é pensada *a partir de cada região, contexto, e correlação de forças* - a conjuntura pode mudar a qualquer momento. Resistir nos acampamentos depende de saber “*analisar a conjuntura*” e da definição de *estratégias*, que precisam ser rápidas, como a velocidade das *liminares* que circulam no Poder Judiciário e chegam rapidamente até o território quilombola. Na próxima seção, descreverei as movimentações das famílias no âmbito das *retomadas* e os efeitos do “movimento dos papéis” e da chegada das *liminares* nos acampamentos.

3.4. Movimento das famílias, movimento dos papéis

Se a *casa* em Brejo dos Crioulos é um lugar de circulação e também de estabilização, como discuti no capítulo 1, na *luta pelo território*, muitas famílias deixam seus lares e seguem para morar nos *barracos de lona preta*, vivendo uma rotina de movimentações e revezamento entre as *tarefas* do acampamento e aquelas relacionadas a suas moradas. A *luta* faz com que muitos passem a viver no circuito casa-acampamento.

Como me informou Seu Josino, morador de Caxambu II, “*saía de uma e entrava em outra, nós ficamos foi meses de baixo de plástico aí de lona, de lona preta, que chegava a feder*”. Uma das características das ocupações era a circulação de moradores e das famílias. Quando todos membros de um determinado grupo familiar não podiam participar destas

ações, sempre havia um revezamento. Em muitos casos a mulher ficava na casa olhando os filhos e o seu marido ia morar nos *barracos*, ou no sentido inverso, quando o marido tinha que ficar na casa devido ao trabalho na *roça*. Entretanto, houve vários relatos de famílias inteiras que deixavam suas casas para morar nos acampamentos. Este foi o caso de Paula, que relatou sua experiência:

Por exemplo, meu marido não deu para sair daqui, deixar as criações sem cuidar né? Então eu fui lá para os barracos com minhas meninas e meninos, a menina Vitória estava com três meses, tinha acabado de nascer, ela aprendeu a caminhar foi lá. Era sempre esse movimento, era aqui na casa e lá no barraco (depoimento pessoal, Paula, Caxambu, 2014, grifos meus).



Figura 35 - Famílias no acampamento
Autor: Arquivo Associação Quilombola

O *movimento* descrito por Paula faz parte da dinâmica das *retomadas*. Muitas pessoas passam o dia no acampamento e voltavam à noite para suas casas. Nos relatos abaixo, alguns moradores contaram sobre as movimentações entre as fazendas e outras regiões do território quilombola:

No período que nós estávamos no acampamento até o período que veio a liminar para nós sairmos, todo mundo ficava ali, só saía depois que vinha a liminar para sair do acampamento, aí sim todo mundo saía. Era lá diretamente. Por exemplo, meu pai não podia voltar mas mãe às vezes vinha

para casa, para corrigir as coisas e ver como estavam os filhos que ficaram em casa (depoimento pessoal, Francisca, Caxambu II, 2014).

Mas em relação à luta e às ocupações, tem uma equipe muito boa quando se trata de ocupação. É tudo envolvido, se eu não posso ir Tio Josino pode, se ele não pode, eu posso estar próxima para estar dando alguma idéia. Ticão, Véio, os meninos lá em cima, tudo da mesma maneira. Tem uma audiência lá em tal lugar e eu preciso de tantas pessoas, entendeu? A maioria tem essa consciência que precisa de nós lá. Então isso já ajuda bastante (depoimento pessoal, Carla, Caxambu II, 2014).

As possibilidades de permanência dentro das fazendas *retomadas* eram sempre instáveis. Isto porque a ameaça de chegar uma *liminar* a qualquer momento fazia com que todos ficassem receosos, a incerteza pairava no ar. Era preciso *dar um tempo* e esperar,

porque sempre tem liminar e nós não podíamos ficar perdendo as roças. Eu não sei o que os fazendeiros fazem, mas eles sempre fazem uns ajeitos e a gente não consegue ficar, a gente sempre sai. Já perdemos muita plantação, perdemos feijão florendo. Já ficamos seis meses lá em Albino e perdemos feijão, milho, tudo. Eles soltaram gado. A primeira que nós ocupamos foi em 2004, Miguel. Aí saiu a liminar e nós fomos para a de Raul, e quando chegou em Raul saiu liminar também e nós não tínhamos como voltar e a luta continuou. E nós viemos para cá [Acampamento]. Aí em 21 de Setembro de 2004 o juiz veio e falou que nós podíamos ficar, foi ali na sede da associação, no Acampamento (depoimento pessoal, Nercesa, Orion, 2014, grifos meus).

O medo de perder as *roças*, relatado por Nercesa, que muitas vezes eram destruídas pelo gado dos fazendeiros, e o *movimento* de entrada e saída das fazendas, causado pelas *liminares* são preocupações recorrentes daqueles envolvidos nas *retomadas*. Em outros depoimentos, Senhor, morador de Araruba e Noel, morador do *Acampamento*, também descreveram os efeitos dos “movimentos dos papéis” na dinâmica destas ações. Abaixo seguem trechos da conversa que tive com estes interlocutores, a fim de trazer outros elementos:

Sinhor: *Quando nós preparamos e fomos para essa luta, a primeira vez foi em 2004. Mas antes disso aí já tinha uma ocupação, aquela do Velho Prastro. Mas quando a luta nossa começou mesmo foi em 2004. A primeira foi a de Miguel. Nós fomos para lá com muita gente, éramos umas seiscentas pessoas, umas quinhentas famílias mais ou menos, muita gente. Esse trem foi bonito viu Pedro? Eu sei que nós nessa data ficamos dias acampados. Aí veio aquela tal de reintegração de posse, a liminar né? Porque o fazendeiro lá, o Miguel, negociou com o Juiz lá pra nós sairmos e que com 30 dias*

vendia a fazenda para o INCRA. Aí nós pegávamos a fazenda de volta. E nós fomos esperar esses trinta dias e nada. De lá da fazenda nós saímos e viemos para uma aereazinha perto da Casa do Gê Cololó, eu sei que nós ficamos lá uns 90 dias.

Pedro: Lá perto do Brejo que eles falam né?

Sinhor: *Não. Aí nós ficamos lá uns 90 dias. Aí nesse prazo dos noventa dias, nós reunimos e decidimos que iríamos retomar a terra novamente, pois sabíamos que o fazendeiro não iria negociar com o INCRA não. Aí nós pegamos e voltamos lá pra fazenda. Aí dessa derradeira, eu sei que nós ficamos uns 17 dias. Aí veio outra liminar. Aí sim nos pulamos para o Brejo que cê falou Pedro. Tá entendendo agora né? No fundo da fazenda. Eu sei que no Brejo nós ficamos lá temporário. Aí fomos ficando, ficando, ficando. Tinha um tal de interdito [Interdito Proibitório] né? Que não podia entrar naquele momento que teve a reintegração de posse. Mas mesmo assim nós fomos. Aí no outro dia a polícia tornou a tirar. Aí nós voltamos para o Brejo de novo. Aí nós ficamos no Brejo, eu acho que foi mais ou menos uns quinze dias. Isso tudo acampado também viu Pedro? nós barracos de lona preta. E lá do Brejo nós pulamos para a fazenda do Raul. Eu sei que lá nós ficamos 17 dias e ele arrumou a reintegração de posse de novo. Aí eu falei: Não é fácil não moço! Eu já estava quase desistindo, porque os meninos sabem, a gente sofreu demais nesse trem (depoimento pessoal, Senhor, Araruba, 2014).*

No começo quando ocupava já vinha liminar para sair. Quando nós ocupávamos, no outro dia a polícia vinha para fazer o boletim de ocorrência. A partir desse dia, dentro de vinte, trinta dias, já vinha liminar para a gente sair. Aí a gente saía e carregava a trouxa na cabeça para ir para outro canto, e como não tinha tempo de armar barraco a gente dormia era no sereno. Dormia no sereno porque você arrancava daqui de uma fazenda para desocupar e chegava lá e nem dava tempo de montar o barraco para dormir. Então tinha que dormir e cozinhar era de baixo dos paus. As mulheres levavam panela, colchão, carregavam tudo na cabeça. Tinham muitas crianças também. As comidas eram todas coletivas. De primeiro quando você pegava o prato para comer e quando você olhava para a estrada, tinha que largar o prato. Foi duro aqui! Pistoleiro aqui não deixava ninguém dormir de noite, era rodando aqui nessas áreas todas. Ameaçando a gente, indo nos bares armados (depoimento pessoal, Noel, Acampamento, 2014).

Apesar de tanto *sufrimento* e frente a todas estas adversidades, o lema “*ocupar, resistir, produzir*” era levado a sério pelos quilombolas, que começavam a fazer as *roças* e transformar a paisagem. As *mangas* marcadas pelo capim que *segura a terra*, iam dando lugar às várias culturas: arroz, milho, feijão, feijoa, fava, abóbara, melancia, além das hortas. Gilberto, morador de Caxambu II, me contou entusiasmado durante uma tarde de conversa em uma das ocupações atuais, “*só o grupo nosso que era umas doze pessoas, nós plantamos na base de uns quatro hectares de roça*”. As diferenças na paisagem são visíveis, as *mangas* vão

sendo transformadas em *roças* e os espaços que antes eram ocupados apenas pelo gado, vão sendo retomados pelos quilombolas e utilizados para o cultivo e plantio. Lucília, moradora do *Acampamento* nos conta sobre sua participação nas ocupações e sobre as mudanças na paisagem,

*De noite nos fazíamos batuco, todo mundo dançava. Dança de sala [Lundum]. Tínhamos as reuniões fora e nós ainda íamos e participávamos um pouco. Nós íamos em São João da Ponte e Varzelândia. Foi legal demais onde eu andei, conheci muita coisa. Nós hoje estamos plantando mais, nós não tínhamos lugar de nós plantarmos, mais hoje nós temos um lugar de plantarmos um feijão, milho, uma horta, essas coisas assim (depoimento pessoal, Lucília, *Acampamento*, 2014).*

Mazinho, que hoje mora em uma fazenda *retomada*, descreveu como as mudanças na paisagem tem implicações positivas no seu modo de vida,

*Hoje todo mundo trabalha no seu pedaço de terra. O ano que chove bem nós colhemos bem. O ano que chove menos, nós colhemos menos, mas todo mundo tem sua feijoinha, sua fava, seu milho, seu feijão, seu feijão catador, tem sua abobrinha, sua melancia. E tem sua criação. Hoje eu moro nessa fazenda que é de Miguel vai fazer dois anos que nós ocupamos. Faço a limpeza toda, tenho aqui cem frangos aí para o comércio, tenho cinquenta porcos ali, tudo aqui no rio, beirando a lagoa aqui, eu fiz um chiqueiro. **Vou ir para o sul para eu comer veneno lá? Para mim morrer lá de graça? Ave Maria três vezes, eu não quero isso para mim e nem para ninguém** (depoimento pessoal, Mazinho, Araruba, 2014, grifos meus).*

Dona Isaldina, moradora de Serra D'água, me disse que a “*luta muda o mato, muda a paisagem*”, mas também reforça as incertezas dos acampados, que esperam o “movimento das liminares” para poderem definir seus destinos e seguirem em suas *andanças*. Segundo esta interlocutora,

Nós saímos da fazenda e fomos para dentro de uma capoeira lá que, cobra até que a gente não via muito não, tinha pouca. Agora carrapato tinha tanta quantidade, tanta quantidade, que a gente sentia frio quando via nas ramas. Tanto carrapato, carrapato de coleira mesmo, daquele branco, perigoso. A gente não durmia não, a gente passava a noite. As crianças ficaram todas empoladas, muitas tiveram que ir embora para casa por causa de febre. A gente morou dentro da água, dentro do mato, junto com as cobras e com os bixos. Aquele tempo foi sofrido demais (depoimento pessoal, Isaldina, Serra D'água, 2014).

Através da descrição dos meus interlocutores, afirmo que, durante a *luta*, vários *movimentos* estão associados. Fazer *retomada* implica em *andanças, reuniões, tramas, estratégias*. No movimento da batida *da caixa, nas rodas de batuque*, nas danças e apresentações. No movimento da construção dos *barracos de lona preta*, na *organização* dos acampamentos e na realização das *tarefas*. Nas movimentações no circuito casa-acampamento.

Por outra perspectiva, como descrito (na seção 3.2), se para os quilombolas suas ações de *retomada* têm efeitos no trajeto dos papéis e geram sua circulação em diferentes canais institucionais, propiciando o andamento do processo de titulação, os documentos confeccionados pelos operadores do direito também causam efeitos no território quilombola. O *movimento das liminares* implica em saídas às pressas das fazendas, na definição de *estratégias para manter o povo em luta* e nas mudanças de última hora dos locais dos acampamentos. Os efeitos dos documentos também se estendem para além do território, como é o caso dos advogados dos quilombolas, que precisam *se movimentar* entre as instâncias judiciais e mobilizarem processos jurídicos na tentativa de *derrubar as liminares*. O relato de um interlocutor ajuda a reforçar meu argumento:

A gente até capotou um carro indo para o tribunal lá de Brasília pois tivemos uma demanda com um dos fazendeiros lá. Aí nós tivemos que levar o recurso em Brasília e voltar em Belo Horizonte para avisar o juiz que recorreremos da decisão. Aí o carro capotou com a gente na vinda de Brasília, eu e André, coisa de louco né? (depoimento pessoal, Marcos Antônio, Montes Claros, 2014).

Em Brejo dos Crioulos, o tema *movimento* é central na *luta pelo território*. Presente na dinâmica e nas ações dos próprios movimentos sociais - seja o *movimento Sem Terra* ou o *movimento quilombola* e a *rede de parceiros* - o *movimento* compõe a paisagem. Seus efeitos se estendem ao Poder Judiciário, na *briga de papéis* e no *movimento dos documentos*. Nas *retomadas*, os quilombolas acabam reinventando as *estratégias de luta* dos Sem Terra e trazendo outros elementos do seu modo de vida.

4. Reflexões Finais

Nesta dissertação procurei descrever os vários *movimentos* que compõem a *luta pelo território* em Brejo dos Crioulos. A narrativa etnográfica foi construída na tentativa de trazer para o texto o caráter de *movimento* que marcou, em diferentes escalas, este trabalho. Para os moradores de Brejo dos Crioulos o processo de titulação significa uma *luta por diretos* que envolve vários atores e o entrelaçamento de coisas e pessoas - documentos, telefone celular, *ferramentas*, foguetes, bandeiras etc, estendendo-se para além do território quilombola. Coisas materiais, presentes no cotidiano dos meus interlocutores, que na *luta* acabam sendo ressignificadas politicamente e funcionam no sentido de garantir o acionamento e funcionamento da *rede* e importantes na ação política. A *luta* e a política são vivenciadas e acionadas em diferentes contextos e espaços. O fazer político dos quilombolas envolve as *caminhadas*, *andanças*, *retomadas*, *intercâmbios*, *o batuque* e a *briga de papéis*. Mesmo em locais muitas vezes distantes, as ações são articuladas e conectam diferentes atores, que mobilizam seus conhecimentos e saberes. A *luta* é feita nas ações em *rede*.

As ações dos quilombolas são feitas na expectativa de seus efeitos no universo estatal. Como dizem meus interlocutores, “*o processo precisa andar, os papéis precisam ser desengavetados*”, eles precisam circular entre as instituições. Para garantir os direitos territoriais “*é preciso fazer as retomadas, é preciso ter conflito*”. No decorrer da *luta* os moradores vão incorporando vocabulários, tecnologias estatais e das entidades e instituições que compõem a *rede de parceiros*, mas vão fazendo suas próprias leituras, experimentando e inventando novas *estratégias*. Posso dizer que para meus interlocutores o Estado não é visto como uma unidade ou um bloco monolítico. O Estado é pensando por meio dos seus dispositivos e tecnologias, pelos documentos, pessoas e leis. Se chamei atenção para a multiplicidade de formas de fazer política, esta pesquisa me ajudou a enxergar que o Estado também é múltiplo. Como chamou atenção Leirner (2012, p.42),

A ideia, ainda que não negue que o estado faça este esforço para unificar, para criar versões definitivas, é que seus agentes engendram versões múltiplas, às vezes contraditórias, de um estado com “e” minúsculo. E que nada disso significa uma deturpação de um princípio de estado, uma visão distorcida. Pelo contrário, o estado na prática é várias relações, que ora se relacionam, ora se retiram propositalmente de outras relações. Portanto, a proposta é que mesmo a versão do estado como unificação, se é que ela exista, é apenas parcial.

Do mesmo modo que os quilombolas precisam garantir a efetivação dos seus direitos territoriais por meio de suas ações de *retomada* e pelo acionamento da *rede*, na *luta jurídica* os advogados também precisam enfrentar as contradições do Poder Judiciário pois, “*o fato do direito estar na constituição não quer dizer que ele exista, o direito é efetivado no exercício, como me disse um deles. “Uma coisa é a legitimidade formal, a letra escrita, outra coisa é a prática”*. Advertiu outro. E para garantirem a efetivação dos seus direitos, os moradores de Brejo dos Crioulos sabem que precisam movimentar seus corpos, seguir em suas *caminhadas*, mobilizar a *rede* e fazer outras alianças, tudo isto, sempre *em movimento*.

...

Assim como em Brejo dos Crioulos, a forma *retomada* vai sendo mobilizada por outros povos e comunidades tradicionais. Uma linguagem de afirmação e reivindicação de direitos, mobilizada para lidar com a complexidade de relações que formam o Estado. No entanto, se por um lado estas ações produzem efeitos nas instituições e nos procedimentos estatais, garantindo o andamento do processo de regularização fundiária, por outro lado, os próprios efeitos contrários a *luta* atestam a ambiguidade do Estado e incidem sobre os corpos das lideranças criminalizadas⁷⁶.

Em janeiro de 2015 tive a oportunidade de me encontrar com um dos quilombolas que esteve preso por quase dois anos em São João da Ponte. Conversamos sobre a *luta* e sobre o andamento do processo de titulação. A seguir, transcrevo um depoimento do meu interlocutor:

Nós ainda não recebemos o que é nosso na verdade. Porque a justiça na verdade, o governo, ele vem e fala “é seu”, dá o direito mas ele não cumpre o papel dele na realidade. Eu acredito que a justiça deveria ser assim: o governo fez, deu direito, ele tinha que já acompanhar e falar “tem que entregar porque são deles”. Foi estudado, o antropólogo veio e fez tudo mas

⁷⁶ Em Setembro de 2012 cinco quilombolas de Brejo dos Crioulos foram presos em decorrência de um conflito em uma *retomada*. Na ocasião, conforme informou em nota a CPT, cerca de trezentas e cinquenta famílias ocuparam três fazendas de um mesmo proprietário que abrangem aproximadamente 2.100 hectares. Houve confronto com os pistoleiros e um deles acabou morrendo. Imediatamente cinco quilombolas foram presos preventivamente, suspeitos de serem os autores da morte. Nenhuma prova foi apresentada. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/1491-nota-publica-brejo-dos-crioulos-sem-mais-adiamentos-e-protelacoes>. No dia 31 de Julho de 2014, um dia histórico para os moradores de Brejo dos Crioulos, a defesa obteve a anulação da sentença e “os advogados Roberto Rainha (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos) e Elcio Pacheco (CPT/MG e Associação Quilombola de Brejos dos Crioulos), apresentaram novo requerimento de liberdade provisória em primeira instância, o qual teve parecer favorável do Ministério Público, sobrevindo decisão judicial determinando a libertação dos quilombolas, com imposição de medidas cautelares”. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/29420>

a justiça, o governo, não estão nem aí. Teve essa ocupação que para mim foi muito triste, eu nem na hora eu não estava e eu fui penalizado, um ano e onze meses pagando por um erro que eu não cometi. Eu esperava que a justiça fosse mais clara, cobrar de quem deveria, descobrisse quem era. Aí penalizou cinco companheiros. Saímos, mas não estamos libertos de verdade. Você não pode estar em certos lugares. Você não pode viajar. Você vai sair, você não pode ficar mais de sete dias fora da comarca. O que há de terror a gente viveu dentro da prisão. Eu acho assim, a gente não podia passar o que nós passamos sem necessidade. Quem deve é que tem que pagar sua conta. A luta dos quilombolas é muito dura é muito árdua e o governo não vê o lado do pobre. Nós ficamos presos e eu acho que ele nem olhou para o lado da família do homem que morreu. Eles estavam olhando o lado do fazendeiro, do latifundiário. Que queria só o que é nosso na verdade. Meu psicológico é muito forte graças a Deus, mas até hoje não estou tão tranquilo. Mas eu espero que deus e a justiça nos deixe em liberdade de novo. E a gente não vai parar por causa disso não. Não vamos deixar a luta para trás não. Tamo aí e bola para frente. Nessa experiência, na realidade nos vimos que a justiça não é feita de justiça. É penalizado o pobre que não tem condição nenhuma. Teve milícia armada aqui muito tempo aos olhos de todos, você pode perguntar qualquer um aqui. Era jagunço para cima e para baixo. A delegada pediu a prisão deles e não prendeu ninguém. Aí quando aconteceu o fato a gente ficou dois anos presos.

Retomo o relato do morador para discorrer, mesmo que brevemente, sobre o processo de criminalização vivenciado pelos quilombolas. Conforme mencionado na descrição dos movimentos de expropriação vivenciados, os moradores passaram a ser considerados “bandidos” e “violentos” pelos vizinhos das comunidades e municípios em decorrência dos conflitos oriundos do *tempo da divisão* e da chegada dos fazendeiros. E após mobilizarem a *estratégia* de retomarem seu território invadido pelos fazendeiros, eles acabam sendo vistos como “ladrões de terra” ou “ladrões de gado” da maneira que relatou Costa (2012b, p.57):

A cada nova ocupação, como estratégia de luta para pressionar o governo federal a agir, a polícia militar percorria as estradas situadas no interior do território sendo reforçada pela ameaça armada de jagunços vinculados aos fazendeiros. Em todas as reocupações os quilombolas se recusaram a matar sequer um bovino dos fazendeiros ou a degradar as instalações das fazendas. Mas, fazendeiros e fazendeirinhos da região passaram a roubar gado das fazendas ocupadas e a matar alguns animais, vendendo a carne a preços reduzidíssimos para os membros dos grupos locais que compõem a comunidade e às comunidades negras da circunvizinhança. A partir desses acontecimentos realizados pelos fazendeiros os quilombolas de Brejo dos Crioulos foram criminalizados como “ladrões de terra” e “ladrões de gado”. Há aqui uma questão fundamental. Para eles, o roubo de gado os desonra e, por isso, respeitaram o gado e as instalações das fazendas, mas a criminalização recaiu sobre os quilombolas e não sobre fazendeiros e fazendeirinhos que roubaram gado das áreas ocupadas pelas famílias negras

lutando por seus direitos coletivos. Em todos esses momentos de tensão, evidenciou-se a existência de um vínculo entre os operadores do direito e a oligarquia rural. Além de ameaças dos jagunços e da violência da ação policial, o posicionamento da justiça local e agrária estadual sempre pendeu em favor dos fazendeiros. Nunca ocorreu o reconhecimento do direito coletivo dos quilombolas. Considero que, apesar da existência de uma nova hermenêutica para a interpretação da atual Constituição nacional, os operadores permanecem recorrendo a ritos e procedimentos vinculados às antigas constituições que afirmavam a nacionalidade una em nosso país e não reconhecem os direitos coletivos que emergiram na Constituição federal de 1988.

Toda essa situação também evidencia que é através de seus contatos e relações que os fazendeiros conseguem mobilizar suas forças políticas que operam a chamada “gestão dos ilegalismos”, já que a polícia serve para capturar e diferenciar os supostos “delinquentes”, os quilombolas, vistos como Sem Terra, invasores, ladrões de terra e de gado, sendo assim criminalizados e presos⁷⁷. É também dentro da prática policial que emerge uma nova forma de ilegalismo, as “patrulhas rurais”, uma forma especializada, formada por ex-policiais militares que atuam ao lado dos *jagunços* para coibir as *estratégias* dos quilombolas e os ameaçarem⁷⁸.

A primeira coisa que o fazendeiro usa contra nós é milícia armada para amedrontar e ameaçar a gente. Você viu onde eu moro ali, os caras chegavam ali com aquelas Hilux deles e davam cavalinho de pau ali de frente, naquela praça ali, quando era a noite voltavam. Mas também nós tivemos muitos problemas. Teve polícia aqui que agiu de muita má fé, porque teve muito policial corrupto, teve algumas ocupações que nós saímos ilegalmente, sem ordem judicial, a polícia agiu na força mesmo. Então, nós tivemos muitos problemas desse tipo. Teve várias ameaças aqui dentro. Eu mesmo como liderança, minha casa foi cercada duas horas da manhã. O acampamento nosso foi fechado lá meia noite. Peão dando tiro. Se for contar tudo é dois dias e nós ainda não damos conta (depoimento pessoal, João Pêra, Furado Modesto, 2014).

⁷⁷ Como bem observou Foucault (2009), a delinquência não deve ser entendida como um efeito da penalidade ou reduzida a prisão devido o “perigo que representa”, mas sim como uma forma capaz de diferenciar, organizar e controlar os ilegalismos. Forma esta que o “sistema carcerário” com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou, organizou, fechou num meio definido e ao qual deu um papel instrumental, uma forma política, um tipo de ilegalismo fechado, fabricado politicamente para ser controlado e capaz de controlar os indivíduos e seus corpos, de infiltrar em grupos e de se inscrever sob outras formas de ilegalismos. O raciocínio do autor permite pensar a “gestão dos ilegalismos” de forma a superar a chave da dualidade ilegal/legal, e ao invés disso, pensá-la como um instrumento de governo dos homens que se impõe sobre eles mesmos e que são gerados de acordo com cada forma. Sendo assim, Foucault (2009) traz uma série de exemplos onde os ilegalismos são manejáveis no seio das práticas legais.

⁷⁸ Sobre trabalhos que tem se dedicado ao estudo de situações de conflito envolvendo quilombolas, ver Leite (2007) e também as duas coletâneas organizadas por: Almeida; Farias Júnior; Acevedo Marin (2010) e Almeida; Acevedo Marin e Müller (2012).

Pela legalidade hoje você tem que esperar pacificamente o Estado resolver o problema. Compete ao Estado reconhecer e fazer todo o procedimento de regularização fundiária. As ocupações são legais na forma, mas juridicamente não são. Então pacificamente nunca passa. Porque pacificamente eles rastam o caso que era para resolver em 10 anos para 100 anos. O jogo de empurra, pega esse papel aqui e joga uma portaria e fica mais 10 anos. E quando você faz as ocupações e as pressões, um processo de 100 anos sai em 10 anos ou 5 anos ou dentro de um ano. Então é uma legalidade que está fora da normalidade, da realidade. E quando você vai lá e ocupa, tá errado? Tá, mas porque que quando você ocupa o Estado chega e resolve? É a partir das ocupações feitas pelo MST que o governo começa a fazer reforma agrária. Nós não chamávamos de reforma agrária, chamamos de política agrária. Os gestores do direito eles fazem o que eles quiserem, é uma legalidade fragilizada. No mesmo tempo que tem o direito quilombola, o Estado tem o direito de fazer uma propriedade, montar uma indústria dentro do território quilombola, uma hidrelétrica, uma coisa ou outra. É território quilombola, mas se é interesse da União, faz uma Petrobras ou uma mineração (depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014, grifos meus).

Se a delinquência não deve ser entendida como um efeito da penalidade ou reduzida à prisão devido ao “perigo que representa”, mas sim como uma forma capaz de diferenciar, organizar e controlar os ilegalismos (FOUCAULT, 2009), pode-se afirmar que a delinquência figura na prática dos *jagunços*, que atuam para combater e regular as lutas e as reivindicações dos quilombolas.

No acionamento da *rede*, em suas mobilizações e *estratégias*, o alcance das reivindicações dos quilombolas e suas conexões ultrapassam os limites regionais e estendem-se até Belo Horizonte, Brasília e outros estados e países. Por outro lado, os fazendeiros acionam atores locais e tecem suas alianças com policiais e *jagunços*, muitas vezes por meio de ilegalismos na interface das práticas referentes a estas instituições.

Neste trabalho optou-se por não fazer uma etnografia do conflito a partir da descrição das perspectivas dos atores antagonistas, mas sim focar na *luta* sob ponto de vista quilombola. Assim, é por meio do discurso dos quilombolas, seus *parceiros* e dos documentos mobilizados, que os fazendeiros são acionados e suas *estratégias* se tornam visíveis. Ao descrever as conexões e as *estratégias* dos quilombolas, as relações de poder que sustentam as *estratégias* dos seus opositores emergem.

A *luta continua*, o processo de titulação segue. Os moradores de Brejo dos Crioulos continuam fazendo suas *articulações*, *tramas*, vão tecendo a *rede* e fazendo novas alianças. O *movimento* não pára. Essa dissertação descreveu apenas uma perspectiva da *história da luta*

dos quilombolas norte mineiros. Ainda há muito a refletir. Desse modo, pretendo seguir em minha *caminhada* junto a *luta* quilombola.

5. Referências Bibliográficas

ACYPRESTE, Izadora Pereira. *Se movendo por território: os caminhos traçados pela comunidade de Sangradouro Grande para a garantia do território*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás, 2015.

ALLARD, Olivier. Bureaucratic Anxiety Asymmetrical interactions and the role of documents in the Orinoco Delta. *HAU: Journal of Ethnographic Theory, Manchester*, 2(2), p.234-256, 2012.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.55, p.33-53, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índios - posse comum e conflito. *Humanidades (Brasília)*, Brasília: Unb, v.15, p. 42-49, 1987.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.), *Quilombos, Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.43-81.

_____. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. *Boletim Informativo do Nuer: Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 15-57, 2005.

_____. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babuçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico*, vol. 2, PPGSCA – UFAM, Manaus, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.); FARIAS JUNIOR, Emmanuel A. (Org.); ACEVEDO MARIN, R.E. (Org.). *Caderno de debates Nova Cartografia Social, N.2 - Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2010, 348p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.); ACEVEDO MARIN, R.E. (Org.); Müller, C.B. (Org.); FARIAS JUNIOR, Emmanuel. A. (Org.) . *Caderno de debates Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos*, v.1, n. 3. 1. ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia/UEA Edições, 2012. 168p.

ALVES, Yara de Cássia. *Como etnografar um mundo em que TUDO GIRA, GERA e MEXE? Apontamentos sobre os Movimentos dos "habitantes" de Pinheiro*. In: III Seminário de Antropologia da UFSCAR, 2014, São Carlos. ANAIS DO SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR, ANO 1, EDIÇÃO 1, 2014. v. 1.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.7-38, 1997.

_____. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. EDUSC, Bauru, São Paulo: 2006.

_____. Quilombos. In: OSMUNDO, Pinho; Lívio SANSONE (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

BARRERA, Letícia. Beyond the Law's Ends: Files, Bureaucracy and Legal Knowledge. Más allá de los fines del derecho: expedientes, burocracia y conocimiento legal. Íconos. *Revista de Ciencias Sociales*. Num. 41, Quito, Setembro de 2011, p.57-72.

BIONDI, Karina. *Etnografia no movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BRENNEISEN, Eliana Cardoso. Assentamento Sepé Tiraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: José de Souza Martins (org.), *Travessias - as vivências da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp.53-106.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: _____. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARNEIRO, Ana. *O "Povo" Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, M. *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CHAGAS, Mirian de Fátima. A política de reconhecimento dos "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)/ UFRGS, ano 7, n.15, p.209-235, 2001.

CHAVES, Christine Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um estudo sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2000.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. In *Revista Verde Grande 1(3)*, 2006, pp. 98-107.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. Vigiar e narrar. Sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v.57, p.107-42, 2014.

COMERFORD, John Cunha (Org.); CARNEIRO, Ana (Org.) ; DAINESE, Grazielle (Org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, briga, política e o diabo*. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir da Ciências Sociais*, Montes Claros : Best Comunicação e Marketing, 1997.

_____. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 1999.

_____. Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba. Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira. *Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*: Ano V, 2001.

_____. Saber-se quilombola, ser quilombola: o enredamento de Brejo dos Crioulos (MG) nas tramas do aparelhamento estatal. *Dossiê Afrografias: Memória, Cultura e Sociedade. UNIMONTES CIENTÍFICA*, Montes Claros, V.8, n.2 – jul./dez. 2006.

_____. As Formações quilombolas em Minas Gerais. In: Maria Elizabete Gontijo dos Santos; Pablo Matos Camargo. (Org.). *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século XXI*. Belo Horizonte: Cedefes; Autêntica, 2008.

_____. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste. *Argumentos*, v.7, p.193-244, 2012.

_____. A criminalização de negros do Norte de Minas: Pretos bandidos e quilombolas ladrões de terra e de gado. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida. (Org.). *Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização de conflitos*. 03ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social/ UEA Edições, 2012b, v.01, p.49-61.

COSTA, João Batista de Almeida & LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. Negros do Norte de Minas: Direitos, Conflitos, Exclusão e Criminalização de Quilombos. In ALMEIDA, Alfredo

Wagner Berno de (Org) [et al]. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA* Edições, 2010.

COSTA FILHO, Aderval. *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUPRAT, Deborah. *Pareceres Jurídicos. Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais*. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford/ PPGDA – UEA , 2007.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-161, 2005.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana (UFRJ.Impresso)*, v.19, p. 39-68, 2013.

FIGUEIREDO, André Videira de. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Nau Editora, 1997.

_____. *O Poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRIGO, Simone. *A Luta é a Nossa Escola. Educação e Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Paraná, 2008.

GOLDMAN, Márcio. *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006.

_____. Políticas e Subjetividades nos Novos Movimentos Culturais. In *Ilha Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 9, n. 1 e 2, PPGAS/UFSC, 2007.

_____. O Fim da Antropologia. *Novos estudos – CEBRAP (Impresso)*, n.89, pp.195-211, 2011.

GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. (Org.). *Antropologia, Voto e Representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUEDES, André. *O Trecho, as Mães e os Papéis: Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2011.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

HARTUNG, Miriam. “Ser e Não Ser”, eis a questão: relatórios antropológicos, categorias nativas e Antropologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v.56, nº2, 2013.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.25 n.74, São Paulo, 2010.

HERZFELD, Michael. *Intimidade Cultural: poética social no estado-nação*. Lisboa: Edições 70, 2008.

HULL, Matthew S. *Documents and Bureaucracy*. *Annu. Rev. Anthropol.* 41: 251-67, 2012.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

_____. Jornada ao Longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e Sociedade*. 2005, v.25, n.1, p.76-110.

_____. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007.

_____. “Materials against materiality”. *Archeological Dialogues*. Vol 14(1), p.1-16, 2007.

_____. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

_____. Caminhando com Dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de M. (Orgs). *Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

JARDIM, Denise Fagundes; SALAINI, Cristian Jobi. Batalha dos papéis: Notas sobre as tensões entre procedimentos escritos e memória na regularização fundiária de terras quilombos no Brasil. *Universitas Humanística*, v.80, p.189-212, 2015.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *The making of Law An Ethnography of Conseil d’Etat*. Cambridge: Polity Press, 2010.

_____. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Bauru, São Paulo: EDUSC/Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

LEIRNER, Piero & BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista de Antropologia* . Vol.43, no.2, São Paulo, 2000.

LEIRNER, Piero. O Estado Como Fazenda de Domesticação. *R@U: Revista de Antropologia Social do PPGAS-UFSCAR*, v.4, p.38-70, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

_____. *O Legado do Testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSCAR, 2004.

_____. *Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos*. Florianópolis: UFSC/Nuer, 2007 (mimeo).

LOERA, Nashieli Rangel. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis, 2006.

_____. Redes Sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: Bernardo Mancano Fernandes; Leonilde Servolo de Medeiros; Maria Ignez Paulilo. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. 1ed. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

LUZ, Thaís. *Voos da espera e da esperança: O Bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte Mineiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/ UFRRJ, 2015.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Revista Mana (Rio de Janeiro)*, Relume Dumará/PPGAS/Museu Nacional, v.11, n.2, p.473-97, out, 2005.

_____. Estado e Movimentos Sociais no campo no Rio de Janeiro: sociologia de uma audiência pública. *Confluências (Niterói)*, v.9, p.79-96, 2007.

MARCELIN, Louis HERNANDES. *A Invenção da Família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre negros do recôncavo da Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1996.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-sited Ethnography. *Annual. Review of Anthropology*, 1995.

MATOS, Laudiceio Viana. *Conhecimentos na análise de ambientes: a pedologia e o saber local em comunidade quilombola do Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) Universidade Federal de Viçosa, 2008.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombolas. Territórios da memória em uma comunidade negra rural*. 1ªed. São Paulo: Terceiro Nome/FAPESP, 2012.

MORAWSKA VIANNA, Anna Catarina. *Os Enleios da Tarrafa: As Relações entre ONGs comunitárias em Recife e Olinda e sua Agência Financiadora Internacional*. Relatório de Qualificação, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Os Enleios da Tarrafa: redes transnacionais de combate a pobreza e a política da transparência*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *A campanha Anna Pata Anna Yan. Relações entre povos indígenas da Raposa Serra do Sol e ONGs internacionais*. Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado (FAPESP), UFSCAR, 2012.

_____. *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFScar, 2014. 230 p.

_____. *A trilha dos papéis da usina Hidrelétrica de Belo Monte: Tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados*. Revista *Anthropológicas*, v.25, p.22-40, 2014b

MOURTHÉ, Pedro Henrique. *Criminalização de Sujeitos de Direito: Jacaré, Quilombolas e antropólogos*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Montes Claros, 2011.

_____. *Entre os documentos e as retomadas: Imagens da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)*. In: III Seminário de Antropologia da UFSCAR, 2014, São Carlos. *ANAIS DO SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR, ANO 1, Edição 1, v.1, 2014*.

_____. *Notas etnográficas sobre Brejo dos Crioulos: os documentos, as retomadas, e a luta pelo território*. In: ReACT - Reunião de Antropologia da Ciências e Tecnologia, 2015, Porto Alegre. *Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Campinas: Departamento de Política Científica e Tecnológica/ Instituto de Geociências - Unicamp, 2015, v.2, 2015*.

MUNHOZ, Sara Regina. *A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, 2013.

NAVARO-YASHIN, Yael. *Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus*. *Anthopological Theory* 7: 79-98, 2007.

NERI, Renato Aquino. *As três faces da organização social da comunidade negra rural de Agreste: Parentesco, Casamento e Compadrio*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Montes Claros, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de Quilombo*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

_____. (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

_____. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OLIVEIRA, Bernardo Macedo. *Representações étnicas em Agreste: marcadores da identidade coletiva*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Invenção da migração. Relatório de Pesquisa. Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional / PPGAS, 1977.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Política Ambígua*. 1. ed, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PALMEIRA, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato*. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1985.

_____. *Política, facções e voto*. In: PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Política Ambígua*. 1. ed, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PARANHOS, Lucíola da Silva. *TECENDO A REDE E PESCANDO O PEIXE Desenvolvimento e Redes Sociais: a articulação local-global no Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. *Travessias. Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades na Pós-Abolição entre Comunidades Negras Rurais Sul Mato Grossenses*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2010.

RAINHA, Roberto. *Quilombolas de Brejo dos Crioulos (MG): a árdua luta pela titulação do território étnico*. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (orgs). *Direitos Humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *História dos Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RILES, Annelise. *Documents: artifacts of modern knowledge*. USA/ The University of Michigan Press, 2006.

_____. *The network inside out*. Michigan: The University of Michigan Press, 2001.

ROCHA, Deyvisson Felipe Batista. *Processos de campesinização, recampesinização e descampesinização da luta pela terra no Brasil*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.

ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.

_____. A forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: Mabel Grimberg, Maria Ines Fernandez Alvaez, Marcelo Carvalho Rosa. (Org.). *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Buenos Aires, 2009, p.53-72.

_____. Reforma agrária e land reform: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. *Caderno CRH (UFBA.Impresso)*, v.25, p.99-114.

ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia; MACEDO, Marcelo Ernandez. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) 1960-2000*. 1ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Alessandra Regina. *Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer. Uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro Cubas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Belo Horizonte: s;d (mimeo).

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo de. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias vol. 2: estratégias de reprodução*. 1ed. Brasília, Sao Paulo: NEAD-MDA; UNESP, 2009.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e dos direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 58, novembro 2000.

_____. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social* Nº 20, FFyL/UBA, Buenos Aires, 2004.

_____. As condições e possibilidades das ocupações de terra. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, n. 17, 2005.

STUCCHI, Deborah; FERREIRA, Rebeca Campos. Os Pretos do Carmo diante do possível, porém improvável: uma Análise sobre o Processo de Reconhecimento de Direitos Territoriais. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v. 53, p. 313-343, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Walnut Creek: Rowman & Littlefield, 1991.

_____. Melhorar a classificação. A avaliação no sistema universitário britânico. *Novos Estudos CEBRAP*, nº53, março 1999. pp.15-31

_____. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Editora da Unicamp, 2006.

_____. No limite de uma certa linguagem: Entrevista a Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto, *Mana* 5(2), 1999.

_____. Pontos em expansão: uma conversa com Marilyn Strathern. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.21, p.1-360, 2012.

_____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça: Programa Raízes, 2006.

VELHO, Otávio. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina* (Rio de Janeiro), v.12, n.1, p.96-104, 1969.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sergio Ricardo Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2014, v,1, p.43-70.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetitê, Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos, EDUFScar, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia Brasileira. In: MICELLI, Sérgio. *O que ler nas ciências sociais*. São Paulo, Editora Sumaré, 1999.

_____. O nativo relativo. *Mana*, Vol.8, n.1, pp.113-148, 2002.

_____. O conceito de Sociedade: um sobrevôo. In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac&Naify, 2002.

_____. Transformação na antropologia, transformação da antropologia. *Mana* vol. 18, no.1, Rio de Janeiro: 2012.

WAGER, Roy. *A invenção da cultura*. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. Existem Grupos Sociais nas Terras Altas da Nova Guiné? *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.19, p.1-384, 2010b.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília: Ed.UnB/Tempo Brasileiro, v. 69, 1990, pp.11-73.

_____. Migração, Família e Campesinato. In: WELCH, Clifford; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth (orgs). *Camponeses Brasileiros - Vol.1: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: MDA/Editora UNESP, 2009, v.1, p.217-241.

6. Documentos citados

Ata de Reunião Extra Ordinária da Assembléia da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos. São João da Ponte, 25 de outubro de 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988.

BRASIL. *Decreto nº 3.912. 10 de Setembro de 2001*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm

BRASIL. *Decreto nº 4.887. 20 de Novembro 2003*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

Brasil. *Decreto de 29 de Setembro de 2011*. Disponível em <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/decreto-de-29-de-setembro-de-2011-brejo-dos-crioulos>

Brasil. *Instrução Normativa do INCRA nº 57, de 20 de Outubro de 2009*. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis12.pdf>

Carta de Brejo dos Crioulos no dia do trabalhador rural. Brejo dos Crioulos, 2001.

Carta Aberta da CONAQ. Brasília, 17 de Março de 2015.

COSTA FILHO, Aderval. *Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais)*. Brasília, Agosto de 2005.

Direito quilombola de volta na pauta do Supremo Tribunal Federal. Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília, 17 de Março de 2015.

SANTOS, Elizete. *Laudo antropológico/ Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejo dos Crioulos*, 2004.

Inquérito Policial: 989463. Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, 11º Departamento de Montes Claros, 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil/ Januária, 25 de outubro de 2011.

DAYRELL, Carlos Alberto; DE SOUZA, Aline Silva; LOPES, Camilo Antonio Silva; FONSECA, Graziano Leal; MATOS, Laudiceio Viana; SILVA, Marco Alexandre Souza; (2012). *Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos*. São João da Ponte/Varzelândia – Minas Gerais, Março de 2012.

Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural Comunidades Quilombolas: Relatório Quantitativo de Brejo dos Crioulos. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Montes Claros, Julho de 2012.

Procedimento Administrativo Cível nº. 08112.001977/99-39. Procuradoria da República em Minas Gerais, 19 de Novembro de 1999.

Processo 54170.008821/2003-12. Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos. Superintendência Regional de Minas (SR-06), INCRA, Belo Horizonte.

Processo nº 2007.38.00.006610-4. 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

ROCHA, Adriana. *Breve Apanhado da Diversidade Cultural do Quilombo Brejo dos Crioulos.* Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Fevereiro de 2010.

Relatório de gestão do exercício de 2013. Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais – SR-06. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.

Relatório de gestão do exercício de 2013. Presidência da República do Brasil, Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Brasília, 31 de Março de 2014.

Relatório de gestão do exercício de 2012. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, Brasília, Março de 2013.

Relatório final de pesquisa quantitativa em nove comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos, Minas Gerais. Projeto Brasil Local: Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, 2013.

Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: Quilombolas e apropriação de Direitos. São Paulo, 2013.

Unha Preta: Luta pelo direito étnico no Norte de Minas. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. 2009.